

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas Departamento de Geografia

Bruno Rocha Nogueira

A constituição de uma nova centralidade no distrito de Itaquera: reflexões sobre o processo de produção do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo

São Paulo
2022

BRUNO ROCHA NOGUEIRA

A constituição de uma nova centralidade no distrito de Itaquera: reflexões sobre o processo de produção do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo

Versão Original

Trabalho de Graduação Individual
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel junto ao
Programa de Geografia Humana do
Departamento de Geografia da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Isabel Aparecida
Pinto Alvarez

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N778c Nogueira, Bruno
 A constituição de uma nova centralidade no
 distrito de Itaquera: reflexões sobre o processo de
 produção do espaço em um fragmento da metrópole de
 São Paulo / Bruno Nogueira; orientadora Isabel
 Alvarez - São Paulo, 2022.
 137 f.

 TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
 de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
 Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

 1. Centralidade. 2. Produção do espaço. 3.
 Metrópole. 4. Periferia. I. Alvarez, Isabel, orient.
 II. Título.

Bruno Rocha Nogueira

A constituição de uma nova centralidade no distrito de Itaquera: reflexões sobre o processo de produção do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo

Trabalho de Graduação Individual
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel junto ao
Programa de Geografia Humana do
Departamento de Geografia da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.

Aprovado em:

Prof.^a Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez

Prof. Dr. Fabio Betioli Contel

Prof.^a Dra. Livia Maschio Fioravanti

Dedico este trabalho a um cidadão comum, um homem negro, um trabalhador que viveu grande parte da sua vida em Itaquera: Nelson Nogueira, meu pai, que depois de muita luta perdeu a última batalha da sua vida para o vírus da covid-19 no dia 19 de abril de 2021. Pai, saiba que nenhuma alegria compensará a sua ausência, mas tenho certeza que você torceu por mim até o último dia da sua vida. Te amo.

AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa que eu gostaria de agradecer é a minha esposa, Camila, uma mulher fantástica que esteve ao meu lado em absolutamente todos os momentos em que esse trabalho foi construído. A sua presença me deu forças para ultrapassar todas as barreiras e o seu carinho e amor foram cruciais para que eu chegasse até o final. Também gostaria de agradecer a todos os meus familiares, amigos, e conhecidos que em algum momento auxiliaram com uma discussão sobre Itaquera, uma palavra de incentivo, ou até mesmo uma brincadeira (a qual interpretei como um combustível a mais) a fim de me motivar. Entre essas pessoas, faço questão de citar nominalmente os meus amigos Caio, Leide e Aroldo. Vocês foram fundamentais em diversas oportunidades, especialmente, nos momentos em que pensei que não conseguiria entregar ou tinha sérias dúvidas do que e como escrever. Caio e Leide, nunca desistiram de me ajudar, sempre se fizeram presentes com palavras de força e confiança, além das contribuições intelectuais que não só agregaram na elaboração desse trabalho, mas também foram importantíssimas para a minha formação. O Aroldo é outro desses amigos que faço questão de citar, visto que foi um grande parceiro que descobri ao longo dessa trajetória. Companheiro de trabalho por alguns anos, mas um grande amigo que levo comigo. Sem as suas sacadas e a sua leitura crítica e criteriosa (típica de um ótimo editor de geografia), certamente esse trabalho não teria se estruturado do jeito que está. Também gostaria de agradecer ao Giuliano pelas leituras, consultoria e as contribuições que acrescentaram muito na elaboração final deste trabalho. Por fim, gostaria de agradecer à orientação dada pela Professora Isabel, não só pela paciência e compreensão para manter-se me aconselhando e me ajudando em cada uma das etapas do processo, mas também por nunca duvidar de que eu conseguiria concluir esse Trabalho de Graduação Individual.

RESUMO

NOGUEIRA, Bruno Rocha. **A constituição de uma nova centralidade no distrito de Itaquera**: reflexões sobre o processo de produção do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo. 137f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Nesta pesquisa procuramos discutir a pertinência do conceito de centralidade para entender as transformações que estão ocorrendo no distrito de Itaquera, resultantes do processo de produção do espaço nessa área. Nossa intenção foi compreender o papel que o distrito de Itaquera desempenhou, ao longo do século XX, na constituição de São Paulo como metrópole e avaliar se atualmente esse fragmento espacial apresenta outra função, visto que seu espaço sofreu diversas alterações nas últimas décadas. Para isso, procuraremos entender quais foram as relações estabelecidas entre Estado, iniciativa privada e os trabalhadores, que resultaram na produção desse espaço. Dessa forma, buscamos argumentar a favor da hipótese de que o distrito de Itaquera efetivou-se como um “território-reserva” no decorrer do século XX e que nas últimas duas décadas vem passando por ajustes urbanos, configurando nessa área a existência de uma nova centralidade.

Palavras-chave: Itaquera, Centralidade, Distrito, Estado, Iniciativa privada, Metrópole, Periferia, Produção do espaço.

ABSTRACT

NOGUEIRA, Bruno Rocha. **The establishment of a new centrality in the district of Itaquera**: reflections on the process of production of space in a fragment of the São Paulo metropolis. 137f. Individual Graduation Work (TGI) – The Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

In this survey, we seek to discuss the relevance of the concept of centrality to understand the changes that have been occurring in the district of Itaquera, resulting from the process of production of space in such area. Our intention was to understand the role that the district of Itaquera performed throughout the XX century in the establishment of São Paulo as a metropolis and appraise whether such spatial fragment currently has another function, since its space has suffered various changes in the past decades. To that end, we will try to understand which relations have been established between the State, private enterprise and workers, which resulted in the production of such space. Accordingly, we seek to stand in favor of the argument that the district of Itaquera effectively became a “reserve-territory” throughout the XX century and that it has been suffering urban adjustments in the past two decades, thus the existence of a new centrality has been typified in this area.

Key words: Itaquera, Centrality, District, State, Private enterprise, Metropolis, Periphery, Production of space

Lista de Figuras

Figura 1: Imagem do Conjunto Habitacional – Itaquera I vista a partir da Avenida Itaquera (1978).....	68
Figura 2: Imagem do Conjunto Habitacional – Itaquera II (1979).....	68
Figura 3: Trecho da Radial Leste nas proximidades de Itaquera (1980).....	71
Figura 4: Plano de remodelação da Linha Leste Tronco da CPTM (1996)	95
Figura 5: Proposta de intervenção do sistema viário nas proximidades da estação Corinthians-Itaquera (2008)	104
Figura 6: Proposta de criação do Polo Institucional de Itaquera – região do entorno (2012).....	106
Figura 7: Proposta de criação do Polo Institucional de Itaquera – detalhamento do núcleo do polo (2012).....	107
Figura 8: Estádio Arena Corinthians (2019)	112

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Brasil: evolução do desemprego (1989-1999)	77
Gráfico 2: São Paulo: unidades residenciais lançadas na cidade de São Paulo (2004-2020)	117

Lista de Mapas

Mapa 1: Distritos que compõem a região administrativa de Itaquera (2020)	20
Mapa 2: Representação de Aroldo de Azevedo – a cidade de São Paulo em meados do século XX	48
Mapa 3: Representação de Aroldo de Azevedo que mostra a densidade demográfica no município de São Paulo (1950)	51
Mapa 4: Área urbanizada do município de São Paulo (1930-1949)	54
Mapa 5: Área urbanizada da cidade de São Paulo (1950-1962)	55
Mapa 6: Área urbanizada do município de São Paulo (1975-1985)	73
Mapa 7: Área urbanizada do município de São Paulo (1986-1992)	84
Mapa 8: Área urbanizada do município de São Paulo (1993-2002)	90
Mapa 9: Ligação entre o Complexo viário Jacu-Pêssego e o Rodoanel	99
Mapa 10: Projetos estratégicos da OU CRVJ nas regiões administrativas de São Miguel Paulista, Itaquera e São Mateus (2012)	101
Mapa 11: Empreendimentos que surgiram no distrito de Itaquera (2013)	113
Mapa 12: Número de lançamentos residenciais verticais no município de São Paulo (1992-2015)	115
Mapa 13: Lançamentos residenciais na cidade de São Paulo – por tipo (2020)	118
Mapa 14: Localização dos lançamentos residenciais econômicos na cidade de São Paulo (2020)	118

Lista de Tabelas

Tabela 1: Município de São Paulo (zonas administrativas de Itaquera e da Mooca) – População por faixa de renda – 2017	32
Tabela 2: Município de São Paulo (zonas administrativas de Itaquera e da Mooca) – Número de empregos por faixa de rendimento em salários mínimos (SM)* – 2019 .	32
Tabela 3: Município de São Paulo – demanda habitacional por nível de renda (1974)	65

Sumário

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: Reflexões sobre a produção do espaço na metrópole e a questão da centralidade.....	23
1.1 A produção do espaço na metrópole.....	23
1.2 Reflexão sobre os conceitos de centralidade e sua relação com a produção do espaço	25
1.3 O distrito de Itaquera como uma possível centralidade produzida na metrópole de São Paulo	39
CAPÍTULO 2: Itaquera: consolidação como periferia	46
2.1. Itaquera: do início do século XX aos anos 1960: a passagem de subúrbio urbano para periferia de São Paulo	48
2.2 Itaquera dos anos 1960 a 1980: a consolidação como periferia, abertura das vias de acesso e os Conjuntos Habitacionais.....	56
2.2.1 Os conjuntos habitacionais.....	65
2.2.2 Desdobramentos dos conjuntos habitacionais	70
2.3 Itaquera dos anos 1980: a consolidação de um bairro protagonista na zona leste	74
2.3.1 Entendendo conjuntura nacional e da metrópole de São Paulo no período.....	74
2.3.2 Entendendo os desdobramentos da conjuntura nacional e metropolitana em Itaquera	80
CAPÍTULO 3: Itaquera: constituição como centralidade complexa	86
3.1 O início dos anos 1990: globalização e neoliberalismo.....	86
3.2 Itaquera dos anos 1990: a chegada do metrô e transformações da região administrativa.....	89
3.3 Itaquera dos anos 2000: a intensa intervenção do Estado na lógica de valorização do espaço	93
3.3.1 A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu (OUCRVJ)	96
3.3.2 Polo Institucional de Itaquera	102
3.4 Itaquera dos anos 2000: a abertura de caminhos para a iniciativa privada no distrito de Itaquera	108
3.5 O distrito de Itaquera: é possível indicar a transformação de um território-reserva em centralidade?	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS.....	129

ANEXO.....	134
Anexo A – Tabelas comparativas entre as regiões administrativas da Mooca e de Itaquera.....	134
Anexo B – Número de lançamentos comerciais no Município de São Paulo (1992-2015)	137

APRESENTAÇÃO

Dez e quarenta da noite, termina mais uma aula na faculdade, finalmente o dia tão cheio de atividades terminou, ele havia se iniciado por volta das seis horas da manhã quando começo a me preparar para ir trabalhar. Agora o que resta é retornar para casa e descansar, talvez refletir um pouco sobre a(s) aula(s) e sobre o dia e me preparar para o próximo.

Para alguns, essa rotina – isto é, o término da aula, o final do expediente no trabalho ou mesmo de uma atividade de lazer – é um indicativo de que mais um dia do seu cotidiano está próximo de acabar. Sinaliza ainda que o retorno à sua moradia está próximo, pois se encerra mais um dia. Essa, no entanto, não é a realidade de outros milhões de paulistanos, entre os quais estou inserido, que estão submetidos a uma intensa e duradoura etapa (que parece interminável) de retorno para casa através do transporte público.

Ao terminar a aula, caminho para o ponto de ônibus e não mais que em cinco minutos já estou nele aguardando o transporte. Percebo que o ponto não está muito cheio, o que significa geralmente duas possibilidades: ou os alunos de outras salas e/ou departamentos ainda não saíram de suas aulas ou, pior, o(s) ônibus acabara(m) de passar. Neste momento, coloco o fone de ouvido e ligo o rádio, a fim de acalmar a angústia e frustração resultante da espera pelo transporte coletivo ou de que algum programa de rádio possa me fornecer alguma distração durante o retorno até a minha casa, através do ônibus, metrô, trem e lotação. Evidentemente, por mais interessante que a programação noturna do rádio se apresente, nada é o suficiente para combater o desgaste físico e mental que esse último deslocamento proporciona.

Vem o primeiro ônibus e, para o meu desespero, este nem para no ponto. A indignação é tão intensa, que quase se torna impossível observar o óbvio, o motorista somente não parou no ponto porque aquele ônibus está absolutamente lotado, não havendo a menor possibilidade de entrar qualquer pessoa nele, quanto mais dez ou vinte indivíduos, quantidade de pessoas que estão no ponto neste momento. No entanto, já faltam dez minutos para as 23 horas, dentro de no máximo uma hora e meia, a dificuldade para voltar para casa dobrará, pois as linhas de trem e metrô

encerram as suas atividades e a oferta de ônibus fica limitada há algumas linhas que fazem o deslocamento noturno por São Paulo (as chamadas linhas noturnas).

Vêm o segundo ônibus, este também não para no ponto, daí percebo que por mais que o cansaço esteja em um alto nível, a maior e melhor possibilidade para conseguir sair da Universidade será deslocar-me até um ponto que ofereça maior quantidade de ônibus que me possibilite a chegada até a estação Butantã do metrô. Ando o mais rápido que consigo naquele momento e, cerca de dez minutos depois, chego até o próximo ponto.

Aproximadamente às vinte e três horas e cinco minutos eu consigo pegar o ônibus, ele está longe de ser considerado vazio, mas dessa vez ao menos o motorista pôde abrir a porta e assim eu e as outras pessoas que estavam neste ponto puderam embarcar em direção ao metrô.

A viagem dura em torno de dez minutos e neste período em que estou encurralado por dezenas de pessoas, sacolas e mochilas me questiono se a expressão “enlatado” é capaz de transcrever como me sinto naquele momento. Finalmente chegamos à estação Butantã do metrô e o sentimento de indignação diminui à medida que estou “um pouco” mais perto de casa. No entanto, falta pelo menos mais uma hora para que eu finalmente “coloque os pés em casa”, isso sem levar em consideração a possibilidade de acontecer algum problema relacionado à parte técnica do metrô ou do trem, o que é frequente. Dessa forma, não é possível dizer que “o pior já passou”, mas otimista que sou, conto que hoje, data deste relato, nada além dos ônibus perdidos resultarão em atraso no meu deslocamento.

O metrô no qual embarco, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo, parte da estação relativamente vazio¹ em direção à estação Luz, localizada no centro da cidade. Neste momento, permito ao meu corpo um descanso de cerca de quinze minutos,² quando consigo “tirar” um breve cochilo.

Na chegada à estação da Luz, realizo a baldeação entre o metrô e o trem caminhando pelas escadas rolantes e corredores na maior velocidade que consigo,

¹ Considero vazio um metrô que apresente a maior parte ou todas as cadeiras ocupadas, no entanto, não possua ninguém em pé.

² Quinze minutos é o tempo médio dos deslocamentos entre as estações Butantã e Luz da linha 4 (Amarela) do metrô de São Paulo.

durante esse período carrego comigo a esperança de que o trem esteja parado na plataforma. Infelizmente, ao chegar, por volta das onze e trinta e cinco da noite, constato mais uma vez que ele não está lá. Logo, o que resta é me posicionar na plataforma e esperar que o próximo trem chegue à estação, processo que pode demorar entre um e quinze minutos.³ A única certeza é que mais uma vez pegarei uma das últimas composições que irão para o extremo da zona leste da cidade de São Paulo.

Cinco minutos depois o trem chega e rapidamente sai, porém, ao contrário do metrô, nesse modal de transporte já não consigo um assento, o que significa que serão ao menos cinco minutos⁴ mais em pé. Na estação Brás, finalmente, vaga um assento no trem e mais uma vez recorro a um breve cochilo pelos vinte e cinco minutos que ainda restam pelo deslocamento até a estação Dom Bosco, na qual desço para embarcar, ou ao menos tentar, na penúltima lotação, que parte desta estação por volta da meia noite e dez. Caso eu não alcance esta lotação, terei que aguardar a última que, geralmente, parte entre meia noite e vinte e meia noite e trinta, de acordo com a sensibilidade do motorista.⁵

Ao me aproximar da estação Corinthians-Itaquera, observo aquele imenso estádio de um lado e o shopping, que parece cada vez maior, do outro e tento entender qual função esses equipamentos têm nessa área? Qual a importância desses espaços para a dinâmica de reprodução da vida da população que mora ali? Por que a escolha de Itaquera para abrigar objetos que parecem dizer pouco sobre a área? Enfim, levanto algumas hipóteses, mas não chego a nenhuma explicação plausível. Por volta da meia-noite e cinco chego à estação do trem. Nesse momento, penso na possibilidade de desembarcar nessa estação e tentar embarcar nas lotações cujos trajetos se encerram nesse local. Embora elas possuam um deslocamento maior até em casa, podem ser consideradas uma escolha mais segura em relação à tentativa

³ À medida que vai se aproximando o horário de encerramento das operações do trem e do metrô (por volta da meia-noite e meia) o intervalo de partida entre as composições aumenta.

⁴ Geralmente o deslocamento entre as estações Luz e Brás da Linha 11 (coral) da CPTM dura em média cinco minutos e frequentemente nessa estação e nesse horário é possível conseguir um lugar para sentar.

⁵ Vale ressaltar que neste momento, o fiscal responsável pela linha já não está no ponto final, dessa forma, aparentemente, fica a critério do motorista o horário para realizar a última viagem. Há uma orientação da SPtrans sobre o horário da última viagem realizada pelos ônibus e/ou lotações, no entanto, nem sempre ela é seguida.

de embarque na lotação que parte da estação Dom Bosco e desloca-se mais rapidamente até onde moro. Isso porque existem mais linhas de lotação que partem de Itaquera, o que aumenta a possibilidade de haver algum veículo ali com horário de saída próximo à hora que estou chegando na estação. Além disso, nessa estação há uma movimentação maior de pessoas transitando, o que confere algum sentimento de segurança.

Desta vez, ao contrário de outras tantas, eu resolvo prosseguir no trem e desembarcar na próxima estação, na esperança de que eu consiga embarcar na penúltima lotação da estação Dom Bosco da CPTM. Infelizmente, ao desembarcar do trem, avisto a lotação saindo do ponto, iniciando o seu percurso.⁶

Neste momento, diversos sentimentos despertam em minha cabeça, desde a culpa por não ter desembarcado na estação anterior, passando por uma raiva do motorista, que não aguardou sequer cinco minutos (tempo necessário para que eu pudesse me deslocar da plataforma na qual descii até o terminal de ônibus), e, por fim, uma profunda indignação e frustração por estudar e trabalhar tão longe de onde vivo. No entanto, isso de nada vale, a lotação já saiu e o que me resta agora é aguardar a próxima e última lotação para conseguir chegar em casa. A confusão de sentimentos relatada anteriormente soma-se ainda a sensação de medo e de insegurança recorrente da violência expressa na cidade, além da sensação de fragilidade ao aguardar a próxima lotação em um local que nesta altura da noite, ou melhor, da madrugada já não possui circulação de pessoas.

Finalmente a última lotação chega, por volta de meia-noite e dezessete. Rapidamente embarco, porém, de nada vale a minha velocidade em adentrar ao veículo, visto que o seu motorista sairá desse ponto somente a meia-noite e vinte oito.

Dez minutos depois, chego à última parada do meu destino, local em que desembarco e caminho cerca de cinco minutos, na maior velocidade em que o meu corpo ainda me permite andar, para finalmente chegar em casa.

⁶ A linha de ônibus mencionada neste relato trata-se da linha 3741-10 que faz o trajeto entre as estações Dom Bosco e Corinthians-Itaquera. Minha residência se localiza entre as estações, sendo mais próxima da primeira estação,

Sinceramente, muitas vezes já nem me lembro mais da temática da aula ou de observações que achei interessante e que necessitariam de maior reflexão para propiciar uma compreensão melhor sobre o assunto. Em contrapartida, algumas questões se repetem constantemente na minha cabeça: por que é necessário ir tão longe para garantir o acesso à Universidade? Por que é imposto um deslocamento entre vinte e trinta quilômetros para conseguir um trabalho com melhor remuneração? Ou ainda, por que os modais de transportes são, ou ao menos parecem ser, insuficientes para pessoas que moram no lugar onde moro, ou para áreas mais distantes do centro. Mais uma vez a indignação se torna intensa.

Ao chegar, realizar a higiene pessoal e me alimentar, nada mais me resta além de tentar minimamente descansar e me preparar para o próximo dia, que se inicia em menos de cinco horas.

Essa é a minha rotina, assim como a de milhões de pessoas que sobrevivem em uma área periférica da metrópole de São Paulo. Dessa vez, mais que me indignar sobre essa situação, decidi refletir sobre todas essas questões e lançar luz sobre elas e algumas outras que estão diretamente inseridas no meu cotidiano e de uma parcela da população paulistana.

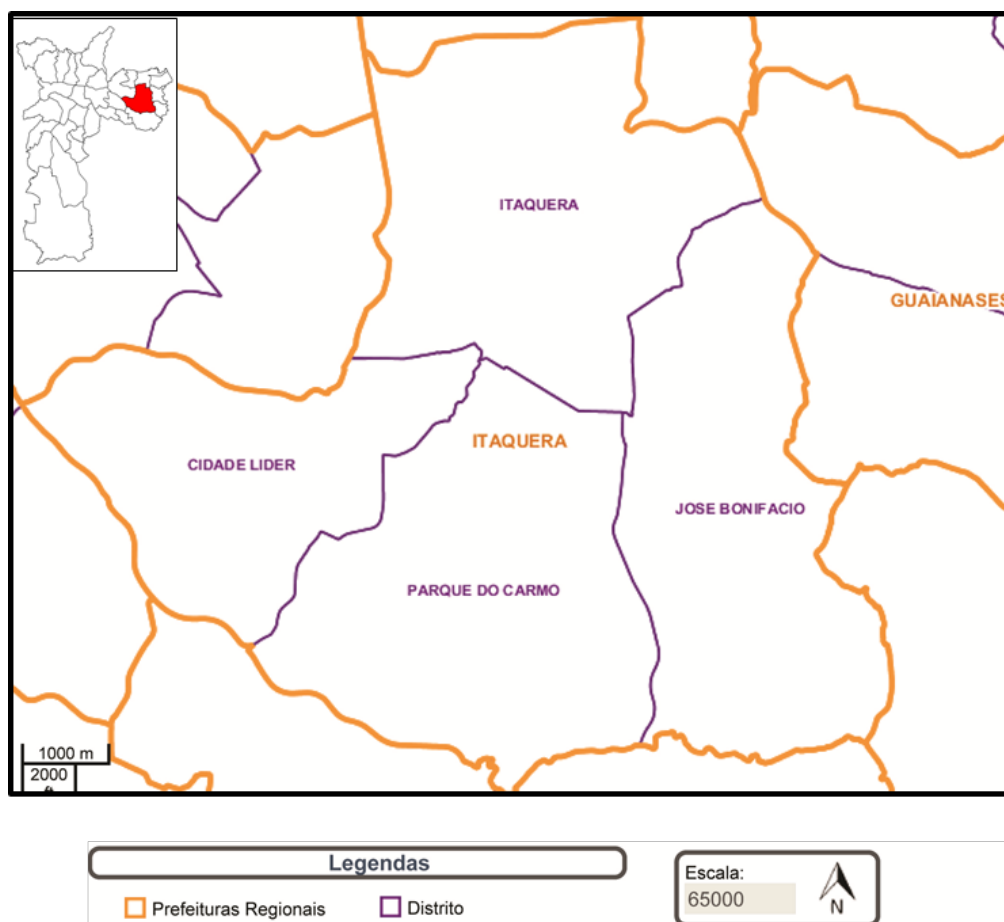
INTRODUÇÃO

Os questionamentos iniciais que deram origem a esta pesquisa partiram da vivência do meu cotidiano durante os anos de graduação, descrita na apresentação acima, na qual a experiência de me deslocar por ao menos três pontos distintos e distantes da cidade de São Paulo resultava em um profundo desgaste físico e mental, além de impossibilitar a apropriação da cidade. Dessa forma, tornava-se nítido que, apesar de ser morador de uma área da cidade, estava completamente excluído da possibilidade de usufruir das atividades e oportunidades oferecidas por ela, o que me conferia o *status* de um sobrevivente nessa cidade. No entanto, conforme indiquei anteriormente, ao me deslocar por Itaquera, tenho percebido algumas transformações ocorridas neste espaço, especialmente nas proximidades da estação de metrô e trem Corinthians-Itaquera. Essas alterações, aparentemente isoladas e desconexas em relação ao cotidiano das milhares de pessoas que utilizam a estação para embarcar no trem e no metrô, começaram a se avolumar de tal forma que já não era mais possível chamá-las de isoladas, passando assim a evidenciar que havia um movimento de intensa transformação naquela área, faltando somente ficar claro quem estava coordenando tais transformações (o Estado, a iniciativa privada ou mesmo os moradores das proximidades) e, principalmente, quais seriam os seus interesses ao intervir nesse espaço.

Essas inquietações resultaram em uma pesquisa que busca discutir a pertinência do conceito de centralidade para entender as transformações que estão ocorrendo em Itaquera, uma zona periférica da metrópole de São Paulo.

Para viabilizar o estudo foi selecionada a região administrativa de Itaquera, como recorte espacial de um processo que certamente não se encerra, nele, nem tampouco o atinge de forma homogênea. Mas, a escolha da região administrativa permitiu acesso a dados que são sistematizados pelo poder público e também por entidades privadas (como o Secovi) em função dessa base territorial que servirá de estudo de caso, conforme pode ser observado no mapa a seguir.

Mapa 1: Distritos que compõem a região administrativa de Itaquera (2020)



Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Geosampa*: Mapa Digital da cidade de São Paulo. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Itaquera nasce como distrito em 1920, englobando uma vasta área que comporta os atuais distritos de Itaquera, Cidade Líder, José Bonifácio e Parque do Carmo. Dessa forma, eles se constituíam como unidade administrativa até o início da década de 1990, logo, a história de formação e mesmo as condições de formação e de produção do espaço dessa área estão intimamente ligados, ainda que, a partir de 1991, o então distrito de Itaquera é seccionado transformando-se nos quatro distritos diferentes indicados anteriormente.

Com base nisso, para viabilizar uma análise a partir da documentação histórica de Itaquera, além de possibilitar o uso dos dados estatísticos produzidos pelo Estado, utiliza-se nesta pesquisa a divisão administrativa realizada pela Prefeitura da cidade de São Paulo. Dessa maneira, quando for mencionado o distrito de Itaquera tal como

era em 1920, será utilizada as expressões “região administrativa”, “zona administrativa” ou “Itaquera”; enquanto nas ocasiões em que houver menção exclusivamente ao distrito de Itaquera, conforme indicado pela legislação de 1991, será utilizado somente “distrito de Itaquera”.

A escolha desse espaço ocorreu porque nele está situado o meu lugar, que segundo Carlos, “é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões” (2007, p. 17.). Nesse sentido, parece ser fundamental iniciar qualquer tentativa de compreensão das relações sociais e econômicas ocorridas no planeta a partir do ambiente no qual minha vida se reproduz no dia a dia, no local em que minhas ações e inações me possibilitam ou me expropriadam da percepção, compreensão, apropriação e vivência do espaço. Por se tratar de um lugar inserido num determinado contexto social, econômico e político, é importante lembrar que as dinâmicas observadas na metrópole se reproduzem nesse território, pois as situações hipotéticas se tornam momentos concretos nas vidas de uma pessoa ou de uma coletividade que habitam o lugar. Em outras palavras, é nessa escala que termos como desigualdade, pobreza, expropriação, carência, assumem os seus significados no espaço.

Justamente por viver nesse espaço desde a infância foi possível perceber as alterações que ocorreram nele durante os últimos anos, o que conseqüentemente, resultou na expansão da região administrativa e escancarou alguns processos em andamento, principalmente no distrito de Itaquera, que interferem diretamente no cotidiano dos moradores dessa área ou os expulsam dali.

Dessa forma, a fim de compreender melhor se essas transformações configuram o surgimento de uma possível centralidade no distrito de Itaquera, foram realizados os seguintes procedimentos de pesquisa: levantamento bibliográfico sobre produção do espaço urbano, sobre a metrópole de São Paulo e sobre Itaquera; coleta e sistematização de dados estatísticos e mapas; levantamento e análise de leis e documentos oficiais. A exposição da pesquisa foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo é o momento no qual se busca compreender como o conceito de centralidade é trabalhado por alguns autores que privilegiam em suas análises a forma como o espaço é produzido nas metrópoles do mundo. No capítulo dois procura-se mostrar um pouco das transformações que ocorreram na região administrativa de

Itaquera entre o início do século XX até meados dos anos 1980. Esse recorte temporal é importante porque é nesse momento histórico que a região administrativa de Itaquera começa a se inserir de modo mais intenso no tecido urbano da metrópole de São Paulo e, como consequência, ganha importância para a dinâmica de produção desse espaço, inserindo-se na metrópole como periferia, local que fundamentalmente abrigava a população trabalhadora, seja nos conjuntos habitacionais, seja nas moradias autoconstruídas. Evidentemente, não deve ser esperada uma narrativa historiográfica de todos os momentos em que houve alguma alteração em Itaquera, no entanto, espera-se que a partir deste capítulo seja possível perceber as razões pelas quais essa zona administrativa se transformou em uma das áreas mais populosas da cidade.

Por fim, pretende-se apresentar no capítulo três o processo de consolidação de Itaquera como periferia da metrópole de São Paulo, ocorrido ainda na década de 1990, e tendo como marco a instalação de um grande equipamento público instalado nessa zona administrativa nesse período. Além disso, pretende-se expor as intervenções que foram realizadas no distrito de Itaquera ao longo da década de 2010. Com isso, almeja-se desvendar como o processo de produção do espaço observado nessa região representa o surgimento de uma nova centralidade, dotada de conteúdos complexos que se relacionam com a chegada de capitais exteriores aos que já existiam neste local. Dessa forma, essa nova centralidade inseriria Itaquera de forma diferente na lógica de produção do espaço da metrópole, concentrando nessa área conteúdos complexos, o que não faziam parte da paisagem desse distrito até os últimos anos.

Essa discussão sobre a centralidade em Itaquera dialoga com a possibilidade de conceber o distrito de Itaquera como um território-reserva nos moldes que esse conceito foi apresentado a partir dos estudos de Rosa Tello Robira, em sua obra *Áreas metropolitanas: espaços colonizados*. Dessa maneira, algumas inquietações individuais ganharam sentido e compreensão a partir desta pesquisa, a partir da geografia.

CAPÍTULO 1: Reflexões sobre a produção do espaço na metrópole e a questão da centralidade

1.1 A produção do espaço na metrópole

A observação de diferentes áreas que constituem a metrópole de São Paulo poderia indicar que, atualmente, o espaço da cidade, especialmente nas áreas periféricas, apresenta-se complementemente desorganizado, resultado de um crescimento descontrolado da população que vive nestas áreas aliado às sucessivas décadas de falta de políticas públicas capazes de promover um planejamento urbano adequado para este espaço:

Numa primeira aproximação (insuficiente, mas necessária), [as formas da metrópole] apontam a metrópole como mosaico de lugares diferenciados em seus contrastes profundos entre arquiteturas, materiais construtivos, densidades de infraestrutura, que sumariamente distingue a pobreza da riqueza e hierarquiza os indivíduos na cidade. Vai assinalando, assim, a diferenciação na acessibilidade dos membros da sociedade ao espaço urbano socialmente produzido, e, com isso, a existência da propriedade do solo urbano delimitador dos acessos, mas também das separações que se fazem nos lugares. (CARLOS, 2016, p. 99)

Essa aproximação da metrópole nos permite ter uma impressão sobre a paisagem que se revela nesse espaço. No entanto, a fim de compreendermos as ações e os processos que resultam na constituição de uma paisagem, torna-se necessário estabelecer o que representa o termo paisagem no escopo desta pesquisa. Assim, partimos da delinação de Serpa:

A paisagem resulta de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe também um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, que é, em princípio, “invisível” e resulta sempre do “casamento” da paisagem com a sociedade. (SERPA, 2013, p. 170)

Dessa forma, podemos perceber que, na verdade, as diferentes áreas observadas em distintos pontos da metrópole constituem em uma paisagem que revela os seus aspectos visíveis, observados a partir dos olhos e de outros sentidos

do corpo humano, no entanto, camufla os aspectos invisíveis,⁷ que, apesar de não se mostrarem de maneira mais direta, ou seja, por meio dos sentidos, permitem sua percepção de maneira subjetiva, isto é, através dos diversos impactos que causam nas vidas das pessoas. Nesse sentido, a (re)produção do espaço, de acordo com a sociedade que ali vive, resulta na constituição de uma paisagem, sendo necessário interpretar os seus aspectos visíveis para entender as suas características não visíveis.

Essa compreensão, conforme nos mostra Carlos (2011), é fundamental para entendermos que as paisagens retratam um determinado espaço produzido e este, por sua vez, é a condição, meio e produto da reprodução social, visto que, ao se reproduzir, a sociedade altera, apropria-se e se utiliza do espaço de acordo com sua história, cultura e organização social, o que resulta na transformação deste espaço.

Ao refinarmos ainda mais a análise e procurarmos captar o que mostra o espaço produzido em uma metrópole como São Paulo, notaremos, conforme aponta Carlos, que o atual processo de urbanização nas metrópoles:

[...] revela a produção de um “novo espaço”, isso porque o capitalismo se expandiu e, ao se realizar, tomou o mundo. Esse é o momento da redefinição da metrópole, de sua explosão, da extensão das periferias, da reprodução do espaço num outro patamar em razão dos novos conteúdos do estágio globalizado da economia das relações e dos graus de dependência das áreas entre si. (CARLOS, 2009, p. 304)

Desse ponto de vista, os processos que constituem a atual metrópole de São Paulo não podem ser analisados a partir de uma perspectiva local, a margem das relações, redes e fluxos que ocorrem nas demais partes do mundo, mas sim como um espaço produzido de acordo com a posição e a função que ocupa na lógica da reprodução de mercadorias, sendo o próprio espaço uma dessas mercadorias, para atender as demandas do capitalismo e estabelecendo conexões com as demais regiões do planeta.

No entanto, essas transformações não se sobrepõem a espaços vazios, ou seja, a lugares sem história ou desabitados anteriormente. Há resistência das pessoas

⁷ Entendemos como os aspectos invisíveis da paisagem as ações, processos e razões que justificam o seu aparecimento.

que vivem nessas áreas, buscando garantir a possibilidade de sobreviver na metrópole, o que leva à eclosão dos diversos conflitos que opõe as demandas necessárias para a reprodução do capitalismo e as necessidades da população desses locais.

1.2 Reflexão sobre os conceitos de centralidade e sua relação com a produção do espaço

Existem algumas formas de tentar compreender como o espaço foi produzido, partindo da análise de elementos que contribuíram para sua transformação. Nesta pesquisa, acreditamos que o constante processo histórico do qual resulta a produção do espaço nas cidades atuais apresenta como um de seus produtos a **centralidade**. Por conta dessa relevância na compreensão da produção do espaço essa realidade e conceito serão estudados no decorrer desta pesquisa. No entanto, para analisarmos a centralidade no contexto do modo capitalista de produção, é preciso compreender a relação entre ela e a **periferia**, que é vista como “o outro” da centralidade, estabelecendo assim uma relação dialética, simultânea, antagônica e conflituosa entre os dois produtos.

Numa primeira aproximação, é importante lembrar que a centralidade não surge com o capitalismo, embora o seu significado se altere a partir da implantação das relações capitalistas de produção, mas sim com a constituição das cidades. Neste sentido, partindo do pressuposto de que as cidades datam de um período anterior ao capitalismo, e que esses territórios tinham instituições jurídicas, políticas e sociais distintas, é razoável supor que havia algum tipo de organização interna dos seus núcleos ou centros urbanos e que esses espaços eram destinados para determinados usos. Segundo Lefebvre:

A cidade conserva um caráter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia, e que se traduz na organização corporativa. A vida comunitária (comportando assembleias gerais ou parciais) em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra.⁸ No contexto urbano, as lutas de facções,

⁸ O conceito de obra aqui se refere ao uso da cidade como a Festa, ou seja, a apropriação do espaço sem nenhum outro objetivo além de gozo e prestígio.

de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer. Os confrontos entre o “popolo minuto” [cidadãos pertencentes às classes inferiores], “o popolo grasso” [pessoas ricas e influentes na sociedade], a aristocracia ou a oligarquia, têm a Cidade por local, por arena. Esses grupos rivalizam no amor pela sua cidade. Quanto aos detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados. Justificam seu privilégio diante da comunidade gastando suntuosamente suas fortunas: edifícios, fundações, palácios, embelezamentos, festas. (LEFEBVRE, 2008, p. 13)

Com base nisso, observa-se que a relação estabelecida entre a sociedade com os espaços que constituíam essas cidades, ou seja, as ruas, praças, monumentos, era amparada no valor de uso, ou seja, a cidade proporcionava aos seus cidadãos determinados espaços destinados ao encontro entre as pessoas, lugares que possibilitavam a observação dos monumentos, a contemplação e devoção coletiva aos deuses e a realização de festas, fatores que configuravam esses espaços como centralidades nesse período.

De acordo com Lefebvre (2008), essa forma de constituição das cidades e, conseqüentemente, dos centros urbanos sofreu profunda transformação a partir da consolidação das relações capitalistas de produção, principalmente quando tem início o processo de industrialização. Esse marco histórico seria a gênese do que esse autor considerou como “o motor das transformações na sociedade” ou o processo “que caracteriza a sociedade moderna”.

Esse processo rompe as estruturas e organizações urbanas preexistentes e implementa radicais alterações nas relações produtivas, econômicas e sociais, além das transformações no espaço geográfico:

Ela [a indústria] ataca também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos [urbanos, as centralidades], apoderando-se destes. O que não impede a extensão do fenômeno urbano, cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com a anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão de obra disponível). (LEFEBVRE, 2008, p. 16)

Neste contexto, altera-se a realidade da cidade e da interação dos sujeitos sociais que ali vivem. Dessa forma, enquanto no período anterior ao processo de industrialização, a cidade proporcionava aos cidadãos a possibilidade do encontro

entre as pessoas nos seus núcleos urbanos, desde a Revolução Industrial, as cidades assumiram um novo papel, tornando-se o espaço que deveria proporcionar a produção, circulação e consumo das mercadorias, além de, posteriormente, tornar-se a própria mercadoria a estar sujeitada às lógicas do capitalismo. Ainda assim, por concentrar atividades, capital, mercadorias, o poder político, as cidades continuam concentrando pessoas divididas por classes sociais, ocupando espaços distintos. Dessa perspectiva, é na cidade que as relações sociais se realizam, possibilitando encontros, trocas, organizações sociais e lutas urbanas.

A transformação do sentido de apropriação da cidade, passando a pensá-la a partir do valor de troca e não mais pelo seu valor de uso, é fundamental para compreender o processo de implosão-explosão da cidade, tal como expôs inicialmente Lefebvre (2008). Nesse sentido, entendemos que esse processo ocorre em tempos e condições diferenciadas e desiguais (como no caso de Paris, na França, e de São Paulo, no Brasil, por exemplo), mas resulta em um fenômeno no qual os núcleos urbanos antigos explodem e se deterioram, fazendo com que as pessoas se desloquem para as regiões periféricas das cidades ou de áreas em seu entorno (áreas que passam a fazer parte das regiões metropolitanas). Simultaneamente, contingentes gigantescos de pessoas vêm para as cidades em busca de condições de vida melhores, amontoando-se no espaço urbano, que se expande em direção à periferia. Em consequência desse processo, surge a necessidade de criação de novos espaços, incorporando continuamente áreas que estavam no tecido urbano à margem dos núcleos urbanos das metrópoles. No caso das metrópoles de países periféricos, como São Paulo, esse processo tem sido extensivo e intensivo, marcando profundas desigualdades socioespaciais.

Essa expansão, aparentemente natural, na verdade retrata a ação de três agentes sociais que interagem, conflitam e intervêm diretamente no espaço

geográfico, são eles: a elite econômica,⁹ os trabalhadores¹⁰ e o Estado¹¹, agente que devido a suas características, alia-se a um dos agentes, empregando uma racionalidade tecnocrática, isto é, uma lógica que tende a negligenciar o “fator humano das cidades” para produzir um novo espaço.

Neste sentido, considerando o panorama global, pode-se afirmar que atualmente há uma atuação conjunta entre o Estado e as elites econômicas, resultando em dificuldades cada vez maiores de sobrevivência da classe trabalhadora na metrópole.

Deste modo, a expansão da mancha urbana, ou seja, a incorporação de novas áreas da metrópole a lógica de produção do espaço urbano, desencadeia alguns fatores, entre os quais podemos observar:

- a transformação das áreas nas quais estão os antigos núcleos preexistentes ou das áreas centrais das cidades, favorecendo o aproveitamento desse espaço segundo o seu valor de troca (em detrimento do valor de uso);
- a expulsão dos trabalhadores das áreas centrais, tornando-as um espaço privilegiado, acessado¹² somente pela elite econômica;
- a criação de periferias, para abrigar os contingentes populacionais que já não encontram condições de ocupar as áreas centrais da cidade; e
- a (re)invenção de novas centralidades, que apresentam funções muito específicas, geralmente, determinadas pelo Estado, cujo principal propósito é a sujeição às lógicas de capitalismo, isto é, a produção do lucro, por meio do consumo de mercadorias no espaço ou consumo do espaço em uma metrópole que se encontra cada vez mais fragmentada.

No caso de metrópoles como São Paulo, a configuração apontada acima resulta na coexistência de espaços completamente integrados à economia global, ou

⁹ Considera-se como elite econômica a burguesia ou os grandes empresários capitalistas, detentores dos meios de produção, também chamado de iniciativa privada.

¹⁰ Pessoas expropriadas dos meios de produção, cuja única forma de sobrevivência está condicionada a venda da sua força de trabalho.

¹¹ Representados pelos diversos agentes políticos nas mais diversas escalas de um território. A relevância desse agente está no fato dessa instituição deter os monopólios da violência, por meio dos seus agentes de segurança (polícias, exércitos, etc); além de ter a prerrogativa de regulamentar e legislar as ações dos demais agentes.

¹² Embora em alguns espaços privilegiados haja a limitação física de acesso ao espaço (por meio de portões, cancelas e ou muros), o significado atribuído aqui ao termo “acesso” se refere à possibilidade de uso sem qualquer cerceamento ou impedimento.

seja, centralidades (como é o caso da Avenida Faria Lima) e as imensas periferias nas quais as condições de sobrevivência são mínimas.

Com base nas ideias apresentadas anteriormente, parece-me que os investimentos realizados pelo Estado no distrito de Itaquera, especialmente nas proximidades da estação do metrô, podem ser um indício de que há um processo em curso para levar essa fração da metrópole à condição de uma nova centralidade, complexa e diversificada do ponto de vista dos seus conteúdos, capaz de promover uma revalorização desse espaço e do seu entorno. Esse processo sinaliza que o território está completamente integrado à lógica de reprodução do espaço imposta à metrópole. Além disso, a realização de alterações que privilegiam o valor de troca, tornando Itaquera um espaço mais valorizado nos últimos anos, alvo de investimentos do mercado imobiliário, pode ser uma amostra de que esse fragmento urbano está se diferenciando do seu papel como área periférica, papel construído historicamente a partir da expansão da urbanização de São Paulo, em meados da década de 1970.

Por outro lado, para Sposito (2016), a centralidade assume um aspecto subjetivo, no qual:

[...] a centralidade não é, propriamente concreta; não pode ser vista numa imagem de satélite; é difícil de ser representada cartograficamente, por meio da delimitação de um setor da cidade; não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades; não se pode percorrê-la ou mesmo vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, componha nossa memória urbana e seja parte de nosso imaginário social sobre a vida urbana. (SPOSITO, 2016, p. 73)

Por essa perspectiva a centralidade apresenta uma característica fluída, pois se redesenha continuamente, em períodos curtos de tempo, materializando-se por meio da circulação de pessoas, das mercadorias, das informações e dos valores. Nesse sentido, a centralidade seria materializada no espaço das áreas centrais, sendo estas os locais da cidade que concentram as atividades comerciais, os serviços, a possibilidade de uso das ruas e das praças. No entanto, conforme salienta a autora, “as áreas centrais são, assim, espaços que ancoram a constituição de centralidades, mas não são a mesma coisa que elas” (Sposito, 2016, p. 73), isso nos leva a perceber que o plano da localização é insuficiente para compreender a centralidade, sendo

necessário analisar as relações entre a localização de um fragmento espacial e os fluxos que ocorrem nele em determinado período.

Outro conceito trabalhado por Sposito é a noção de policentralidade, que se trata, segundo a autora, de “grandes superfícies comerciais e de serviços, que redefinem, de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se estabelecendo no decorrer do tempo” (Sposito, 2016, p. 75). Por esse ponto de vista, esses espaços seriam capazes de competir com o centro principal da cidade, visto que ampliaria de modo profundo a centralidade que outra área da cidade já exercia. Desse modo, esses espaços além de serem planejados, construídos e ocupados em áreas de baixo preço de mercado, serviriam como promotores de valorização e, conseqüentemente, da especulação imobiliária do lugar ou da região. Segundo a autora, esse processo de produção se definiria a partir de ações que são “deliberadas, planejadas e intencionais, pensadas por um pequeno grupo de interessados nelas” (Sposito, 2016, p. 76).

Essas áreas seriam destinadas a atender as expectativas de uma parcela muito específica da sociedade, que apresenta determinado padrão de consumo. Logo, ao apresentar áreas que têm características modernas, melhor equipadas, que trazem mais comodidades e confortos àqueles que podem pagar por eles, esses lugares gerariam o deslocamento de consumo e de fluxos (pessoas, mercadorias, serviços) de áreas que se constituíram historicamente como centrais nas cidades.

A partir dessa perspectiva, o distrito de Itaquera poderia estar inserido dentro da lógica de policentralidade? Parece-me que as diversas alterações que foram realizadas na área de Itaquera até o momento, ao menos por enquanto, não resultaram no oferecimento de opções de comércio e de serviços mais complexos, capazes de proporcionar o deslocamento de novos investimentos da iniciativa privada e de consumidores com características da classe média de São Paulo¹³ para esta

¹³ Consideramos como classe média as pessoas que têm renda entre R\$ 1.908 e R\$ 11.408. Esse critério de classificação econômica, denominado “Critério Brasil” é divulgado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) e foi utilizado pela Pesquisa “Origem e Destino” realizada pelo Metrô de São Paulo. Além dessa classificação, o Ipea estabelece outra que adota como classe média as pessoas que têm renda entre R\$ 2.702,88 e R\$ 17.764,49. Essa classificação foi disponibilizada no site da Folha de S. Paulo: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/inflacao-de-2021-atingiu-mais-a-classe-media-e-ficou-abaixo-de-10-para-alta-renda.shtml>>. Acesso em: 3 fev. 2022.

região administrativa,¹⁴ o que faz com que a maioria das pessoas com esse perfil consuma mercadorias de um certo “padrão diversificado e diferenciado” oferecido nos espaços de consumo concentrados em áreas como o distrito do Tatuapé¹⁵ e seu entorno¹⁶. Essa concentração atrai para o distrito do Tatuapé e entorno mais investimentos da iniciativa privada, o que estabelece um novo padrão urbanístico a esta área, considerada por Rolnik (2001) como um enclave residencial de alto padrão dentro da zona leste, formado a partir de investimentos privados. Nesse sentido, segundo a autora, observa-se nessa região administrativa um intenso processo de verticalização, realizado em áreas controladas de condomínios fechados, locais pensados para abrigar uma classe média-alta. Além disso, trabalhadores de diversas áreas da zona leste da cidade, especialmente das regiões mais periféricas, entre as quais Itaquera, deslocam-se para o Tatuapé e entorno, em busca de obter trabalho com remunerações maiores. As tabelas a seguir sinalizam o perfil da população que mora nas regiões administrativas de Itaquera e da Mooca (onde se insere o distrito de Tatuapé), além do número de empregos formais distribuídos por cada uma dessas regiões, classificados a partir do número de salários mínimos.

¹⁴ O termo “região administrativa” não tem uma conotação tal como define o conceito geográfico de região, e sim, refere-se apenas aos distritos que compõe a subprefeitura de Itaquera ou da Mooca.

¹⁵ O distrito do Tatuapé é conhecido pela concentração de espaços de consumo voltados para o público jovem, especialmente barzinhos e lanchonetes; além da diversidade de comércio e serviços observados tanto nas ruas do distrito, como no Complexo Tatuapé (composto pelos dois shoppings situados a leste e a oeste da estação Tatuapé – Shopping Metrô Tatuapé e Shopping Metrô Boulevard Tatuapé) que tem 450 lojas (dado disponível em: <<http://www.complexotatuape.com.br/shopping.asp#:~:text=Al%C3%A9m%20de%20lojas%20e%20Pra%C3%A7as,mil%20visitantes%20di%C3%A1rios%20dos%20shoppings>>. Acesso em: 3 fev. 2022) voltadas para os diversos públicos que frequentam essa área. Por conta dessas características, essa área atrai pessoas de diversas locais da cidade, inclusive de Itaquera seja para trabalhar seja o consumo.

¹⁶ Para mantermos o mesmo padrão adotado para a região administrativa de Itaquera, a análise dos dados estatístico do Tatuapé considerará além do distrito de mesmo nome, região administrativa da Mooca.

Tabela 1: Município de São Paulo (zonas administrativas de Itaquera e da Mooca) – População por faixa de renda – 2017

		Faixa de renda (*)				
		Até R\$ 1.908	De R\$ 1.908 a R\$ 3.816	De R\$ 3.816 a R\$ 7.632	De R\$ 7.632 a R\$ 11.448	Mais de R\$ 11.448
Região administrativa	Itaquera	118.069	279.917	122.326	19.103	9.068
Distritos	Cidade Líder	35.033	49.578	39.634	6.224	2.931
	Itaquera	48.302	108.169	42.093	6.747	4.671
	José Bonifácio	21.869	87.235	24.045	947	-
	Parque do Carmo	12.865	34.935	16.554	5.185	1.466
Região administrativa	Mooca	32.849	125.376	151.842	30.374	17.022
Distritos	Água Rasa	11.130	29.765	33.643	3.848	4.811
	Belém	6.029	20.794	15.621	3.725	2.232
	Brás	4.377	21.113	6.333	472	-
	Mooca	3.716	17.948	47.136	6.195	4.584
	Pari	2.456	10.925	3.259	1.535	538
	Tatuapé	5.141	24.831	45.850	14.599	4.857

(*) Em reais de abril 2018

Fonte: Metrô/SP - Pesquisa Origem e Destino 2017.

Tabela 2: Município de São Paulo (zonas administrativas de Itaquera e da Mooca) – Número de empregos por faixa de rendimento em salários mínimos (SM)* – 2019

		Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	De 2,01 a 4 SM	De 4,01 a 10 SM	Mais de 10 SM
Região administrativa	Itaquera	4.039	44.458	32.994	9.565	3.241
Distritos	Cidade Líder	806	9.232	4.833	1.643	502
	Itaquera	1.787	15.475	7.568	2.718	911
	José Bonifácio	613	8.850	11.179	1.928	305
	Parque do Carmo	833	10.901	9.414	3.276	1.523

		Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	De 2,01 a 4 SM	De 4,01 a 10 SM	Mais de 10 SM
Região administrativa	Mooca	9.236	156.415	84.077	35.341	8.687
Distritos	Água Rasa	628	13.426	11.411	1.632	166
	Belém	2.049	20.350	10.648	5.021	1.158
	Brás	1.161	27.056	11.414	5.669	1.173
	Mooca	1.704	26.282	19.686	7.892	1.506
	Pari	447	12.947	6.707	3.320	2.481
	Tatuapé	3.207	56.354	24.211	11.807	2.203

* De acordo com o decreto n. 9.661, de 1º de janeiro de 2019, o valor estabelecido para o salário mínimo foi R\$ 998,00.

Fonte: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho/Relação Anual de Informações Sociais." RAIS".
Elaboração: SMUL/Geoinfo.

A forma como a iniciativa privada e o Estado vêm atuando na produção do espaço do distrito de Itaquera, projetando ali algumas características,¹⁷ sinaliza para um processo em constituição, com potencialidade para tornar a área que contorna a estação de Itaquera em uma nova centralidade, inserindo esse espaço em um movimento de produção de múltiplas centralidades (e, simultaneamente, de múltiplas periferias) na metrópole.

No atual estágio do capitalismo, em que o espaço está sujeito às constantes transformações a fim de atender a lógica de busca do lucro, acredito que Itaquera possa vir a se consolidar como uma nova centralidade, no entanto, ela apresentará conteúdos e características diferentes de outras que podem ser observadas na metrópole de São Paulo, especialmente, aquelas situadas nas regiões sudoeste da cidade de São Paulo (área que se reestruturou a partir da Operação Consorciada Urbana da Faria Lima) e a região administrativa da Mooca, especialmente no Tatuapé (área que tem consolidado uma forte penetração do mercado imobiliário). Em ambos os casos, observa-se a existência de áreas modernas, produzidas para atender determinado público e determinadas práticas espaciais, o que denota uma intencionalidade dos agentes sociais que atuaram nas produções desses espaços.

¹⁷ Aqui me refiro às transformações nas infraestruturas viárias que facilitam o deslocamento e o fluxo de pessoas e mercadorias, além da construção do Shopping Metrô Itaquera em 2007, que seria ampliado no ano de 2017; e o estádio Neo Química Arena.

Dessa forma, as tabelas comparativas elaboradas entre as duas regiões administrativas, disponível no anexo 1, deixam evidentes que as regiões administrativas da Mooca e de Itaquera estão em um momento diferente em relação à incorporação dos espaços perante a racionalidade de reprodução ampliada do capital, o que é retratado na constituição desses espaços atualmente. Nota-se a maior disponibilidade de acesso aos diferentes serviços e à infraestrutura na região da Mooca. Além disso, observa-se nessa região o surgimento de escritórios comerciais, conforme mostra o anexo 2, o que sinaliza que essa área já passou por diversas transformações urbanísticas, que conferiram e consolidaram nela uma centralidade mais complexa que se relaciona diretamente aos grandes investidores do setor imobiliário. Até o momento, essa não é a realidade da região administrativa de Itaquera.

Até aqui a discussão da centralidade passou necessariamente pela ação deliberada do Estado e da iniciativa privada na produção do espaço. No entanto, para Serpa (2011), a chance de existência de uma centralidade nas periferias da metrópole está condicionada à identificação desses espaços com os seus habitantes. Esta perspectiva nos leva a possibilidade de compreender a constituição das centralidades a partir do prisma do vivido, dessa forma, a concepção parte do princípio de que elas:

[...] se constituem em qualquer recorte, seja ele intraurbano ou metropolitano, regional ou nacional, a partir da reprodução da vida e do cotidiano de relações socioespaciais em cada lugar, que é, sobretudo, intersubjetivo e relacional. (SERPA, 2011, p. 104)

Para conceber a centralidade a partir desse pressuposto, no entanto, seria necessário estabelecer “um outro olhar” sobre o espaço, privilegiando a análise nos espaços públicos e nas características dos bairros populares, os quais, segundo o autor, são os espaços “onde a vida cotidiana se realiza”. Essa forma de analisar a centralidade pressupõe enxergar o espaço produzido como o lugar de reprodução da vida urbana, ou seja, a percepção do espaço a partir do seu valor de uso, o que possibilita, segundo o autor:

[...] uma área pode apresentar uma centralidade significativa, sem, necessariamente, apresentar uma forte concentração de atividades terciárias. Nas periferias metropolitanas, os centros ocorrem muito

mais em função do mercado consumidor do que dos custos locacionais. (SERPA, 2011, p. 102)

Outro ponto fundamental na constituição dessa centralidade é que esta permaneça invisível em relação aos “agentes hegemônicos da produção do espaço” (SERPA, 2011, p. 104). Dessa forma, os fragmentos periféricos e residuais da cidade, ou seja, aqueles que não foram “aproveitados” poderiam promover uma organização diferenciada, à margem do circuito superior,¹⁸ estabelecendo um espaço de resistência ao processo que se pretende hegemônico na cidade de São Paulo, resultando na composição de suas próprias centralidades. Esses espaços marginais se integrariam em um sistema nas periferias metropolitanas, possibilitando a ascensão de centralidades periféricas.

Essa concepção de centralidade parece-me não ser capaz de explicar o contexto atual de Itaquera, pois ao analisarmos esse espaço, percebemos que, embora o espaço tenha sido produzido historicamente como uma periferia, ele não está invisível em relação à atuação dos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano, especialmente do mercado imobiliário, mas também do Estado, que vêm realizando investimentos no espaço.¹⁹

Sendo assim, acredito que só é possível analisar Itaquera a partir da lógica da produção do espaço realizada com o objetivo de impor valorização em determinada área. Nesse processo, em que atuam agentes sociais como o Estado e a elite econômica, o espaço é sujeitado à lógica do valor de troca, o que é imposto a este fragmento da metrópole.

Alves (2021) também busca compreender a constituição das centralidades periféricas, no entanto, o seu ponto de partida para entender a centralidade se dá no fato de que a segregação espacial está inclusa no processo de produção do espaço urbano, tornando possível compreender o surgimento de centralidades e periferias

¹⁸ O conceito de circuitos inferior e superior da economia foi utilizado pelo geógrafo Milton Santos para compreender a realidade dos países subdesenvolvidos. Assim, a desigualdade de renda e a dificuldade de acesso ao consumo e aos bens e serviços considerados essenciais, resultou na existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo na sociedade urbana. O circuito superior seria constituído por bancos, comércios, indústrias modernas e transportadores, ao passo que o circuito inferior seria composto por serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio de pequena dimensão.

¹⁹ Essa concepção também permite compreender a centralidade a partir da análise do espaço vivido, nos moldes propostos por Henry Lefebvre em obras como *A produção do espaço*, produzindo uma discussão incrível. No entanto, não é essa a perspectiva que será privilegiada neste trabalho.

nas metrópoles. Esse par conceitual emerge e se materializa no espaço de forma simultânea e interdependente, ou seja, condiciona o surgimento de um à existência de outro. Por conta disso, eles assumem um caráter dinâmico no tecido urbano de uma metrópole, constituindo-se nas mais diversas áreas das cidades em determinado período histórico. Esse processo, segundo Alves (2021), ocorre na cidade de São Paulo em decorrência da expansão urbana que:

[...] se dá fundamentalmente a partir do avanço do processo de industrialização, cujos anos [19]70 (séc. XX) são um marco. As intensas migrações para as grandes cidades que concentravam esse processo de industrialização e a aparente omissão do Estado, em garantir a habitação dessa massa populacional, fez com que os próprios trabalhadores fossem responsabilizados por sua reprodução no nível de subsistência. (ALVES, 2021, p. 103)

Dessa forma, é na periferia, ou melhor, nas novas periferias que contornavam a área urbana da época que as pessoas advindas de outras cidades de São Paulo e/ou de outros estados do país chegavam para tentar um emprego na metrópole que se desenvolvia. Ao ocupar tais espaços, essa população encarregou-se de produzi-lo à sua maneira, ou seja, por meio dos processos de autoconstrução, mas também pelo processo de luta, o que resultou nos diversos movimentos sociais que reivindicaram, junto ao poder público, melhorias no espaço²⁰ a fim de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos habitantes desse local. Essas alterações no espaço implicam, num primeiro momento, a consolidação dessas áreas periféricas, levando posteriormente ao que Alves (2021, p. 104) definiu como centralidades locais, que são áreas nas quais:

[...] passam a servir minimamente as necessidades dos moradores. Surgem pequenos mercados, padarias, lojas lotéricas, e mesmo lojas de departamentos populares. Associado a isso, temos, no caso brasileiro, uma possibilidade de acesso ao crediário e consumo pelas classes mais populares [...]. (ALVES, 2021, p. 104)

Segundo a autora, a centralidade local também conhecida como centralidade periférica seria aquela que atende algumas das necessidades da população local. Os

²⁰ As melhorias no espaço proporcionadas pelo Estado são: a instalação de redes de água, esgoto e energia elétrica, a implantação de pavimentação e a criação de linhas de transporte público para uso da população local, de instituições de saúde e educação.

fatores que a diferenciam de uma centralidade tradicional ou de uma nova centralidade seria o seu surgimento e os agentes sociais envolvidos na sua constituição.

Nesta perspectiva, a centralidade periférica deriva de um processo “mais espontâneo, resultado de uma aglomeração comercial que surge e se amplia à medida que investidores veem a potência para realização de seus negócios a partir do consumo mais popular” (Alves, 2021, p. 104). Além disso, nesse tipo de fragmento espacial, haveria a ausência de uma articulação entre Estado e iniciativa privada, privilegiando um elo entre população e iniciativa privada. Em contrapartida, as tradicionais centralidades ou as novas centralidades seriam aquelas em que claramente há atuação do Estado no espaço, com o objetivo de valorizá-lo. Esse seria um primeiro ponto da articulação entre Estado e iniciativa privada para promover transformações no espaço a fim de torná-lo mais especializado e mais limitado ao acesso da população, que começa a ser afastada dessa área, seja porque não pode pagar para se manter nela, seja porque os lugares de vivência que eram frequentados por essas pessoas já não existem mais.

Dessa maneira, o processo de criação de centralidades novas ou periféricas seria uma forma de superar os momentos de crise de reprodução do capital por meio da (re)produção do espaço urbano. Nesse sentido, ressalta Alves:

Se as periferias nos anos [19]70 eram os locais de reprodução do trabalhador, e, aparentemente, não eram o foco de investimentos dos empreendedores imobiliários, constituindo-se como espaços de reserva, hoje aparecem como empecilhos a reprodução do capital via transformação do espaço. Nesse sentido, há processos que levam a transformação do perfil da população que habita esses espaços bem como mudanças que promovem a reprodução desses espaços, a partir das lógicas de reprodução do capital orientadas pelas necessidades dos agentes imobiliários. (2021. p. 104-105).

Dessa forma, considerando Itaquera uma área que outrora era desinteressante aos interesses da iniciativa privada e que se tornou atraente ao mercado imobiliário após a expansão da metrópole, a articulação entre Estado e iniciativa privada e a crise do capitalismo industrial, seria possível pensar uma nova centralidade nesse distrito,

superando assim sua constituição como periferia? Segundo Alves (2021), essa hipótese retrataria a realidade, visto que atualmente:

Dizemos que uma nova centralidade foi constituída numa associação entre Estado e iniciativa privada, ainda que não seja a partir do terciário de ponta. Mesmo assim é nítida a transformação por que passa a localidade. Com a O.U. Rio Verde Jacu,²¹ houve uma reestruturação da malha viária, a construção do estádio de futebol Arena Corinthians (em 2014) para a realização da Copa do Mundo de futebol realizada no Brasil. Como boa parte dos terrenos onde ocorreram as transformações urbanas era do Estado (governo estadual e municipal), o número de remoções ocorrida não foi grande, entretanto, os preços dos imóveis na localidade subiram, tornando-se mais caro morar, principalmente nos conjuntos mais próximos a essas transformações. (ALVES, 2021, p. 105)

O processo apontado anteriormente, sem dúvida mostra que o distrito de Itaquera, especialmente nas áreas próximas às estações de metrô e trem, vem passando por diversas transformações, além disso, indica que há um elo entre iniciativa privada e Estado que busca atribuir uma nova característica para esse espaço.

Desse ponto de vista, os processos ocorridos no distrito de Itaquera parecem condizer com um momento em que há uma centralidade local, (consolidada entre as décadas de 1970 e 1990 na área do centro de Itaquera, local onde ficava a estação de trem da antiga linha férrea E. F. Central do Brasil), alinhada com o conceito de centralidade periférica, respeitando a forma como a autora expôs esse conceito. Além disso, há o surgimento de uma nova centralidade, que ainda está se constituindo, como uma centralidade mais complexa, resultado da grande intervenção que o Estado e, mais recentemente, a iniciativa privada vêm realizando nesse espaço. Assim, é possível enxergar neste momento histórico um processo, iniciado nos anos 1990, de constituição e consolidação de uma nova centralidade, mais complexa em seus conteúdos, no qual o distrito de Itaquera recebe diversos investimentos do Estado e de capitais externos ao local, como por exemplo, o shopping center e o estádio de futebol. Nesse sentido, essa centralidade se diferencia daquela que já existia no distrito, focada no atendimento das demandas locais.

²¹ A Operação Urbana Rio Verde Jacu é uma ação do Estado que promove uma série de alterações nas regiões de São Miguel Paulista, Itaquera e São Mateus. Essa operação será mais detalhada no capítulo 3 desse trabalho.

1.3 O distrito de Itaquera como uma possível centralidade produzida na metrópole de São Paulo

Com base em Alvarez (2016), podemos pensar na produção do espaço urbano contemporâneo, realizado a partir da racionalidade das relações capitalistas de produção, na qual o espaço geográfico também é produzido como mercadoria e assim como as demais, também é pensado com o propósito de obtenção de lucro. Dessa forma, conforme sinaliza Carlos (2016), observa-se o predomínio da contradição existente entre a produção da cidade, constituída socialmente e sua apropriação mediada a partir da lógica da propriedade privada ou, em outras palavras, a disputa entre o valor de uso e o valor de troca da cidade em um momento histórico em que este último predomina em relação ao primeiro.

No caso da metrópole de São Paulo, periferia do capitalismo mundial, o acesso e permanência neste espaço se relacionam diretamente à propriedade privada da terra, de modo que ela define a segregação socioespacial, na qual a grande maioria da população, expropriada da propriedade e dos meios de produção, sobrevive em áreas periféricas imensas e tem o mínimo de condições dignas para se manter na metrópole; ao passo que a minoria da população concentra a riqueza e, por essa característica, adquire a possibilidade de acessar, transformar e consumir os espaços. São estes os donos das propriedades privadas, empreendedores imobiliários, banqueiros e os detentores dos meios de produção. Acrescente-se a esta composição um Estado altamente garantidor da manutenção da propriedade privada, inclinado a defender os interesses das classes mais abastadas e a influência de organizações internacionais²² que, sob o pretexto de proporcionar investimentos à cidade, acabam por interferir consideravelmente na produção do espaço. A produção da metrópole paulistana, segundo Carlos, se deu dessa maneira. São Paulo assim como as demais metrópoles latino-americanas foram:

[...] criadas no processo de urbanização decorrente da industrialização poupadora de mão de obra, assentada em altas taxas de exploração da força de trabalho e com extrema concentração de riqueza, deixou à margem do processo industrial (todavia produto dele) um contingente de mão de obra que se abrigou no setor informal da

²² Entre essas Organizações podem ser mencionado o Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID), entre outros.

economia e obrigou imensas parcelas da sociedade a ocupar lugares acessíveis às suas rendas irrisórias. Coube a essa parcela ocupar as periferias, com seus terrenos baratos pela ínfima ou total falta de infraestrutura ou construindo as favelas nas áreas onde a propriedade do solo urbano não vigorava – isto é, terrenos em litígio ou de propriedade pública. Esse processo produziu a explosão da cidade antiga com a extensão do tecido urbano, amontoando pessoas em habitações precárias, submetidas à lógica e ao tempo linear e abstrato da esfera produtiva. (CARLOS, 2016, p. 97-98)

No cenário explicitado acima, nota-se que a característica marcante no processo de produção da metrópole paulistana, especialmente entre meados dos anos 1950 a 1970, trata-se da expulsão dos trabalhadores das indústrias que moravam nas áreas centrais da cidade em direção à periferia, ainda que alguns se mantivessem nas áreas centrais, residindo em cortiços ou vilas, esse processo foi fundamental para promover uma reestruturação da cidade, valorizando o espaço das áreas centrais. Neste contexto, as ações do Estado se deram tanto por meio de investimentos em projetos modernos de urbanização como através de políticas higienistas, que tinham como propósito, segundo Sobrinho (2013), “limpar a cidade da pobreza e também de cuidar de doenças como um mal que ameaça vidas e, nesse aspecto, será explorado o discurso de que a ciência resolveria os problemas da humanidade” (SOBRINHO, 2013, p. 232). Dessa forma, foi possível estabelecer um discurso capaz de esconder a racionalidade dessas ações, ou seja, o deslocamento da maior parte da população para a periferia.

Neste contexto, a cidade de São Paulo, com suas paisagens diferenciadas e espaços desiguais revelou historicamente a concentração de infraestrutura, equipamentos públicos, empregos, em determinadas parcelas do espaço, que em grande medida, são aquelas também nas quais viviam os grupos sociais de maior renda. Foram nestes espaços que se observou uma concentração de investimentos feitos pelo Estado, que é fundamental para a realização do capital, como o alargamento de avenidas e a clara opção de estruturação da cidade para a circulação de automotores, aspectos que Kowarick denominou como as “*condições gerais necessárias para o processo de acumulação se reproduzir em escala ampliada*”. (2000, p. 23, destaque nosso). Estas áreas concentraram, e ainda concentram, as principais centralidades da metrópole paulistana.

Os bairros industriais e operários tradicionais, como Brás, Barra Funda, Mooca, Cambuci, Ipiranga, que segundo Andrade (2004), nasceram da concentração de imigrantes e fábricas na cidade de São Paulo no início do século XX. Esses espaços, destinados às pessoas classificadas como de “baixa classe”²³, segundo a autora, foram constituídos a partir de uma estratégia da elite paulistana da época para abrigar os migrantes e operários, afastando-os dos bairros centrais da cidade. Ela descreve os bairros do além-Tamanduateí como locais nos quais “[...] multiplicavam-se os cortiços, havia falta de água e de esgoto, as ruas eram escuras e enlameadas, o lixo acumulava-se na Várzea do Carmo.” (ANDRADE, 2004, p. 179).

Ainda segundo Andrade (2004), esses bairros sofreram um momento de desocupação, quando os imigrantes donos de pequenas fábricas prosperaram e se deslocaram para as regiões centrais, ao passo que os imigrantes e trabalhadores que não conseguiam mais se manter na área, devido aos processos de urbanização pelas quais essas áreas já haviam passado, foram expulsos para áreas mais distantes do centro. Nesse contexto, os bairros do além-Tamanduateí são reocupados por nordestinos, que vêm para São Paulo em busca de trabalho, além deles, imigrantes bolivianos se estabelecem nesse local, onde passam a trabalhar como operários das confecções, setor que se manteve nesse espaço com a debandada de vários setores da indústria, o que resultou num processo de desvalorização desse espaço.

Gradativamente essas áreas, situadas relativamente próximas ao centro, começaram a apresentar um processo de valorização, pautado em políticas de revitalização e em investimentos imobiliários privados. Esse processo foi marcado pela expulsão de trabalhadores de baixos rendimentos, que foram espoliados desses locais, seja por conta do aumento dos aluguéis, seja por ações estruturais promovidas pelo Estado, ou ainda, pela possibilidade de aquisição de um lote em uma área mais periférica da cidade. Além dos trabalhadores que são deslocados, conforme mostra Lemos (1999), o processo de expansão urbana:

[...] vai privilegiando áreas de ocupação, quer para a indústria, quer de caráter residencial, sob uma legislação que não consegue acertar o

²³ Eram classificados dessa maneira os operários que trabalhavam nas fábricas que surgiram nos bairros além-Tamanduateí (Brás, Belém, Moóca, Ipiranga, Barra Funda, entre outros), além dos imigrantes que se estabeleceram nesse local.

passo com a velocidade da instalação dos que vão chegando. Loteamentos legalizados ou não, precedem à infraestrutura necessária ao estabelecimento dessa população que, do Nordeste, de Minas, do interior de São Paulo e demais regiões do Brasil, procedentes do meio rural ou urbano despenham em massa, a cada dia, sobre a cidade de São Paulo. (LEMOS, 1999, p. 11.)

Essas pessoas foram deslocadas para as regiões mais periféricas da cidade de São Paulo, que se expandia em direção aos seus extremos, para bairros como Itaquera, que apresentava infraestrutura muito precária e estabelecia ligação com o tecido urbano de São Paulo, principalmente por meio da linha férrea E. F. Central do Brasil.

Neste quadro, a região administrativa de Itaquera, que até os anos 1960, relacionava-se com a cidade como parte ativa do “cinturão verde” de São Paulo e algumas residências dormitórios, situadas próximas à estação da linha férrea, a partir da década de 1970, começa a ser incorporada lentamente a mancha urbana da cidade.

A partir desse período, as áreas ocupadas por colônias de imigrantes, que haviam se estabelecido nessa área entre os anos 1920 e 1950, produtores de diversos gêneros agrícolas, principalmente do pêssego, começaram a sofrer os impactos do processo de urbanização que se avizinhava, gerando um processo de valorização dos terrenos, que passaram a ser loteados e vendidos aos trabalhadores que vinham de outras cidades ou estados, e até mesmo, de bairros mais centrais de São Paulo, pois não conseguiam se manter neles. Estas pessoas recorriam a uma parte da metrópole que estava se integrando à mancha urbana e, justamente por isso, ainda permitia que a população de menor renda adquirisse um lote, embora os locais não tivessem o mínimo de infraestrutura necessária para a sobrevivência das pessoas.

Neste contexto, o Estado também desempenha um papel relevante no rearranjo deste espaço. Segundo Lemos (1999), em menos de vinte anos, foi possível observar uma completa transformação de Itaquera.

[...] daí perduraram, até 1970, mais ou menos, enormes vazios ou áreas semiocupadas, que chamaram a atenção dos poderes públicos para um gigantesco plano habitacional. A finalidade das COHAB's I, II e III que se instalaram ali na década de 70, era a de atender à uma

população pobre, carente de recursos para a aquisição da casa própria.

A partir de então, o rural recua rapidamente diante da avassaladora invasão do urbano. Itaquera deixa de ser conhecida pela qualidade dos seus pêssegos e, de repente, toda a fisionomia da área transforma-se com a instalação dos gigantescos blocos dos conjuntos populares de habitação. Só nos conjuntos, instalam-se, de 1980 a 1984, mais de 200 mil pessoas. Em consequência e, concomitantemente, aparecem, de iniciativa particular, vários outros conjuntos. (LEMOS, 1999. p. 14)

Com base no exposto acima, nota-se que a ação do Estado ao criar os conjuntos habitacionais em uma parte da região administrativa de Itaquera, estabeleceu uma série de alterações nas proximidades daquela área (infraestrutura de água, energia elétrica, transporte, criação de áreas de lazer, implantação de serviços de saúde e de educação), o que a tornou interessante à iniciativa privada, especialmente, aos setores ligados às construções de habitações de menor padrão. Nesse sentido, é importante ressaltar que, neste momento histórico, não é possível considerar Itaquera como uma centralidade, visto que as ações do Estado, embora tenha promovido alguma valorização, foram investimentos muito menores se comparados àqueles realizados em outras áreas da cidade. Logo, essas ações do Estado não foram capazes de atrair grandes investidores para essa área. Nesse período, a iniciativa privada ainda estava focada em áreas mais próximas das regiões centrais, fragmentos do espaço que ainda não estavam completamente consolidados na sua lógica de produção e, conseqüentemente, ainda permitiam um processo de valorização, atendendo à lógica de reprodução do capital.

No entanto, as ações sinalizavam para um processo que teria como objetivo integrar esse território à lógica de produção do espaço urbano observada na metrópole, ou seja, a apropriação do espaço como mercadoria, destinada a dar lucro. Desde então, segundo Lemos (1999), “toda uma infraestrutura de circulação moderna, quer de vias mais rápidas de acesso rodoviário, quer da próxima extensão do metrô, vão tornando-se realidade” (LEMOS, 1999, p. 14).

Atualmente, ao olharmos para a zona administrativa de Itaquera, constatamos a presença de uma extensa aglomeração urbana,²⁴ na qual existem alguns equipamentos públicos²⁵ ou privados destinados à utilização da população, além de um conjunto de investimentos que estão sendo realizados desde a implantação do metrô, no final dos anos 1980, dando maior destaque ao espaço circunscrito ao distrito de Itaquera.

Essa nova centralidade, que ainda se encontra em constituição, localizada fundamentalmente no distrito de Itaquera, embora influencie os distritos em seu entorno, estaria ligada a investimentos que vieram a reboque da implantação do metrô a partir dos anos 1990.

Assim, pensamos que a implantação de diversos equipamentos, seja por parte do Estado, seja por parte da iniciativa privada, tem como objetivo final promover uma valorização do espaço urbano do distrito e do seu entorno.

Nesta perspectiva, a Operação Urbana Consorciada (OUC) Rio Verde-Jacu, criada em 2004, foi fundamental para repensar a forma de utilização desse espaço, visto que ao efetivar a ligação entre o trecho do rodanel e uma importante rodovia do estado, a SP-70 ou Rodovia Ayrton Senna, facilitou o transporte de mercadorias, especialmente no eixo litoral-interior. Além disso, o Estado disponibilizou uma série de incentivos fiscais com o objetivo de atrair a iniciativa privada para essa região administrativa, os chamados CIDs,²⁶ que associado à reestruturação viária e outras transformações no espaço, proporcionadas pela OUC Rio Verde-Jacu, conferiu um processo de especulação imobiliária, que atrairia a atenção das construtoras para a implantação de empreendimentos imobiliários nessa área.

²⁴ Segundo dados da Prefeitura de São Paulo (PMSP), Itaquera tinha cerca de 524 mil habitantes. Essa informação está disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758. Acesso em: 15 jan. 2022.

²⁵ É importante ressaltar que a existência de equipamentos públicos nos distritos não pode ser considerada como suficiente para atender às necessidades, pois como veremos posteriormente, a maior parte da população dessa região administrativa ainda precisa se deslocar para ter acesso aos mais diferentes serviços, inclusive alguns daqueles fornecidos pelos equipamentos públicos que existem nessa área. Essa necessidade se dá devido à impossibilidade de atendimento a todos que procuram os serviços (cuidados médicos, serviços de educação, especialmente de ensino superior, etc).

²⁶ Os CIDs são Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, são papéis que podem ser negociados no mercado financeiro e conferiria um valor de redução de imposto para o comprador desses papéis que realizassem investimentos na região administrativa. Essa foi uma das formas encontradas pela Prefeitura para despertar a atenção da iniciativa privada para investimentos nessa área. Isso será retomado no capítulo 3.

Ainda assim, parece-me que, embora esse processo de reestruturação do distrito de Itaquera já tenha sido iniciado, pois é fato que as transformações ocorridas nesse espaço já conferiram valorização à área; por outro lado, ele ainda não revelou toda a sua potencialidade, visto que os investimentos realizados nesse espaço por parte da iniciativa privada somente se desenvolveram quando houve alguma participação do Estado, seja por meio das diversas isenções de impostos, seja por meio de empréstimos, ou ainda, por meio de subsídios nos programas de fomento à habitação. Além disso, o próprio Estado ainda não implementou todas as estruturas sinalizadas no projeto de criação de um Polo Institucional e Tecnológico nesta área, o que pode atrair diferentes formas de investimentos, além de resultar em uma produção do espaço mais complexa.

Dessa maneira, ainda que promova a valorização do espaço e que gere um deslocamento de parte da população que residia nessas áreas para locais ainda mais longínquos do centro da cidade, resultando na criação de novas periferias, penso que não é possível afirmar que o distrito de Itaquera já possui uma nova centralidade consolidada. No entanto, os investimentos realizados no distrito sinalizam claramente para a possibilidade de constituição de uma nova centralidade que integrará esse fragmento da metrópole à lógica capitalista de reprodução de grandes capitais, por meio da concentração de diversos conteúdos, superando a escala de atendimento das necessidades locais, o que conferirá a esse espaço uma (re)valorização.

CAPÍTULO 2: Itaquera: consolidação como periferia

Quem percorre as ruas de Itaquera ou se debruça sobre os dados desse espaço atualmente (população, extensão territorial, densidade populacional, espaços de consumo, áreas de lazer, entre outros), poderia acreditar que está se deslocando por alguma cidade do estado, tamanha dimensão territorial²⁷ e populacional²⁸ desse fragmento da metrópole. Além disso, Itaquera também se revela como um espaço complexo no qual a existência de grandes alterações no decorrer de sua história nos ajuda a compreendê-lo um pouco melhor. Por conta disso, trataremos neste capítulo do processo de formação de Itaquera a partir da sua integração no tecido urbano da metrópole de São Paulo, ou seja, quando Itaquera deixa de ser um bairro do distrito de São Miguel e se constitui como um distrito autônomo. Para isso, conforme já indicamos anteriormente, não pretendemos discutir somente os processos que contribuíram para constituição do atual distrito de Itaquera,²⁹ mas sim, de toda a área que o compunha originalmente na data de sua criação, em 1920, instituída pela Lei Estadual nº 1756, de 27 de dezembro de 1920. Nesse período, o distrito de Itaquera englobava os atuais distritos de Cidade Líder, Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo. Sendo assim, alinhado aos demais capítulos deste material, quando nos referirmos ao distrito de Itaquera tal como era em 1920, utilizaremos as expressões “região administrativa”, “zona administrativa” ou “Itaquera”; enquanto nas ocasiões nas quais nos referirmos exclusivamente ao distrito de Itaquera, conforme indicado pela legislação de 1991, utilizaremos os termos “distrito de Itaquera”.

²⁷ Com uma área de 54,30 km², a zona administrativa de Itaquera possui uma área maior do que 25% dos municípios que fazem parte da Região Metropolitana de São Paulo, conforme aponta análise comparativa realizada a partir de dados da cidade de São Paulo, disponível no Portal da Prefeitura de São Paulo; e de dados dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, disponível no portal “IBGE – Cidades”. Os dados coletados são de 2010, data de realização do último censo demográfico no Brasil.

²⁸ Com uma população de 523.848 pessoas, a zona administrativa de Itaquera tem população superior a 87% dos municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, conforme aponta análise comparativa realizada a partir de dados da cidade de São Paulo, disponível no Portal da Prefeitura de São Paulo; e de dados dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, disponível no portal “IBGE – Cidades”. Os dados coletados são de 2010, data de realização do último censo demográfico no Brasil.

²⁹ A delimitação do atual distrito de Itaquera foi implementada a partir da Lei Municipal nº 10.932, de 15/01/1991. Os limites estão definidos nas páginas suplementares do Diário Oficial do Município de São Paulo de 22 de maio de 1991, disponível em: <<http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipId=C75Q80V2NUTNJeERSN3B1UOPS>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

Ao analisarmos a história da formação de Itaquera, ou seja, a partir do momento em que esse espaço se integra no tecido urbano da metrópole, notamos que até o início do século XX, ele era considerado “apenas” uma área longínqua de São Paulo, “área satélite” do bairro da Penha.³⁰ Esse cenário começaria a mudar, conforme aponta Lemos (1999), somente quando as primeiras casas começam a aparecer ao redor da estação de trem de Itaquera, nas primeiras décadas do século XX, fator esse que, aliado à ocupação da área por colônias japonesas, nas décadas de 1930 e 1940, conseguiu promover “um embrião de cidade” nesta parte de São Paulo.

Nesse contexto, é plausível pensar que as principais e mais profundas transformações espaciais sofridas em Itaquera aconteceram a partir da década de 1970, em decorrência dos processos de industrialização e da expansão urbana. Dessa maneira, os objetivos desse capítulo serão expor de que forma essa transformação no espaço aconteceu e realizar uma tentativa de compreensão sobre as razões que justificam a mudança nessa região administrativa. Para isso, serão analisados alguns momentos importantes do processo de transformação de Itaquera e haverá uma tentativa de conectar essas ações com a produção do espaço urbano que ocorria na metrópole.

Evidentemente, não se tem a pretensão de destrinchar todos os processos históricos pelos quais Itaquera passou ao longo do século XX, e sim selecionar alguns deles, aqueles que podem sinalizar uma racionalidade, uma lógica que possibilitou a integração cada vez mais efetiva desse espaço à mancha urbana da cidade, modificando uma série de aspectos sociais e espaciais. Nesse sentido, para iniciarmos a análise de Itaquera e sua relação estabelecida com o centro da cidade, partiremos de uma representação desse espaço em meados do século XX. Nesse período, Itaquera estava distante da mancha urbana que constituía a cidade naquele momento.

³⁰ No final do século XIX e início do século XX, apesar de oficialmente vinculado ao distrito de São Miguel, Itaquera era considerada uma área pertencente ao bairro da Penha, sendo este o bairro mais distante da região central da Cidade de São Paulo no sentido leste da cidade.

Mapa 2: Representação de Aroldo de Azevedo – a cidade de São Paulo em meados do século XX



Fonte: PENTEADO, Antônio Rocha. Os subúrbios de São Paulo e suas funções. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Estudos de Geografia Urbana. Seção Regional de São Paulo. v. IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 8.

A área destacada em tom de cinza representa a mancha urbana da cidade de São Paulo até a década de 1950.

2.1. Itaquera: do início do século XX aos anos 1960: a passagem de subúrbio urbano para periferia de São Paulo

Pensar em Itaquera como uma área rural parece algo inconcebível se observamos como a sua paisagem se constitui atualmente, no entanto, esse era o único cenário contemplado por um viajante que se deslocasse para as áreas mais a leste do bairro da Penha no início do século XX. A carência de opções de transporte associada às péssimas condições das vias de tráfego da área, fez com que a linha férrea que ligava as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro se tornasse fundamental para os primeiros núcleos de povoamento dessa área, visto que a estação de trem,

inaugurada em Itaquera no ano de 1875,³¹ era a principal meio de deslocamento até o centro da cidade, pois, conforme indica Lemos:

Pode-se imaginar o que teria significado a estrada de ferro para Itaquera, numa época em que o trem passa a ser o transporte por excelência, vindo desbancar todos os demais meios de transporte até ali existentes!

De uma forma ou de outra, todos os aglomerados que foram servidos prematuramente pela estrada de ferro passaram a ter uma evolução estreitamente ligada aos trilhos. Em volta da Capital, alguns desses núcleos vão se industrializar, outros vão servir de residência aos operários que trabalham no centro. (1999, p. 44).

Talvez a implantação da estação ferroviária em Itaquera possa ser considerada o primeiro passo para o desenvolvimento desse local, porém, outros fatores tiveram grande relevância para dar início ao seu processo de transformação, segundo Penteado:

O desenvolvimento da área suburbana da Capital paulista [...] começou a esboçar-se principalmente após a primeira Guerra Mundial [1914-1919] em virtude exercida por vários fatores, dentre os quais destacamos: 1) o aumento dos impostos; 2) o crescimento da população da Capital; 3) a expansão do parque industrial paulistano. (1958, p. 8).

No contexto exposto, é possível compreender que os fatores indicados acima podem ser vistos como a primeira vez em que o Estado adotou ações que implicaram na transformação do espaço a fim de atender as novas demandas solicitadas na então fase do capitalismo industrial.³² Outro elemento perceptível nesta área no início do século XX, segundo nos mostra Lemos (1999), foi um processo de desconcentração de terras, visto que a zona administrativa de Itaquera era composta basicamente por quatro grandes propriedades, sendo elas: a Fazenda do Carmo, a Fazenda de Caçapava, a Fazenda Rincão das Taipas e o Sítio da Casa Pintada. Ao aumentar os impostos, o Estado atacou fortemente a concentração de terras, o que gerou numerosos loteamentos na região.

³¹ Apesar de localizar-se em Itaquera, a estação ferroviária foi inaugurada com o nome de estação São Miguel, passando a se chamar Estação de Itaquera em 1894. Há divergência quanto à data de inauguração da estação entre os anos de 1875 e 1877.

³² Enfatize-se que o capitalismo industrial começava a ocupar o espaço urbano da cidade de São Paulo e a alterar a função e a paisagem das áreas próximas a então "área urbana da cidade".

O aumento dos impostos territoriais veio onerar sobremaneira as grandes propriedades, de que resultaram numerosos loteamentos e, em consequência, a proliferação de uma grande quantidade de “vilas” suburbanas, quase todas tipicamente residenciais e habitadas por operários ou modestos funcionários públicos, cujas atividades são exercidas na Capital.³³ (PENTEADO, 1958, p. 6).

O movimento observado acima sinaliza uma substituição da lógica de concentração de terras, motivada ainda pela Lei de Terras de 1850,³⁴ para a lógica de produção do espaço no contexto da industrialização, no qual há a passagem da propriedade rural para a propriedade urbana. Nesse contexto, a atividade rural se mostrava menos lucrativa que a venda de lotes urbanos, os grandes proprietários de terra desmembravam suas propriedades e as vendiam, especialmente, aquelas situadas nas áreas suburbanas de São Paulo. Esse processo atendia a demanda e as necessidades dos proprietários das grandes fábricas, seja por meio do fornecimento de matéria-prima, seja por meio da moradia para a mão de obra empregada nessas fábricas.

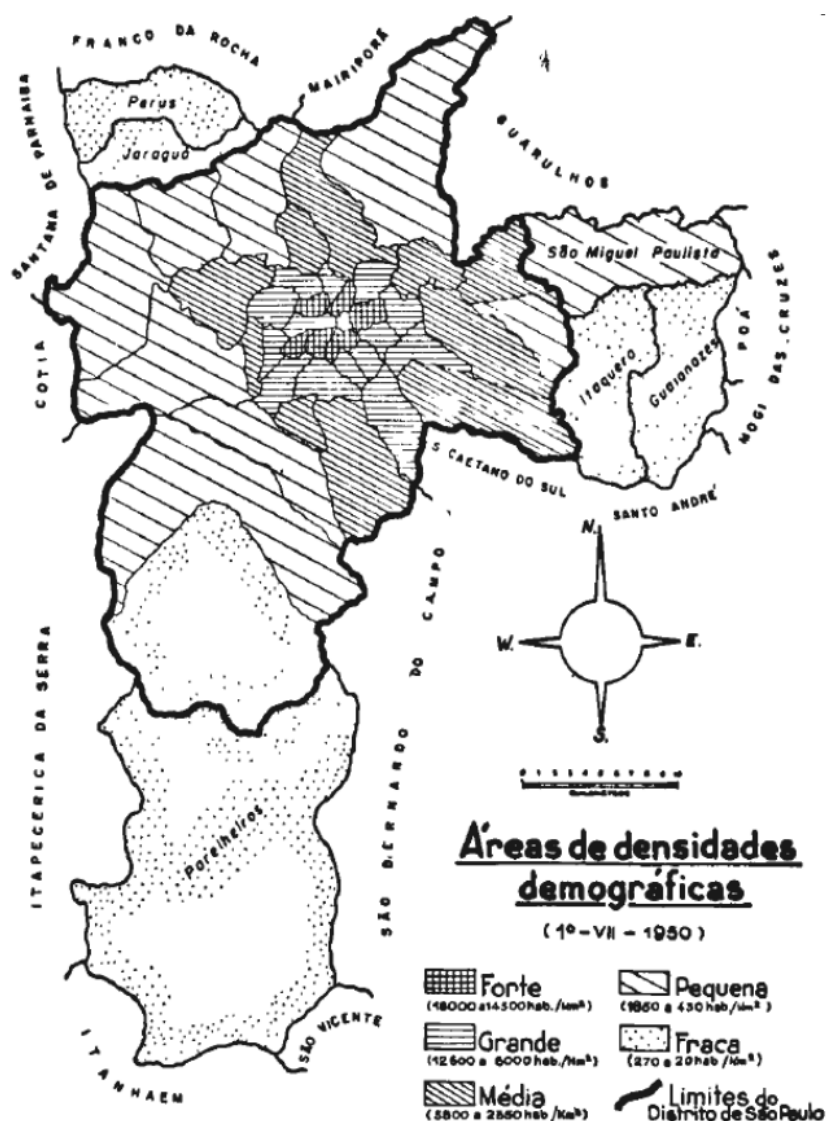
Embora a mudança da lógica capitalista e, conseqüentemente, das ações do Estado venham a transformar Itaquera durante as primeiras décadas do século XX, a região administrativa conserva sua característica de área suburbana pertencente ao cinturão-agrícola e, somente por volta dos anos 1940, passará a se constituir como um bairro dormitório, conforme mostra Lemos:

Como há sempre uma defasagem entre a utilidade pública e os resultados dessa para a população, é só a partir de 1920, mas sobretudo, de 1940 que Itaquera terá bem nítida a sua função de subúrbio dormitório para trabalhadores do centro. (1999, p. 45)

³³ O termo “Capital” utilizado aqui tem o objetivo de diferenciar as áreas suburbanas da mancha urbana da cidade de São Paulo. No caso de Itaquera, essa diferenciação se refere ainda ao deslocamento de um distrito (no caso, de Itaquera) para outro distrito (no caso para o distrito de São Paulo). De acordo com Araújo Filho “o município da Capital paulista era constituído em 1950, por sete distritos, a saber: São Paulo (sede), Guaianases, Itaquera, São Miguel Paulista, Parelheiros, Jaraguá e Perus (1958, p. 221.)

³⁴ A Lei de Terras de 1850 foi vista como a primeira forma de regularização fundiária pensada exclusivamente para o território brasileiro. Na prática, essa legislação, que entra em vigor concomitantemente as leis de abolição da escravidão (Lei Eusébio de Queiroz – 1850; Lei do Ventre-Livre – 1871 e a Lei Áurea – 1888), garantia o monopólio do Estado (controlado por uma oligarquia agrária) sobre as terras devolutas do país, proibindo desta maneira, a abertura de posses em terras públicas sem nenhuma destinação. Dessa maneira, o Estado impossibilitou que a geração de ex-escravos recém-libertos pudesse sobreviver no país de outra forma que não por meio do trabalho nas grandes fazendas. No caso do estado de São Paulo, os trabalhadores libertos vendiam sua força de trabalho para os proprietários das grandes fazendas de café. Segundo Martins, esta lei garantiu “o advento de uma modalidade de trabalho livre que permitiu a substituição do escravo sem destruir a economia da grande fazenda” (1990, p. 42).

Mapa 3: Representação de Aroldo de Azevedo que mostra a densidade demográfica no município de São Paulo (1950)



Fonte: ARAÚJO, FILHO. José Ribeiro. A população paulistana. ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Estudos de Geografia Urbana. Seção Regional de São Paulo. v. II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 224. A mancha urbana do município de São Paulo na década de 1950 evidenciava a concentração de pessoas nas áreas centrais do distrito sede (São Paulo), ao passo que as áreas suburbanas, entre elas, Itaquera era pouco povoada.

No entanto, a transição de função de Itaquera não veio acompanhada da infraestrutura necessária para suprir a necessidade de uma população que entre os anos de 1934 e 1954 triplicou, passando de 6.220 para 18.647 habitantes. O aumento populacional gritante destacou as diversas carências de infraestrutura, como destaca Azevedo:

Ao entrar-se em contato com o aglomerado, começa-se desde logo a tomar conhecimento dos seus problemas. Suas ruas não são calçadas, não passando muitas delas de simples caminhos, que se tornam quase intransitáveis nos dias de fortes chuvas. Não possui água encanada nem rede de esgotos [...]; a água é obtida em poços que chegam a ter de 18 a 20 metros de profundidade, sendo retirada por meio de bombas elétricas, ou ainda, por meio de bombas acionadas pelo vento, o que acaba por dar-lhe uma fisionomia própria, em virtude de seus numerosos cata-ventos. Foi somente no início da década [de 1950] que passou a contar com iluminação elétrica [...] limitando-se às residências, continuando suas ruas às escuras. (1958, p. 165)

Por essas características, observa-se que a venda dos loteamentos em Itaquera naquele período não tinha como objetivo prover uma infraestrutura adequada e necessária para que as pessoas que as comprassem tivessem uma vida digna. O que se nota era uma lógica que buscava garantir o máximo de rendimento possível, a partir do desmembramento das propriedades em lotes, adotando uma combinação na qual se vende a área pelo maior valor e se tem o mínimo de investimento na promoção de melhorias antes da venda.

Entre as décadas de 1920 e 1950, diversos migrantes chegam a Itaquera, dentre eles, destacaram-se as colônias japonesas que compraram pequenos lotes e os transformavam em pequenas propriedades, desenvolvendo um importante núcleo agrícola dentro da colônia, a chamada “Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola”. Embora fosse predominante a população nipônica nessa área, segundo Azevedo (1958) ali [Na Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola] trabalhavam brasileiros [vindos de outros estados], alemães, russos, húngaros, poloneses, tchecos e eslovacos. Essa população predominantemente migrante mantinha a característica agrícola no distrito, pois além do cultivo de hortaliças, destacava-se ali o cultivo do pêssego, fruta que viria a ser associada à região posteriormente. Dessa forma, foi conferido certo “hibridismo” à Itaquera que ao mesmo tempo conservava grandes áreas agrícolas e começava a abrigar operários e/ou funcionários de fábricas que trabalhavam no centro de São Paulo.

Esse cenário se mantém estável até meados dos anos 1950, quando a chegada da energia elétrica,³⁵ associada à implantação da primeira linha de ônibus,³⁶ que ligava o distrito ao centro da cidade, promoveu uma urbanização ainda maior dessa área, reduzindo cada vez mais os espaços destinados ao cultivo.

Nesse sentido, os pontos abordados até aqui indicam que, embora de forma lenta e descontínua, tem início em Itaquera uma integração dessa área ao processo de produção do espaço urbano em curso observado no centro de São Paulo e em outras áreas da metrópole. Azevedo reconhece esse movimento ao indicar que:

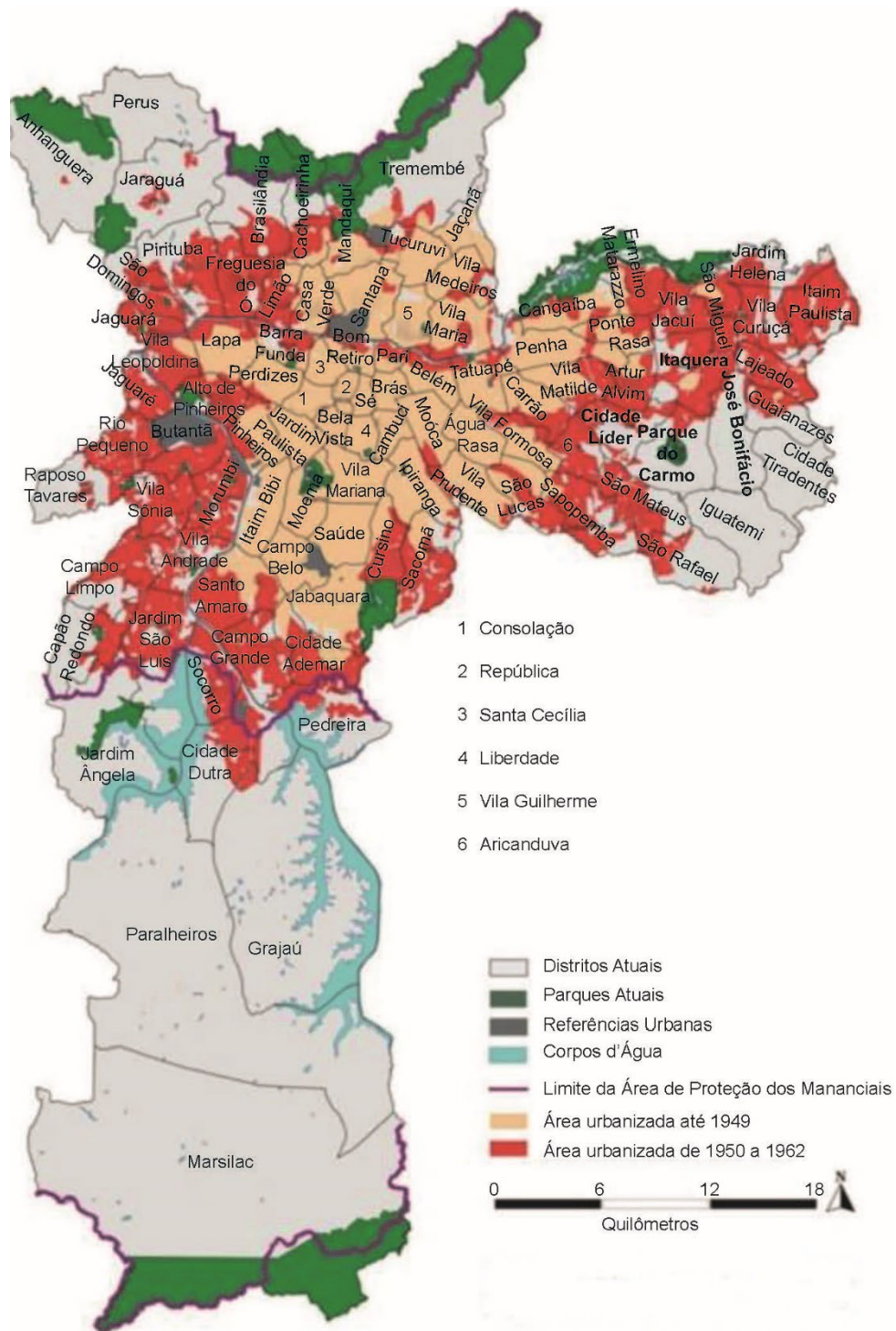
[o surgimento de] Itaquera deve-se ao crescimento da Capital paulista, pois certamente, foi sentindo a futura expansão da metrópole que a “Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola” adquiriu, em 1919, aos padres Carmelitas, a Fazenda do Carmo, importante gleba de terras localizadas entre os rios Verde e Jacu, propriedade da Província Carmelitana Fluminense desde princípios do século XVIII. Fez-se, então, o primeiro loteamento e assim nasceu a atual Vila Carmosina. (1958, p. 164)

Os mapas a seguir mostram como a urbanização avançou para os extremos do município. No caso da zona leste, esse processo foi bem acelerado, visto que em apenas trinta anos, ou seja, entre 1930 e 1960, a maior parte dos distritos da região já estava integrada à mancha urbana da cidade. Além disso, o processo de urbanização se expande, chegando também às cidades de Poá, Mogi das Cruzes, entre outras que se estendiam pela E. F. Central do Brasil. No entanto, os processos de constituição desses territórios sinalizavam claramente a criação de áreas periféricas, espaços que abrigassem a parcela da população de menor renda.

³⁵ Data da década de 1900 os primeiros registros de iluminação pública na região central da cidade de São Paulo.

³⁶ De acordo com o Projeto de Lei nº 463/93, elaborado pelo então vereador da cidade de São Paulo, Guilherme Gianetti, ocorreu em 1954, a criação da primeira linha de ônibus para a região de Itaquera pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTc). No entanto, a linha foi transferida para a Empresa Auto Ônibus Viação Itaquera Ltda (E.A.O.V). No projeto não há menção do trajeto dessa linha, no entanto, estima-se que o seu percurso era circular. Segundo Azevedo (1958), tratava-se da linha 320; Parque Dom Pedro II-Itaquera. No trajeto, o ônibus, que saía do centro da cidade com um intervalo médio de 20 minutos, passava pela Penha, alcançando as bordas do distrito. Atualmente, a distância em linha reta entre o atuais Terminal Parque D. Pedro II e a Estação de metrô de Itaquera é de aproximadamente 18 quilômetros segundo estimativa calculada a partir do software Google maps.

Mapa 5: Área urbanizada da cidade de São Paulo (1950-1962)



Nota: Como não foi possível inserir os nomes completos no interior do mapa, os distritos da Consolação, República, Santa Cecília, Liberdade, Vila Guilherme e Aricanduva foram representados por meio dos números entre 1 a 6 e foram indicados na área externa para que fosse possível realizar a leitura adequada.

Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa). Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003. In: RIPOLI (2015. p. 6.)

Dessa forma, fica muito claro que Itaquera, a essa altura já está constituída como um distrito autônomo e já assumia uma nova função na produção da cidade de São Paulo: a de distrito dormitório. Do ponto de vista da lógica do capitalismo para a reprodução do espaço, essa transformação foi fundamental, pois era necessária a “criação” de uma área periférica voltada para abrigar os trabalhadores das indústrias de São Paulo, no entanto, essa área deveria possibilitar ao trabalhador acesso aos bairros industriais de São Paulo. Nesse sentido, o Estado tratou de estabelecer condições mínimas de transportes, por meio da linha férrea e uma linha de ônibus, para garantir que esse operariado pudesse chegar até as regiões mais centrais para trabalhar. No entanto, é importante salientar que, se por um lado, esse trabalhador deveria se deslocar até o centro para trabalhar, era fundamental que ele saísse das áreas centrais após o seu expediente, isto é, deixasse de ocupar a cidade, gerando vazios, que poderiam ser reestruturados pelo Estado ou pela iniciativa privada, promovendo a valorização das áreas centrais. Concomitante a isso, a periferia vai cada vez mais se expandindo e se tornando espaço denso e carente de infraestrutura:

A extensão das carências urbanas vai se avolumando, o que obriga as classes populares a se localizarem em áreas distantes do centro urbano, generalizando-se o fenômeno da urbanização por expansão das periferias. Esse processo de expansão urbana, no entanto, não foi acompanhado de uma intervenção por parte do Estado no sentido de atender ao conjunto de necessidades geradas. O vertiginoso crescimento demográfico, junto com o processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes e carentes de serviços de infraestrutura. (JACOBI, 1983, p. 148.)

2.2 Itaquera dos anos 1960 a 1980: a consolidação como periferia, abertura das vias de acesso e os Conjuntos Habitacionais

Enquanto nos anos 1950 e 1960, observou-se a chegada da urbanização na área leste da cidade, integrando áreas como de Itaquera à mancha urbana, consideramos que o período que compreende as décadas de 1960 e 1970 é aquele no qual esse processo se consolida. Neste período, Itaquera passa a não ser mais vista como “área de lazer”, onde famílias tradicionais da capital paulista adquiriam terrenos e construíam “casas de passeio”. Embora a região administrativa ainda apresentasse uma quantidade significativa de propriedades agrícolas e ainda

concentrasse substancial população rural,³⁷ Itaquera se tornava uma parte importante do tecido urbano da cidade, abrigando funcionários das indústrias localizadas em bairros mais próximos, como é o caso de São Miguel, ou em áreas mais centrais da cidade, especialmente, o Brás e o Ipiranga. Concomitantemente a esse processo de ocupação, tem início um processo muito característico da produção do espaço urbano da cidade de São Paulo: o adensamento populacional nessa região administrativa, visto que, no início da década de 1970, Itaquera tinha mais de oito vezes o número de habitantes que residiam na região nos anos 1950.³⁸ Em função desse processo, o Estado começa a implantar alguma infraestrutura e serviços públicos nessa área. Além da iluminação elétrica, que chegara em 1950, outras obras de infraestrutura e a implantação de serviços de Estado também foram iniciadas na década de 1950: a viagem do primeiro trem elétrico data de 30 de setembro de 1955; o nascimento do Centro telefônico de Itaquera em 1956; e por fim, em 1959, foi instalada a 32ª Circunscrição Policial (Distrito Policial) do Município.³⁹

A elevação substancial da população em Itaquera em apenas 20 anos parece retratar uma lógica espacial e econômica ocorrida na cidade de São Paulo, conforme sinaliza Kowarick:

Em contraponto a esta forma de crescimento bastante adensada,⁴⁰ de modo especial até o final dos anos [19]70, ocorreu acentuada desconcentração das moradias dos trabalhadores, que, de alguns poucos bairros sediados em torno dos antigos centros fabris – Brás, Belém, Barra Funda, Mooca – irradiam-se para inúmeras áreas da Capital e depois para vários pontos da Grande São Paulo, originando o que se tem denominado de padrão periférico de ocupação do solo urbano. (2000, p. 26)

As razões que justificam essa nova lógica são diversas. No entanto, parece-me que para Itaquera, algumas delas são preponderantes: o avanço das indústrias para

³⁷ Segundo estudos elaborados pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), no seu relatório nº 19214, na década de 1960, 47% da população era considerada rural, praticando atividades agrícolas em 45% do solo de Itaquera (LEMOS, 1999. p. 56).

³⁸ Dados da Prefeitura de São Paulo mostram que no ano de 1950, cerca de 15.200 pessoas moravam na zona administrativa do distrito de Itaquera, ao passo que em 1970, esse valor se eleva para aproximadamente 129.000 habitantes.

³⁹ O atual 32º Distrito Policial localiza-se na rua Sabbado D'Angelo, 64, no bairro de Itaquera.

⁴⁰ Aqui o autor realiza um comparativo entre as décadas de 1960-1970 e o período dos anos 1930-1950, quando a moradia da classe trabalhadora se manteve bastante concentrada e próxima das indústrias.

áreas mais afastadas; a valorização dos bairros centrais; o menor valor para adquirir um lote, o que possibilitava a um operário da indústria a aquisição de sua casa própria, e a existência de transporte (em um primeiro momento ferroviário e, posteriormente, viário) para as pessoas. Este último também observado por Kowarick ao mostrar como:

O bonde passa a ser paulatina e crescentemente substituído pelo ônibus, veículo muito mais versátil na produção de terras habitáveis, unindo casas autoconstruídas nas periferias destituídas de infraestrutura aos locais de emprego e servindo de intensa especulação imobiliária à medida que zonas longínquas foram transformadas em “lotes”, vendidos, no mais das vezes, de forma legalmente irregular. (2000, p. 27)

Na região periférica, e Itaquera não se diferencia nesse sentido das demais periferias, conforme mostra Oliveira (2019), há um “padrão de construção” que se estabelece, trata-se da autoconstrução. Na verdade, a autoconstrução deriva do fato de que os trabalhadores comprometiam boa parte dos seus salários⁴¹ com a aquisição dos lotes. Consequentemente, as técnicas e o período para a efetivação da “casa própria” variavam de acordo com os ofícios e tamanhos das famílias, além do “tempo livre” que essas pessoas dispunham para “trabalhar na construção”. Isso era necessário, pois não havia a possibilidade de comprometer outra parte do salário para remunerar mão de obra especializada na construção das residências.

De toda forma, a “casa própria” foi até 1980 a forma preponderante de habitação popular na Grande São Paulo, onde se estima que 63% das moradias foram confeccionadas a partir do processo autoconstrutivo. [...] As formas de construção da moradia variam, mas as pesquisas informam que na maior parte dos casos, o encargo recai sobre a família autoconstrutora. Tanto é assim que metade das pessoas envolvidas nessa modalidade habitacional na Grande São Paulo declara não ter utilizado mão de obra remunerada. Isso é necessário porque são poucos os que têm recursos para planejar o andamento da obra de modo a assalariar trabalhadores de maneira regular. Produzida por técnicas rudimentares, a casa serve como abrigo, uma vez que sua finalidade é gerar um componente indispensável para

⁴¹ Segundo Hermann, o rebaixamento do poder de compra do trabalhador se intensificou a partir do golpe militar de 1964, quando o governo agrada os capitalistas ao adotar uma “política econômica” do período de 1964-1973 (especialmente a partir de 1968) [que] foi, em geral, favorável aos lucros, em detrimento dos salários. (2011, p. 50)

subsistir nas cidades e não obter lucro por sua venda. (KOWARICK, 2000, p. 29)

Com o adensamento cada vez maior da população de Itaquera e o intenso processo de loteamento das áreas rurais, que resultam em habitações construídas por meio da autoconstrução, o Estado se vê “obrigado” a promover mais obras de infraestrutura nessa área.

No ano de 1960, o primeiro trecho de água encanada, cerca 12.500 metros de extensão foi instalado; bem como a criação e instalação da 2ª Vara Distrital de Itaquera em 1965.

Além do Estado, instituições privadas instalaram em Itaquera alguns serviços como a primeira agência bancária,⁴² ainda na década de 1950, e o primeiro hospital privado, o Hospital Santa Marcelina, inaugurado em 1961.⁴³

Apesar das melhorias, é importante ressaltar que Itaquera se constituiu como periferia, isto é, um espaço precarizado, carente dos serviços básicos para a manutenção de condições dignas de vida para a população que vive nele. Esse espaço foi produzido por meio de uma racionalidade que promoveu a garantia de lucro aos proprietários de terra. Essa lógica se efetivava no momento em que os lotes (resultantes da divisão de grandes propriedades rurais) eram vendidos aos trabalhadores, geralmente, de baixa renda e desassistidos pelo Estado. Logo, essas áreas eram, em sua maioria, desprovidas de qualquer tipo de infraestrutura e de serviços (tratamento de água e de esgoto, energia elétrica, rede de transporte, entre outros), visto que não era relevante para quem os vendia. Dessa forma, ficava a cargo desses novos moradores o poder de mobilizar o Estado para implementar estruturas básicas que possibilitassem a reprodução daquelas pessoas naquele lugar.

⁴² De acordo com Lemos (1999), data de 6 de maio de 1953, a inauguração da primeira agência bancária de Itaquera, uma agência do Banco Nacional Imobiliário, instituição especializada em empreendimentos imobiliários. Na mesma década, o banco viria a abrir falência e o seu patrimônio foi adquirido pelo Bradesco em 1957.

⁴³ Um dos primeiros hospitais da Zona Leste da cidade de São Paulo, o Hospital Santa Marcelina surgiu como resultado da aquisição de um terreno pela Congregação das Irmãs de Santa Marcelina no atual distrito do Parque do Carmo. No ano de sua inauguração, o hospital contava com um laboratório de análises clínicas, uma sala de parto, duas de cirurgia e duas de emergência para atender a população da Zona Leste, cerca de 60 mil pessoas. Em 1996, o Hospital e a Secretária Estadual de Saúde do Estado de São Paulo assinaram um convênio para a implementação de uma programação de promoção e prevenção a saúde, denominado Programa Saúde da Família ou QUALIS/PSF. Atualmente, o hospital possui mais de 700 leitos hospitalares. Informações coletadas no Portal da Câmara Municipal de São Paulo e no Portal do Hospital Santa Marcelina, cujas referências estão indicadas na bibliografia desse material.

Essa mobilização se dava por meio de reivindicações articuladas através de associações de bairros e por meio das diversas formas de clientelismo, que segundo Damiani (2000), instrumentalizava e interferia nas relações sociais entre os moradores. O resultado desse processo é a produção de um espaço, cujas características são apontadas por Kowarick:

[...] [uma área afetada por] graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores [...]. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho. Lá impera a violência. Dos bandidos, da polícia, quando não dos “justiceiros”. Lá é por excelência o mundo da subcidadania. (2000, p. 43).

A constatação de Kowarick pode ser observada concretamente no espaço por meio das inúmeras reportagens que indicavam os diversos problemas e carências de infraestrutura e serviços ao qual a população de Itaquera estava sujeita. Apresento a seguir, algumas dessas reportagens,⁴⁴ que demonstram os principais problemas enfrentados pelos moradores de Itaquera na década de 1970, e como os agentes do Estado se organizavam para atenuá-los. Repare que a reportagem 1 aborda a carência de empregos; enquanto a reportagem 2 indica os principais problemas enfrentados por Itaquera no período; a reportagem 3 ressalta os problemas de infraestrutura enfrentados pelos habitantes de Itaquera; e por fim, a reportagem 4 procura fazer um panorama da região, explicando as razões que justificam os altos índices de violência no bairro.

⁴⁴ A escolha pelas apresentações de reportagens foi feita devido à impossibilidade de realização de entrevistas presenciais junto às pessoas que pudessem relatar algumas características de Itaquera nos anos 1970. Como essas pessoas, em sua maioria, estaria nos grupos mais vulneráveis a pandemia de covid-19 (doença que impactou a realidade da população mundial entre 2020 e 2022), visto que são pessoas com idades superiores aos 60 anos, optei pela exclusão deste procedimento neste trabalho.

Reportagem 1

Itaquera e Guaianazes são dois outros exemplos onde caberia a orientação da Emurb.⁴⁵ São bairros operários, mas não têm indústrias. Os moradores saem todas as manhãs para o trabalho no centro ou em outras áreas da cidade, quando poderiam ter emprego bem mais próximo. Um estudo para a instalação de distritos industriais nessa região acaba de ser feito para o Grupo Executivo de Planejamento, mas sua execução não pode ser feita diretamente pela Prefeitura. Além dos melhoramentos viáveis – obras viárias, transportes, água, luz, esgoto – há necessidade de áreas livres para que as indústrias tenham onde se instalar. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1971. p. 96).

Reportagem 2

Itaquera continua hoje [abril de 1976] com carência de iluminação pública, escassez de áreas verdes, falta de médicos, hospitais e prontos-socorros, alto-índice de verminose na população infantil pela contaminação de águas pelas fossas sépticas, baixo nível de escolaridade, e predominância de favelas e cortiços. Não bastasse isso, o sistema de transportes coletivos que serve a região é um dos piores da cidade – um morador gasta de 3 a 4 horas para ir e voltar do centro. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1976. p. 42).

Reportagem 3

“Os maiores problemas – afirma – são a falta de saneamento básico e os loteamentos clandestinos”. A inexistência de redes de água e esgoto em todos os bairros [da região administrativa de Itaquera], além dos danos à saúde da população, faz com que as águas sejam lançadas na rua, destruindo seu leito “Se houvesse redes de saneamento em todas as ruas conclui Masi,⁴⁶ “o serviço de manutenção seria reduzido a um terço”. [...] Em segundo lugar, na hierarquia dos problemas, Masi coloca os loteamentos clandestinos [...].

O orçamento para [19]79, de 105 milhões de cruzeiros – entre as 17 ARs⁴⁷ é maior apenas do que o de Campo Limpo – será distribuído para pagamentos dos 620 funcionários e de pequenos serviços, como regularização mecânica de ruas de terra, construção de pontilhões, galerias, muros e conservação de ruas pavimentadas. De suas 3 mil ruas, 350 são asfaltadas ou calçadas com paralelepípedos, 407 têm iluminação pública e metade dispõe de coleta de lixo.

⁴⁵ A Emurb (Empresa Municipal de Urbanização) era a empresa pública criada por meio da lei municipal nº 7.670, de 24 de novembro de 1971. O objetivo dessa instituição era replanejar e intervir no espaço urbano. Em 2010, a empresa foi cindida dando origem a SP-Urbanismo e a SP-Obras.

⁴⁶ Em 1978, o engenheiro José Masi foi nomeado administrador regional de Itaquera-Guaianazes. Nessa época, as duas regiões, que atualmente constituem as prefeituras regionais (ou subprefeituras) de Itaquera e Guaianazes, eram geridas pela mesma Administração Regional.

⁴⁷ A criação de Administrações Regionais (ARs) foi uma proposta de divisão territorial estabelecida pela Prefeitura de São Paulo (PMSP), por meio do decreto municipal nº 6.236 de outubro de 1965. Com este são criadas 7 ARs: AR Sé, AR Vila Mariana, AR Pinheiros, AR Lapa, AR Penha e AR Moóca, AR Santana. Posteriormente, 1966, a partir do decreto municipal nº 6.776 de 28 de novembro de 1966, são criadas mais 4 ARs, são elas: AR Itaquera-São Miguel-Ermelino Matarazzo-Guaianazes, AR Pirituba-Perus, AR Ipiranga e AR Freguesia do Ó-Casa Verde. Por fim, na década de 1970, há uma reorganização das ARs e a criação de outras, totalizando 17 ARs: AR Butantã, AR Campo Limpo, AR Itaquera-Guaianazes, AR Freguesia do Ó, AR Ipiranga, AR Lapa, AR Moóca, AR Penha, AR Pinheiros, AR Pirituba-Peru, AR Santana, AR Santo Amaro, AR São Miguel Paulista, AR Sé, AR Vila Maria, AR Vila Mariana e AR Vila Prudente.

A verba, no entanto, não inclui a pavimentação de novas ruas (item entregue à Secretaria de Vias Públicas), a construção de viadutos sobre os trilhos da Rede Ferroviária Federal, como em Guaianazes, e nem permite solucionar dois outros grandes problemas da área – enchentes e favelas. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1978. p. 62).

Reportagem 4

“Aqui é um salve-se quem puder, é natural que a população fique com sua consciência violentada”. O delegado seccional Leste, Gilberto Alves da Cunha, é responsável pelos problemas policiais da região mais pobre de São Paulo e uma das mais violentas. Mas, diz ele “não é a polícia que vai resolver o problema, é preciso que todos participem, para dar melhores condições de vida aos moradores da periferia”.

A violência de áreas como Itaquera, segundo o delegado seccional, é consequência do próprio nível de vida de seus habitantes. “Mandei fazer um levantamento socioeconômico em toda a região. Foi constatado que a renda per capita em Itaquera, é de apenas 924 cruzeiros [...], enquanto nos [bairros] mais ricos da seccional, situados na Mooca e Tatuapé, se eleva a 2.168 e 2.386 cruzeiros.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1978. p. 62).

As reportagens anteriores indicam que, apesar do crescimento populacional e da incorporação à mancha urbana da cidade de São Paulo na década de 1970, a população de Itaquera convivia com os mais diversos problemas, demonstrando como o processo de urbanização não contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ao contrário disso, cada vez mais pessoas passaram a viver em péssimas condições na região administrativa de Itaquera, que se tornou cada vez mais caótica.

Nesse instante interpretativo, dizia-se que os “problemas urbanos” deviam ser analisados associados à “dinâmica de acumulação de capital”, pois é ela que gera, em última instância, a configuração espacial de uma cidade e os diferentes graus de inclusão-exclusão em termo de acesso aos benefícios. (KOWARICK, 2000, p. 99).

No entanto, cabe uma reflexão sobre a(s) razão(ões) desse aparente abandono de Itaquera pelo Estado: seria consequência do ritmo mais intenso da expansão urbana nessa área, levando a um descompasso entre este processo e a capacidade do Estado de promover investimentos de infraestrutura neste espaço?; seria resultado da falta de uma política de planejamento urbano que fosse capaz de proporcionar à população condições mínimas de sobrevivência?; ou ainda, seria a necessidade de manter esse fragmento espacial como território-reserva nos moldes apresentados por Robira (2018), ou seja, trata-se de “espaços que em um momento ou em outro serão

afetados por intensos processos de reforma urbana derivados das crises de superacumulação de capital no sistema produtivo metropolitano.” (ROBIRA, 2018, p. 17.)?

Para tentar compreender melhor essa inquietação é importante perceber a região administrativa de Itaquera no contexto histórico da década 1970 e sua relevância para a metrópole paulista.

Como já vimos, Itaquera se insere na lógica da expansão urbana no contexto de produção do espaço da metrópole, desempenhando a função de “região dormitório” para as pessoas que trabalhavam nas áreas centrais da cidade. No entanto, é importante destacar que os trabalhadores que se mudavam para Itaquera não eram aqueles com nível maior de renda e qualificação técnica. Os que possuíam esses atributos, embora fossem impactados pelo processo de valorização das áreas centrais da cidade, minimamente conseguiam se manter em bairros mais próximos ao centro, tais como Tatuapé, Cambuci, Mooca, entre outros.

As pessoas que se deslocaram, ou foram deslocadas, para Itaquera, neste período histórico, eram, em sua maioria, aquelas que possuíam menor nível de instrução e de qualificação técnica e, em decorrência disso, tinham remunerações mais baixas no setor industrial, ou ainda, tinham empregos em setores informais da economia. Além delas, um grande contingente de migrantes que vinham para a cidade de São Paulo em busca de oportunidades no mercado de trabalho se instalava nos bairros periféricos. Parte dessas pessoas se estabelecia em Itaquera, pois era nesta área que conseguia adquirir um lote de terra e, assim, garantir a sobrevivência na metrópole de São Paulo. No entanto, havia uma parcela dessas pessoas que não tinha condições de alugar uma casa ou comprar lotes e/ou residências, elevando o número de pessoas que acabavam morando em favelas ou cortiços que surgiram na região.

Dessa forma, os levantamentos realizados pelo Estado, constatavam que Itaquera era ocupada predominantemente por pessoas das classes baixa e/ou média-

baixa.⁴⁸ Nesse sentido, esta zona administrativa foi se consolidando cada vez mais como área periférica, espaços que, segundo Lemos (1999), a infraestrutura dos bairros:

[...] não é implantada linearmente, acompanhando a formação dos novos bairros. O processo de implantação da infraestrutura ocorre de forma descontínua, aos saltos, cobrindo uma grande área como mancha de óleo, de uma só vez. E isso a partir de 1970, sobretudo, como resultado de movimentos populares.” (1999, p. 75).

Nesse contexto, nota-se a importância dos movimentos populares urbanos, sejam eles organizados espontaneamente⁴⁹ ou por instituições como as Igrejas, para a reivindicação dos mais distintos direitos a fim de garantir uma melhor condição de vida para a população, conforme mostra Jacobi:

Desde 1976 esses movimentos se multiplicam. Surgem, nos mais distantes bairros, diferentes formas de organização que resultam da capacidade de articulação dos moradores na luta pelo direito à cidadania, questão significativa que se coloca para a prática política das classes populares. Situam-se nesta perspectiva as lutas em torno da regularização dos loteamentos clandestinos, os movimentos por água e esgoto, transportes, creches, postos de saúde e, mais recentemente, os dos favelados. (1983, p. 150)

Entre os movimentos populares mencionados acima, destaco a importância dos movimentos populares de reivindicação por moradia para a população de baixa renda, pois a garantia de sobrevivência desses trabalhadores era condição necessária para garantir a continuidade do capitalismo, visto que seriam essas pessoas que produziam as mercadorias nas fábricas. Contudo, como esse investimento não era visto como vantajoso pela iniciativa privada, pois não era uma atividade considerada lucrativa, o Estado teria que promover a organização e a construção de espaços destinados à moradia popular, visto que nesse período já ocorria uma intensa

⁴⁸ Esse fator pode ser percebido a partir do levantamento de classe sociais por bairro, elaborado em 1969 pela Prefeitura de São Paulo, no Plano Urbanístico Básico (P.U.B) da cidade de São Paulo apresentado por Lemos (1999). Segundo o levantamento, 51,8% da população de Itaquera era considerada de classe média baixa; 34,4% das pessoas eram de classe baixa; 13,8% eram de classe média alta; e somente 0,05% era considerados como pertencentes a classe alta.

⁴⁹ A esse tipo de organização destaco as diversas Associações de “Amigos do Bairro” que surgiram nos bairros periféricos de São Paulo.

especulação imobiliária na região, impossibilitando a maior parte da população de obter o “sonho” da casa própria.⁵⁰

Tabela 3: Município de São Paulo – demanda habitacional por nível de renda (1974)

Salários mínimos	Porcentagem da demanda habitacional
Até 2	21,43
2 a 4	34,01
4 a 6	17,46
6 a 8	15,45
8 a 12	6,32
12 a 20	3,44
20 a 28	1,45
28 e mais	0,15

Fonte: Plano Plurianual de Projetos CURA⁵¹

Esse protagonismo do Estado era fundamental, visto que garantia à população de menor renda a sobrevivência na metrópole. No entanto, é importante ressaltar que os investimentos estatais foram conseguidos por meio da luta dos movimentos urbanos, conforme aponta Damiani:

Se houve um momento de ebulição maior da política habitacional para as camadas populares, quando ela se estrutura inclusive como proposta urbana mais abrangente, este coincide, especialmente, com os governos militares dos generais Geisel (74-79) e João Baptista Figueiredo (79-85). (2017, p. 100)

É nesse contexto que surgem os grandes conjuntos habitacionais de Itaquera.

2.2.1 Os conjuntos habitacionais

Inaugurado no dia 11 de outubro de 1978, o Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta, conhecido popularmente como Cohab I, foi o primeiro de uma série de

⁵⁰ Segundo informações do Banco Nacional de Habitação (BNH), na década de 1970, tornava-se possível acessar um financiamento nessa instituição a população que obtivesse rendimentos superiores a 6 salários mínimos. No entanto, de acordo com Evers (1984), “Segundo cálculos mais realistas tem de se receber no mínimo 12 salários mínimos para se poder usufruir desta habitação ‘social’ – isto seria apenas 5% das pessoas à procura de moradia. Para todos os outros, portanto, uma moradia produzida capitalisticamente por uma empresa de construção e oferecida no mercado, é inacessível”. (1984, p. 39)

⁵¹ Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada.

conjuntos habitacionais construídos⁵² com o mesmo tipo de projeto integrado e feição interna,⁵³ a qual se dedicava à criação de habitação acessível⁵⁴ para a população de menor renda e a promoção do desenvolvimento comunitário. Esse espaço, segundo Damiani, confrontaria

A [lógica da] casa própria, feita artesanalmente, pela própria família, em lotes a maioria irregulares, essa periferia que saía do controle, iria ser contraposta a uma periferia, incorporada à cidade legalizada, alvo do poder centralizado. Em princípio, uma vida segura, com água, esgoto, asfalto, equipamentos sociais à disposição, em troca dessa ordem imposta. Produzir a cidade das necessidades elementares, dentro da cidade, o que se convencionou como projeto integrado. (2017, p. 102)

Nesse contexto, notamos uma racionalidade que, se por um lado desenvolveu políticas que resultaram nos conjuntos habitacionais apresentando uma perspectiva de combate ao problema do déficit habitacional, atendendo as pressões populares que reivindicavam o direito a moradia digna, por outro, servia como uma estratégia de homogeneização do espaço e das pessoas, favorecendo o surgimento de um coletivo sujeitado à autoridade estatal, de um clientelismo, estabelecido por meio de “uma cidadania regulada de acordo com as necessidades do Estado”. Além disso, a criação dos conjuntos pode ser analisada como uma tentativa de acalmar e anular uma população que, embora fosse bastante díspar (em relação à origem, status social, nível de qualificação), apresentava uma característica comum, o que poderia conferir a essas pessoas um sentimento de pertencimento, de classe:

A massa trabalhadora no país caminhava, com o desenvolvimento industrial, para uma diferenciação e identificação marcantes, à qual não bastava uma política populista e, ao mesmo tempo, reproduzia-se

⁵² A escolha de Itaquera para abrigar as Cohabs I, II e III se deu pelos baixos valores desses terrenos no extremo leste da cidade. Essa condição foi fundamental para a aquisição de uma área de 4,5 milhões de m², que resultaram na construção de 40.000, moradias pensadas para abrigar 120.000 pessoas. Itaquera I foi a primeira estrutura a ficar pronta no final da década de 1970, enquanto as Cohabs Itaquera II iniciaram a comercialização de suas unidades habitacionais em 1980. Os três grandes conjuntos já haviam sido completamente ocupados em 1982.

⁵³ Segundo Lemos (1999), as experiências de conjuntos habitacionais anteriores ao de Itaquera foram negativas, pois as habitações estavam em uma área com total carência de infraestrutura básico, além de caracterizarem por serem depredadas e apresentarem altos índices de rejeição. Esses conjuntos foram confeccionados em Guaianazes no final da década de 1960. Por conta disso, foram contratados novos escritórios para confeccionar como seria as novas unidades habitacionais. No entanto, nenhum dos projetos foram aproveitados pela Cohab que acabou construindo as unidades habitacionais elaboradas a partir de sua própria equipe técnica.

⁵⁴ É importante salientar que esse modal de habitação social era destinado à população que tivesse ao menos 3 salários mínimos como rendimento mensal.

como uma massa trabalhadora potencial, que sobrevivia apesar do empobrecimento crescente, da qual era preciso assenhorar-se. Os termos de desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade transformavam as cidades em redutos dessa identidade proletária, bem como, e, ao mesmo tempo dessa massa superficial, indistinta, pobre e sujeitável. Ambas implicavam em rédeas do ponto de vista de um Estado forte. (DAMIANI, 2017, p. 102)

Dessa forma, os conjuntos habitacionais se mostraram como um instrumento de controle não repressivo, ou melhor, menos repressivo que os demais instrumentos utilizados até então pelo Estado, a fim de promover a manutenção das características de expansão do espaço urbano na metrópole naquele período.⁵⁵ Todavia, a violência desta estratégia de organização e produção do espaço está no controle e na expropriação dos usos do espaço, no controle moral e político dos lugares de encontro.

Por essa perspectiva, a compreensão do conjunto habitacional, a qual Damiani (2017) classificou como “depósitos de gente”⁵⁶, revela uma forma de produção do espaço nas periferias, que impõe uma racionalidade da funcionalidade, da homogeneização observada por meio do surgimento de imensos blocos de concreto observados na paisagem, da monotonia das unidades habitacionais, da carência de infraestrutura necessária para elevar a qualidade de vida das pessoas, além da restrição das possibilidades de usos do espaço para promover a massificação e o adensamento com a construção de um número maior de unidades habitacionais.

Essas soluções lógicas no plano urbanístico, na realidade são versões políticas importantes e impositivas de um modo de vida. Uma concepção segregada e segmentada, estratificada de política urbana a uma concepção possível a partir de bases modernas. Essa segmentação já existia como possibilidade, contudo a arquitetura moderna, no mínimo não a perturbou, no limite a alimenta. (DAMIANI, 2017, p. 105)

⁵⁵ É importante salientar que no final da década de 1970 e início da década de 1980, os governos ditatoriais adotam novas táticas de governabilidade do país, preservando a desigualdade social, ou seja, privilegiando a elite brasileira, enquanto para os trabalhadores estabelecia-se práticas com menor nível de repressão se comparada aos anos anteriores. É nesse processo, segundo Damiani (2017), que a política habitacional brasileira está sujeita, revelando-se uma espécie de “democracia por dentro da ditadura”, visto que o Estado ainda se mantinha necessário, pois detinha o controle do espaço.

⁵⁶ Estima-se que nos três conjuntos habitacionais da região administrativa de Itaquera, viviam cerca de 200.000 pessoas em 40.000 unidades habitacionais.

Figura 1: Imagem do Conjunto Habitacional – Itaquera I vista a partir da Avenida Itaquera (1978)



Fonte: <https://www.facebook.com/SAUDOSAITAQUERA/photos/a.518976554968506/518976571635171/?type=3&source=54>. Acesso em: 22 fev. 2022.

A imagem acima mostra o Conjunto Habitacional Itaquera I visto a partir da Avenida Itaquera, uma das principais dessa região administrativa. Nesse período, a área já contava com vias de acesso e sistema de transporte estabelecido por meio dos investimentos do Estado.

Figura 2: Imagem do Conjunto Habitacional – Itaquera II (1979)



Fonte: <https://facebook.com/SAUDOSAITAQUERA/photos/a.502177899981705/502177953315033/?type=3&source=54>. Acesso em: 22 fev. 2022.

A imagem mostra o Conjunto Habitacional Itaquera II. Diferentemente de Conjunto Habitacional de Itaquera I, aqui as vias de acesso ainda não estavam completamente pavimentadas.

Nesse sentido, observa-se que a preservação de uma característica já atribuída em períodos anteriores à Itaquera, isto é, a condição de “área dormitório”, espaços nos quais a vida cotidiana⁵⁷ é reproduzida a partir da lógica da pobreza da vida urbana.

Evidentemente, a racionalidade imposta pelo Estado não tem a capacidade de se impor e se fixar neste espaço, embora tente fazer isso com frequência, com a imposição de um modo de vida que “condene” os moradores a viverem de forma estática. Esses sujeitos interagem, condicionam, influenciam e são influenciados por esse espaço concebido pela política habitacional, alterando-o, ou melhor, transformando constantemente esse espaço planejado. Como resultado disso, existe a possibilidade de subversão da racionalidade estatal, produzindo um novo espaço a partir do qual o produto conjunto habitacional se transforma numa obra composta por seus moradores, apropriada a partir das relações estabelecidas no dia a dia e expressada por meio da arte, da cultura, da reunião, do encontro.

No entanto, ainda que exista esse embate entre a racionalidade do espaço concebido e as ações realizadas no espaço vivido, parece-me que essa forma urbana se reafirma continuamente como cidade dormitório, integrando essa região administrativa com as necessidades da lógica de reprodução do espaço urbano da metrópole que, ao mesmo tempo, segrega a população dos conjuntos habitacionais ao aliená-los de sua potencialidade como classe proletária, direciona o seu olhar para os aspectos e problemas do dia a dia, em detrimento de uma análise que possibilite olhar para a cidade como um todo; e os insere na lógica de reprodução das mercadorias, visto que essas pessoas continuaram tendo sua mão de obra explorada, consolidando a lógica da produção de mercadorias no capitalismo.

⁵⁷ Entendemos como vida cotidiana os diferentes momentos que integram a vida de uma pessoa, seja o momento da vida privada, do lazer, do trabalho. No entanto, neste trabalho não destrincharemos a discussão a partir dessa perspectiva.

2.2.2 Desdobramentos dos conjuntos habitacionais

A criação dos conjuntos habitacionais sintetizava a possibilidade de acesso ao sonho da casa própria⁵⁸ pela população de menor renda, visto que a ação da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP) em Itaquera foi fundamental na produção de habitação popular, conforme aponta Freitas:

Nunca na história do país haviam sido elaborados e executados projetos com magnitude de escala e quantidade de unidades como aqueles que viriam a ser implementados na zona leste de São Paulo. (2020, p. 7)

Essa produção em escala industrial de habitações contribuiu de maneira relevante para a valorização do espaço nas áreas de entorno dos conjuntos, visto que ao mesmo tempo em que o conjunto se concretizava, o Estado realizava outras alterações nesta área, com destaque para a canalização do córrego Aricanduva, a ampliação do traçado do metrô,⁵⁹ investimentos da Sabesp e da Planasa⁶⁰ na construção de infraestrutura para a chegada de água tratada e saneamento básico. Dessa maneira, as áreas localizadas entre os conjuntos habitacionais também absorviam os benefícios dos investimentos estatais em infraestrutura, o que conferia a estes terrenos características como energia elétrica, tratamento de esgoto, oferta de transporte, aumentando o seu valor no mercado imobiliário.

⁵⁸ Freitas (2020) vê com ressalvas o chamado “sonho da casa própria” a partir dos conjuntos habitacionais visto que os mutuários só recebiam o contrato de compra e venda da unidade habitacional da Co hab e não a escritura do imóvel. Esse processo é semelhante à alienação fiduciária realizada entre consumidores e instituições financeiras atualmente.

⁵⁹ Destaca-se que o projeto inicial da linha leste-oeste do metrô previa que a última estação dessa linha se localizaria no distrito do Tatuapé, o que posteriormente foi revisto, e o traçado foi postergado até o distrito de Vila Matilde, chegando até Itaquera na década de 1980.

⁶⁰ O Planasa era o Plano Nacional de Saneamento. Esse programa tinha como objetivo a implantação ou melhoria de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Os recursos destinados ao plano vinham de recursos próprios do BNH e do FGTS dos trabalhadores.

Figura 3: Trecho da Radial Leste nas proximidades de Itaquera (1980)



Fonte: [https:// facebook.com/SAUDOSAITAQUERA/photos/a.520828718116623/520828731449955/?type=3&source=54](https://facebook.com/SAUDOSAITAQUERA/photos/a.520828718116623/520828731449955/?type=3&source=54). Acesso em: 22 fev. 2022.

A Radial Leste é uma importante via de acesso que liga o extremo leste do município de São Paulo ao centro da cidade. Sua expansão ocorria paralelamente à expansão da linha do metrô. Na imagem acima, observa-se o trecho da Radial Leste situado entre o Conjunto Habitacional Itaquera I (à direita) e um trecho, na altura do distrito de Itaquera, da linha ferroviária que ligava a estação do Brás ao município de Mogi das Cruzes.

No entanto, parece-me que o fator que intensificou significativamente a produção do espaço em toda a região administrativa de Itaquera, estabelecendo uma valorização do espaço, não observada por nenhum equipamento produzido pelo Estado até aquele período, foi a estação terminal do metrô, a estação Corinthians Itaquera.

A estação de metrô em Itaquera, que seria inaugurada somente em 1988, já gerou impactos uma década antes quando o processo de especulação imobiliário dos terrenos dessa área se intensificou, conforme mostra as reportagens a seguir:

Reportagem 1

Duas máquinas de terraplenagem retiraram alguns blocos de terra de uma elevação e deram início simbólico, ontem [24 de janeiro de 1976], às obras de construção do Pátio de Estacionamento e Oficinas do metrô, em Itaquera. [...]

Mais moderno, em termos técnicos, do que a linha Norte-Sul, e como um futuro pátio de estacionamento de trens três vezes maior do que o construído no Jabaquara, o ramo Leste facilitará o acesso à periferia. [beneficiando uma população de 2,3 milhões de pessoas]. Ali também estão previstos o prolongamento da Avenida Radial Leste até Itaquera, escolas e áreas de lazer em direção ao Vale do Paraíba – caminho natural do crescimento da cidade. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1976. p. 45).

Reportagem 2

O metro quadrado de terreno, nas áreas centrais de Itaquera, custava menos de cinquenta cruzeiros, há quatro anos. Há dois anos subiu para 200 cruzeiros. Hoje [1978], é difícil encontrar um terreno em bom lugar por menos de mil cruzeiros o metro.

Essa valorização tem várias explicações, segundo os urbanistas. Em primeiro lugar, a terraplenagem do pátio do terminal de Itaquera dá aos moradores do local, a certeza que logo a linha Leste do metrô chegará ao bairro. [...]

A retificação do leito da Radial Leste, prevista nos planos da Prefeitura, a construção do Parque do Carmo [inaugurado em 1976], com 1,5 milhão de metros quadrados, os programas da Cohab que possui em Itaquera, 3 conjuntos habitacionais, além do anúncio de que o futuro campo do Esporte Clube Corinthians Paulista [que só foi inaugurado em 2014] ficará, também, em Itaquera, fazem com que as áreas se valorizem ainda mais. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1978. p. 31).

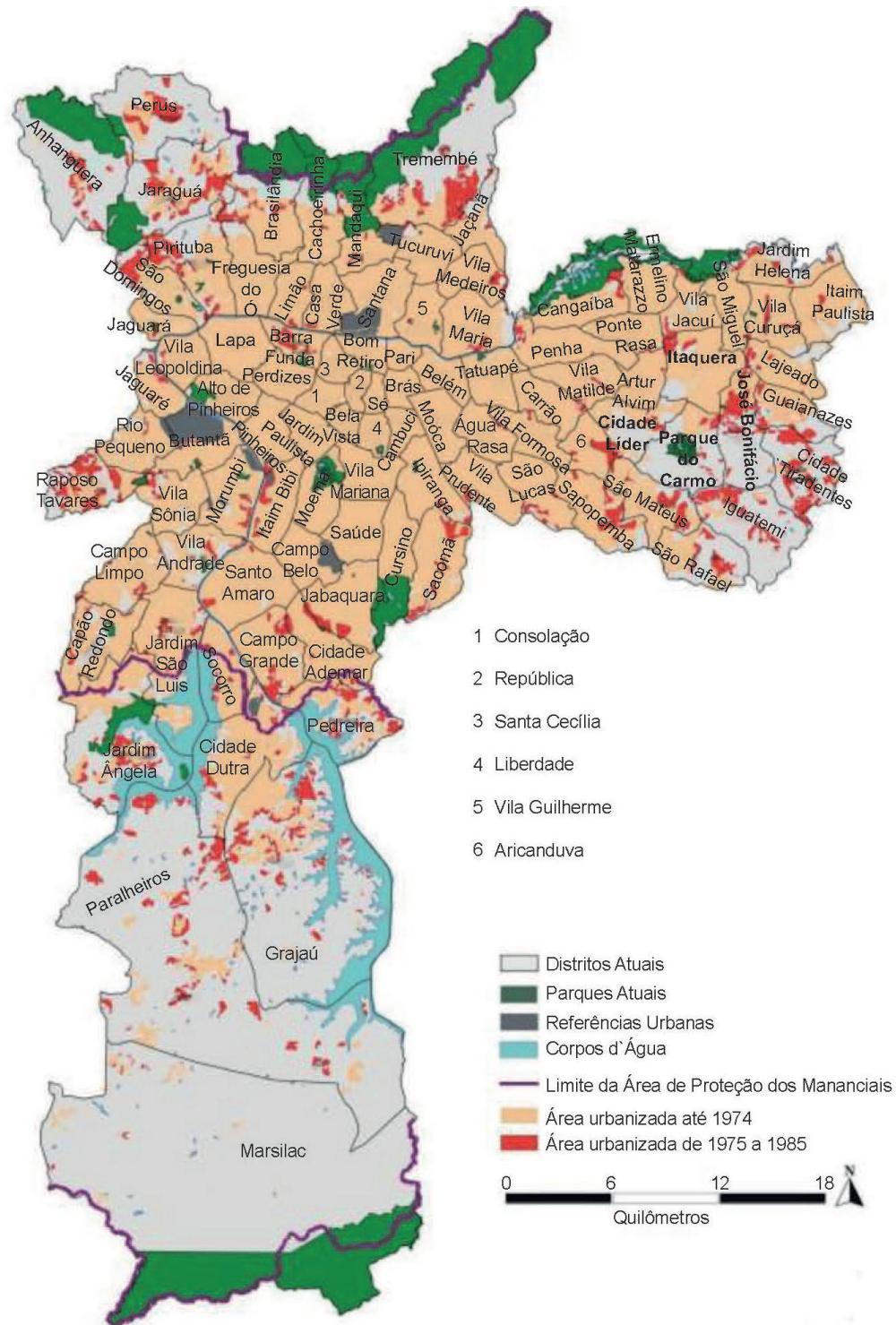
Os trechos das reportagens indicados acima sinalizam que houve investimentos por parte do Estado em Itaquera, o que indica que havia uma racionalidade empregada naquele espaço a fim de valorizá-lo, atraindo dessa forma a iniciativa privada. Segundo Freitas:

A articulação entre a Cohab e a empresa do metrô – na época [década de 1970] dirigida mediante participação majoritária da prefeitura – foi decisiva historicamente para a transformação radical da região de Itaquera. (2020, p. 8.)

Nesse sentido, parece-me que, ainda na década de 1970, os primeiros frutos dessa racionalidade começaram a aparecer, pois nesse período intensificou-se o desmembramento de propriedades que eram consideradas rurais, resultando no aumento do número de venda de novos lotes na área. Porém, seria nos anos 1980 que esse processo se consolidaria a partir do aumento do valor do metro quadrado da região administrativa de Itaquera, resultado da especulação imobiliária.

A representação desses fatores no espaço, conforme pode ser observado no mapa a seguir, é a expansão significativa da mancha urbana em direção ao extremo leste da cidade.

Mapa 6: Área urbanizada do município de São Paulo (1975-1985)



Nota: Como não foi possível inserir os nomes completos no interior do mapa, os distritos da Consolação, República, Santa Cecília, Liberdade, Vila Guilherme e Aricanduva foram representados por meio dos números entre 1 a 6 e foram indicados na área externa para que fosse possível realizar a leitura adequada.

Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa). Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003. In: RAMALHOSO (2013, p. 104).

2.3 Itaquera dos anos 1980: a consolidação de um bairro protagonista na zona leste

Falar sobre Itaquera na década de 1980 sem inseri-la no contexto social, político e econômico da metrópole de São Paulo e do Brasil, seria uma tentativa desconexa de analisar a parte sem tentar compreender a dinâmica do todo. Nesse período o Brasil foi completamente impactado por três fatores, sendo eles um de ordem econômica, um de ordem política e um de ordem social. Dessa forma, acredito que não é possível compreender os processos que se desenvolveram em Itaquera sem uma análise prévia do momento histórico da metrópole e do país.

2.3.1 Entendendo conjuntura nacional e da metrópole de São Paulo no período

No aspecto econômico, as sucessivas quedas do PIB do Brasil, associada às crises de hiperinflação, ao endividamento do Estado e ao crescimento das desigualdades sociais, levaram a década de 1980 a ser conhecida como “a década perdida”. Essa conjuntura catastrófica foi iniciada décadas antes, quando os militares assumiram o governo em 1964 e adotaram uma série de medidas para promover a melhoria da economia, tais como: ações para proteger o investimento estrangeiro; promoção de “grandes obras” de infraestrutura; e investimento em um programa de desenvolvimento industrial. Ações que se tornaram possíveis devido à captação de dinheiro internacional, realizada basicamente por meio da chegada das multinacionais ao país e através da contração de empréstimos junto às instituições internacionais.

Com relativo sucesso nos primeiros anos dos governos militares, esse conjunto de ações conseguiu desenvolver um parque industrial complexo e moderno no país, controlar a inflação e promover uma elevação no número de empregos nas áreas urbanas do país, o que atraiu muitas pessoas do campo para a cidade. No entanto, essa política econômica escondia um processo no qual os salários dos trabalhadores se mantinham estagnados, visto que os reajustes salariais já não conseguiam se equiparar à elevação dos preços das mercadorias, diminuindo o poder de compra da população. Conforme mostra Kowarick:

[...] mesmo antes da conjuntura da crise de 1981-83, o modelo de crescimento econômico implantado no País, alijou a imensa maioria

dos benefícios de uma sociedade que teve notável desempenho econômico. [...] Basta dizer que semelhante modalidade de acumulação alicerçou-se em acentuado aumento da produtividade do trabalho, que não só deixou de ser repassado para os trabalhadores, como também os salários de boa parte destes, em particular dos segmentos não-qualificados, deterioraram-se em termos reais. (2000, p. 20).

Esse crescimento econômico, baseado no aumento das desigualdades⁶¹ entre os mais ricos e os mais pobres, observado até os primeiros anos da década de 1970, começa a se desmoronar quando as crises do petróleo retiram de cena grande parte do dinheiro disponível para empréstimos aos países em desenvolvimento. Nesse contexto, países como o Brasil, que contraíam empréstimos internacionais para manter suas políticas de desenvolvimento e manutenção do crescimento econômico, sentiram um duro golpe, pois estavam imersos em um quadro de dívida externa elevadíssima,⁶² o que comprometia drasticamente o PIB do país. Soma-se a isso, a inflação descontrolada do período, superando a marca de 100% ao ano no início da década de 1980.⁶³ Diante disso, o governo do Brasil não teve alternativa senão se sujeitar às condições impostas pelas instituições internacionais, especialmente o FMI, a fim de conseguir um adiamento do prazo de pagamento de sua dívida. Para isso, o FMI exigiu um reajuste da política econômica brasileira, exigindo que o país adotasse medidas neoliberalistas⁶⁴ que desestabilizaram ainda mais a economia interna e impactaram a indústria nacional, impossibilitada de concorrer com os preços dos produtos importados.

Por conta desse caos na economia, o regime ditatorial sofreu ainda mais pressão da sociedade, que vinha se articulando por meio dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos recém-formados, para impulsionar uma agenda de manifestações e greves pelo país inteiro, de forma que o processo de transição para a democracia finalmente se realizasse com a eleição, ainda que de forma indireta, do

⁶¹ O achatamento dos salários diminuiu o custo da mão de obra, o que associado às isenções fiscais concedidas a empresas, resultaram num quadro no qual as pessoas que já detinham capitais o concentraram ainda mais, ao passo que, os trabalhadores tinham rendimentos cada vez menores.

⁶² Segundo Baruch (2018) a dívida externa brasileira ultrapassou os US\$ 100 bilhões de dólares em 1985, valor 30 vezes maior do que a dívida que o país tinha em 1964 (US\$ 3,4 bilhões).

⁶³ Segundo dados fornecidos por Gilberto Marangoni na Revista Os desafios de desenvolvimento do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

⁶⁴ Promoção de ações de desregulamentação do mercado, abertura do mercado consumidor brasileiro para as importações de produtos.

primeiro presidente da república não-militar, em 1986. O processo democrático e a abertura política se consolidariam com a Nova Constituição Brasileira que foi promulgada em 1988.

No entanto, mesmo neste novo quadro político, a situação econômica e social do país continuou devastadora. O Brasil sofreria por mais de uma década com períodos de inflação galopante, dívida externa elevada, queda da produção nacional, crise de desabastecimento, aumento do desemprego e queda de renda do trabalhador. Somado aos fatores indicados anteriormente, ainda tínhamos o oferecimento dos serviços de educação e saúde públicos cada vez mais sucateados e precários.

Nesse contexto, para atenuar os grandes problemas econômicos da década de 1980, especialmente o descontrole da inflação, foi proposta a realização de diversos planos econômicos,⁶⁵ mas somente a partir da implementação do Plano Real que se obteve algum sucesso no aspecto econômico.

O projeto hegemônico foi marcado por conquistar estabilidade monetária lançando mão de juros elevados, liberalização da conta de capitais, privatização de ativos e empresas públicas e redução de várias funções próprias do Estado. (MARANGONI, 2012, P. 63)

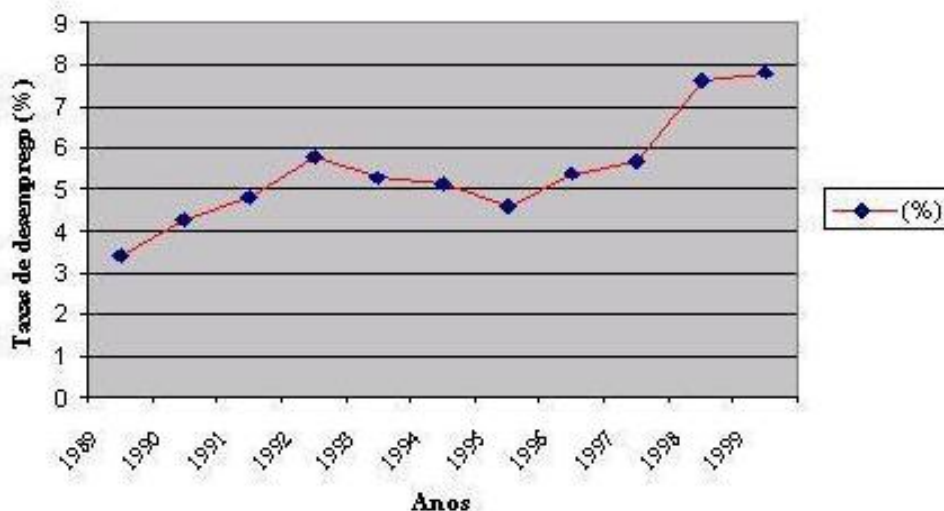
Enquanto o cenário começava a mudar na economia, o que se observou no decorrer dos anos 1980 e 1990 foi a ampliação das desigualdades, resultando num quadro no qual havia um grande número de desempregados ou submetidos aos empregos informais, eclosão de diversas lutas por moradia nas cidades e por terra no campo.

A desigualdade atingia cada vez mais áreas da vida das pessoas, possibilitando o acesso à segurança alimentar, saúde e educação a uma minoria de brasileiros enquanto a maior parte da população vivia num cenário de miséria e precariedade dos serviços mais básicos para a dignidade humana. Esse quadro se desdobra, segundo

⁶⁵ Entre 1986 e 1994 foram lançados sete planos econômicos para tentar combater a inflação no Brasil, são eles: Cruzado (lançado em março/1986); Cruzado 2 (lançado em novembro/1986); Bresser (lançado em junho/1987); Verão (lançado em janeiro de 1989); Collor (lançado em março/1990); Collor II (lançado em janeiro/1991); e Real (lançado em março/1994). Expedientes como congelamento de preços, criação de novas moedas, controle de gastos feitos pelo Estado, elevação de juros e até mesmo o confisco monetário das contas dos brasileiros foram utilizados nesses planos.

aponta Marangoni, num país que “ingressa nos anos de 1990 com cerca de um terço da população em estado de pobreza” (2012, p. 63.)

Gráfico 1: Brasil: evolução do desemprego (1989-1999)



Fonte: IBGE. Elaboração: GOMES, Maria Terezinha Serafim Gomes. As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente/SP – Brasil. *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona. Número extraordinário dedicado al IV Colóquio Internacional de Geocrítica (Actas del Colóquio). v. VI., n. 119 (32), 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-32.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

De 1989 até 1992, observou-se a elevação do desemprego. Em 1994, com a recuperação da economia através da implantação do Plano Real verificou-se uma leve queda no desemprego. Porém, partir de 1996, o desemprego voltou a crescer, atingindo em 1999 a taxa de 7,8 por cento.

A metrópole de São Paulo não passa de forma indiferente ao contexto social, político e econômico conturbado do país, ao contrário, sofre diretamente os reflexos desse contexto histórico acrescido de alguns agravantes, conforme nos mostra Kowarick:

[...] a Grande São Paulo é o lugar privilegiado da acumulação do capital no Brasil e as contradições que nela se espelham não são fruto de uma urbanização que se expandiu no bojo de um incipiente processo de industrialização, como ocorre em muitas cidades brasileiras e latino-americanas. Ao contrário, é um caso em que o crescimento da Metrópole foi acompanhado e decorreu, pelo menos até 1980, de intenso dinamismo econômico: até então as exclusões sociais presentes na RMSP não tinham sido, portanto, originárias de estreiteza de uma estrutura produtiva, na qual uma massa populacional tivesse se avolumado sem que houvesse criação de empregos. (KOWARICK, 2000. p. 20).

Por essa perspectiva, observa-se que a partir da década de 1980, um cenário diferente se estabelece na metrópole de São Paulo. Nota-se uma perda do protagonismo do capitalismo industrial, que ditava a forma como a cidade era produzida,⁶⁶ o que pode ter acontecido por razões conjunturais, ou seja, como resultado da crise econômica atravessada pelo país nesse período, além da abertura do mercado consumidor brasileiro, que impactou a produção industrial nacional.

Conforme mostra Rolnik (2001), nesse período houve redução relativa da participação da indústria localizada na metrópole de São Paulo em relação ao produzido pela força industrial paulista, passando de 64% do total produzido em 1980, para 52% de tudo que foi produzido pela indústria paulista, em 1990. Dessa forma, ainda que não tenha se desindustrializado, pois conforme aponta Carlos, “o processo de desconcentração do setor produtivo das empresas se faz com uma centralização das sedes das empresas em São Paulo” (2009, p. 305.), o número de postos de trabalho na metrópole de São Paulo foi reduzido no período.

Outro fator que pode justificar a diminuição do protagonismo industrial na reprodução da metrópole é o processo de transformação estrutural das indústrias, consequência das mudanças de processos produtivos, decorrentes das inovações tecnológicas e gerenciais que ocorreram no setor, que modernizou o parque industrial brasileiro.

Seja por consequência de um dos fatores indicados acima ou de ambos, o que se consolidou no decorrer na década de 1980, especialmente na metrópole de São Paulo, é que o setor industrial deixou cada vez mais de produzir empregos, conforme aponta Kowarick, ao indicar que

[...] no final de 1983, havia na Grande São Paulo [metrópole de São Paulo] cerca de 1 milhão de desempregados, montante que corresponde a 15% da população economicamente ativa. O nível de emprego industrial voltou a ser semelhante ao imperante em 1973, num contexto em que continuou um incremento demográfico da Região, pois nestes dez anos sua população aumentou 38%. (2000, p. 21)

⁶⁶ Definindo por meio de urbanização profundamente desigual, a separação entre os espaços centrais e as periferias para onde a população trabalhadora era removida à medida que a mancha urbana de São Paulo aumentava.

Evidentemente esse processo de desemprego em massa acarretou diversos desdobramentos como a diminuição drástica dos níveis de renda e, conseqüentemente, de consumo; a elevação do número de pessoas vivendo em situação de rua e/ou pedindo esmolas; o aumento da fome e da violência; o crescimento do subemprego ou do trabalho informal; a perda do trabalho, que inviabilizava a continuidade de famílias nas áreas em que moravam, resultando no deslocamento dessas pessoas para as favelas, cortiços ou lugares mais periféricos. Contexto que levou a maioria da população, que vivia na metrópole de São Paulo,⁶⁷ a morar em habitações precárias – favelas, cortiços e casas em terrenos destituídos de serviços públicos, retratando um cenário de precariedade⁶⁸ das condições urbanas às quais a população estava sujeitada na metrópole.

Em contrapartida ao quadro desenhado nas periferias da metrópole, no final da década 1980 e durante os anos 1990, uma nova centralidade se constituiu no eixo centro-sudoeste de São Paulo, região da cidade onde historicamente se concentrou riqueza e investimentos públicos. Conforme nos mostra Rolnik:

Um dos processos mais significativos nessa região é o complexo desdobramento da centralidade do setor terciário, numa trajetória que abrangeu, ao longo de décadas, o Centro Novo, as avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini e a Marginal Pinheiros, sendo que a paisagem mais recente formada pelas duas últimas – torres dos centros empresariais e edifícios de escritórios mesclados a shopping centers temáticos, hotéis, centros de convenção e salas de espetáculo – constituiria a imagem mais visível e evidente de uma nova ordem urbanística: “a cidade do terciário avançado” ou o “novo centro da cidade”. [...] observa-se claramente um padrão de desenvolvimento do terciário moderno, com o gradativo desaparecimento dos espaços públicos, articulado a um forte modelo de exclusão territorial, atendendo a interesses do capital imobiliário. (2001, p. 43)

Se por um lado, o trecho acima escancara o processo desigual de produção do espaço nas áreas de centro e nas periferias da metrópole, parece-me também que o excerto demonstra uma transformação na relação entre o capitalismo e o espaço, no

⁶⁷ Mais de 14 milhões de pessoas segundo Kowarick (2000).

⁶⁸ A essa somatória de precariedades de serviços e inexistência de condições dignas de sobrevivência Kowarick nomeou de “espoliação urbana”.

qual o capital financeiro assume a hegemonia que até o final da década de 1970 pertencia ao capital industrial.

Neste novo contexto, no qual há forte penetração dos setores de serviços na constituição das novas centralidades e uma desconcentração das indústrias da metrópole, o capital financeiro se realiza por meio da produção do espaço, processo que necessita da criação de novas infraestruturas para efetivar a acumulação continuada do capital. Dessa forma, o processo de urbanização passou a ser enxergado como um elemento para potencializar a realização do capital financeiro numa sociedade na qual o consumo é parte fundamental da ampliação desse processo, em outras palavras, a partir desse período, o processo de urbanização sinaliza para o consumo do espaço. Segundo Carlos:

Nos anos 1990, a terra urbana muda de sentido para o capital, deixando de ser um lugar de fixidez para ser o lugar por meio do qual esse vai se realizar, apoiando-se no redirecionamento das políticas urbanas na direção de construir o ambiente necessário para que esse capital possa se realizar, transformando a metrópole.

Do ponto de vista da morfologia urbana, a construção material e objetiva desse espaço faz-se em detrimento dos setores da população residente nele. (2009, p. 306)

Partindo disso, nota-se um movimento de parceria entre o Estado e os setores econômicos, que se consolidará por meio das políticas urbanas, para construir a infraestrutura necessária para que o processo de acumulação de capital se realize por meio da produção do espaço. Esse processo também acarretará o aprofundamento do processo de desigualdade na reprodução da metrópole, no qual as camadas mais vulneráveis da população estarão cada vez mais distantes da possibilidade de viver o urbano.

2.3.2 Entendendo os desdobramentos da conjuntura nacional e metropolitana em Itaquera

Ao partirmos da análise da conjuntura nacional e nos atermos especificamente ao contexto da metrópole de São Paulo, é possível captar a lógica por trás do crescimento populacional de Itaquera e tentar compreender como as diversas transformações realizadas no decorrer das décadas de 1980 e 1990, ao mesmo tempo

em que valorizaram essa área, contribuíram para a sua manutenção como “região dormitório”.

Os dados do IBGE sobre população de Itaquera revelam que a população dessa área quase duplicou entre os anos 1970 e 1980,⁶⁹ indicando que Itaquera está completamente inserida na mancha urbana da metrópole de São Paulo. Nesse sentido, a construção dos conjuntos habitacionais e os investimentos do Estado em melhorias de vias e de infraestrutura como na criação de linhas de transporte para atender a população residente na área nos permite ratificar a condição de Itaquera como uma parte completamente integrada à metrópole de São Paulo.

Além disso, surgia uma área nessa região administrativa que começou a concentrar algumas atividades econômicas, como os comércios populares (formais e informais⁷⁰); o setor bancário, que abrigava as agências de alguns dos bancos mais populares da metrópole⁷¹ e a sede regional da prefeitura,⁷² trata-se do distrito de Itaquera, especialmente nas proximidades da estação Itaquera do trem. Essa área se consolidaria como uma centralidade local, visto que a população dessa zona administrativa recorria aos recursos alocados neste distrito para resolver alguns dos seus problemas. Soma-se a isso, o fato do distrito concentrar a estação do trem, o que necessariamente gerava um intenso fluxo de pessoas nessa área.

Em decorrência dessa centralidade, nas proximidades da estação do trem, desenvolveu-se um centro comercial local, onde se localizava as agências de bancos populares, lojas de diversos produtos (roupas, móveis e alimentos), farmácias, entre outros espaços de consumo locais. Além disso, nessa área se estabeleciam alguns serviços como os consultórios odontológicos, as imobiliárias, hotel para hospedagem. Atraída por essa disponibilidade de serviços e de comércio, uma população com maior poder de renda⁷³ começa a ocupar as áreas do centro do distrito de Itaquera,

⁶⁹ Segundo os censos demográficos do IBGE, em 1970 a região administrativa de Itaquera tinha 129.314 habitantes, passando a 256.383 pessoas em 1980.

⁷⁰ Por se tratar de uma área de intenso fluxo de pessoas as proximidades da estação ferroviária de Itaquera concentrou grande número de trabalhadores informais, conhecidos também como “camelôs”.

⁷¹ A área do centro de Itaquera tinha agência dos seguintes bancos: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal.

⁷² Neste período, esses espaços eram conhecidos como Administração Regional (AR).

⁷³ Aqui não me refiro à classe alta da metrópole de São Paulo, mas sim pessoas que se enquadram numa classe média, especialmente média-baixa.

conferindo a este espaço características relacionadas a uma população de classe média daquele período. Isso pode ser explicado conforme observado por Scarlato e Alves (2018), ao indicarem que

[...] depois de consolidadas e constituindo-se como novas centralidades periféricas, passam a ter o preço do solo urbano elevado. Muitos dos que aí moram de aluguel, por exemplo, não conseguem mais pagá-lo e são obrigados a ir para locais mais distantes, geralmente em novas periferias que surgem ou na cidade (em áreas de proteção ambiental) ou na região metropolitana, muitas vezes nessa mesma condição. (2018, p.164)

Dessa forma, é importante lembrar que Itaquera se insere na lógica de expansão da metrópole (lógica centro/periferia) como uma periferia, ou seja, como lugar da reprodução da classe trabalhadora, na qual há inúmeras carências de infraestrutura e serviços básicos destinados à melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, as melhorias de infraestrutura associadas à construção dos Conjuntos habitacionais ou mesmo à consolidação de uma centralidade local situada no centro do distrito de Itaquera resultaram numa série de desdobramentos, entre os quais destacamos dois que se inter-relacionavam e se retroalimentavam: a intensificação da especulação imobiliária e a expansão da periferia para além de Itaquera.

De acordo com Lemos (1999), o preço do metro quadrado da área que ainda detinha terras de uma antiga colônia japonesa e que foi transformada em lotes precários (sem o mínimo de infraestrutura) na Estrada do Pêssego, aumentou dez vezes em apenas um ano (entre 1980 e 1981), passando de Cr\$ 130,00 em 1980 para Cr\$ 1.300,00 no ano de 1981. Ainda segundo a autora, em 1984, os preços desses novos lotes chegaram a Cr\$ 5.000,00, ou seja, 38 vezes maior do que o valor que esses mesmos lotes custavam no ano de 1980. Esse processo de especulação exorbitante indicado pela valorização descomunal do preço do solo dessa região administrativa resultou, conforme aponta Burgos (2013) e Damiani (2017), na extensão de áreas periféricas para mais distante do centro da cidade.

Esses novos fragmentos espaciais, que surgiam tanto nas extremidades da zona leste do município (extrapolando o limite municipal de São Paulo), como nas

zonas norte e sul da cidade, permitiam a reprodução da população que já não conseguia se manter em Itaquera, levando-os para áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura, e a necessidade de estabelecerem novos embates a fim de obter condições mínimas de sobrevivência no espaço. Aqueles que permaneciam em Itaquera, mas não conseguiam alugar uma casa e/ou adquirir uma propriedade, realizavam a ocupação de terrenos particulares ou privados, constituindo um imenso processo de favelização que perdura até os dias de hoje nesta zona administrativa e em diversos outros distritos do município de São Paulo.

Com a inauguração do metrô, em 1º de outubro de 1988, transformações ainda mais intensas ocorrem no distrito de Itaquera, o que pode ser um indício do surgimento de uma nova centralidade, mais complexa do ponto de vista dos seus conteúdos, visto que esta mobiliza capitais que superam a escala local. Neste sentido, Freitas aponta que

Outro aspecto fundamental na conformação dessa centralidade regional é a estação terminal do metrô. A partir dela, todos os elementos de centralidade que constituíram Itaquera na transição para o século XXI se desdobraram. A estação construída pelo Estado e inaugurada no mês de 1988, passou a ser a mais movimentada da metrópole. Sua imensa área comportou um terminal de ônibus que permitiu o acesso a outras regiões do extremo leste metropolitano. Nos anos 2000, nela se instalou um Poupatempo. Esse conglomerado de diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais é o maior posto entre todos os Poupatempos da região metropolitana, com uma área quase 9.933 m² e mais de 10 mil atendimentos diários. (2020, p. 9)

Dessa forma, é possível perceber que a implantação da estação Itaquera do metrô se configurou como um marco para essa área, tanto do ponto de vista de elevação do adensamento populacional na zona administrativa de Itaquera, como na mobilidade dessas pessoas por meio de um transporte de massa. Além disso, acrescentando aos equipamentos já sinalizados por Freitas (2020), a chegada do metrô ao distrito de Itaquera impulsiona grandes transformações nessa área a partir da década de 1990. Nesse período, novamente o Estado se destacará como grande propulsor de uma transformação dessa área. O resultado desse processo consiste na constituição dessa nova centralidade, diferente da centralidade local que surgira uma década antes, que tem evidenciado um novo período de (re)valorização deste espaço.

CAPÍTULO 3: Itaquera: constituição como centralidade complexa

Com a chegada dos anos 1990 tem início um novo processo de reestruturação em metrópoles como São Paulo, envolvidas pela perspectiva da globalização. Segundo Alves (2018), elas assumem um novo papel entre as principais cidades do mundo, trata-se da coordenação da produção na economia global, o que exige uma série de transformações no seu espaço e nas relações sociais observadas sobre ele. Evidentemente, essas renovações espaciais ocorrem em decorrência da conjuntura política e econômica do país, além dos papéis que esses locais desempenham na divisão internacional do trabalho observada atualmente. Dessa forma, no início deste capítulo pretendemos apresentar alguns processos iniciados na década de 1990 que contribuíram para a constituição da metrópole paulistana atual. Com isso, pretendemos sinalizar como o neoliberalismo contribuiu para o que Barros indicou como o surgimento de “uma metrópole contemporânea com novos conteúdos físicos e sociais e com intensas contradições” (2019, p. 34).

3.1 O início dos anos 1990: globalização e neoliberalismo

De acordo com Ianni (1998), com o desenvolvimento da globalização de processos e estruturas sociais, houve um abalo nas lógicas de organização dos territórios e das fronteiras, o que redefiniu a soberania e hegemonia exercida pelos Estados. Dessa forma, foi imposta ao mundo uma nova ordem mundial baseada na forma de organização política, econômica e social pautada por meio da visão neoliberal do mundo. Segundo esse autor,

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. “Neo” liberalismo porque se impõe e generaliza em escala mundial, alcançando inclusive os países nos quais se havia experimentado ou continua a se experimentar o regime socialista ou o planejamento econômico centralizado. Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas. Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo

Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. (IANNI, 1998, p. 28)

Nesse contexto, o Brasil que vinha de uma complicada década de 1980, na qual se observou a hiperinflação, aumento do desemprego, diminuição do PIB e elevação da dívida, viu-se inserido num quadro no qual era necessário uma mudança radical da perspectiva político-econômica e social até então adotada. Soma-se a isso a pressão imposta pelos Estados Unidos para que o Brasil se adequasse às medidas neoliberais, estabelecendo essa condição como necessária para concessão de ajuda financeira ao país latino-americano. Dessa forma, a concordância do Brasil com a proposta neoliberal, definida a partir das medidas formuladas pelo Consenso de Washington (1989), resultou em um quadro que permearam as políticas que seriam desenvolvidas nos anos seguintes, a saber:

[...] a desregulamentação da economia, que visava à abolição da regulação do Estado, simultaneamente, sobre a economia e sobre a relação capital-trabalho, perspectivando a plena liberdade dos mercados; a sumária retirada do Estado como agente produtivo, derivando daí as propostas de privatização das empresas estatais e de “Estado mínimo”, esta última direcionada no sentido da compreensão da esfera estatal respaldada num compromisso que se pautava na implementação de apenas algumas funções elementares, a exemplo da educação básica e da saúde pública, além da criação e/ou manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico; e a liberalização do comércio exterior, em seu propósito de tornar a economia brasileira ao mesmo tempo internacionalizada e moderna, por meio do estímulo às importações. (PORTO, 2009, n.p.)

Nesse sentido, o processo de privatização das mais diversas empresas estatais do Brasil ofereceu à iniciativa privada a gestão de setores fundamentais para o desenvolvimento do país, como o setor de telecomunicações, siderurgia, aviação, entre outros; concedendo a esses agentes internacionais os lucros obtidos por essas empresas.

Na metrópole atual de São Paulo, o neoliberalismo, associado à reestruturação produtiva da cidade, desdobra-se na produção do espaço pensado para atender as necessidades do capital financeiro, que se impõe em relação ao capital industrial. Nesse sentido, conforme mostra Barros

[...] praticamente todo o seu tecido urbano vem se reconfigurando em diferentes e variados padrões de uso e ocupação do solo; uma verdadeira transformação física e social está em curso. A paisagem de vários bairros evidencia um intenso processo de reestruturação, não apenas de seu território físico, como também de sua economia, de suas dinâmicas sociais e culturais, acirrando ainda mais um padrão de desenvolvimento geográfico desigual, pois a imensa desigualdade espacial e social, presente desde a formação da cidade, se reafirma e se reproduz em escalas ainda maiores. (2019, p. 34)

Dessa maneira, percebemos um novo momento no qual, segundo nos mostra Carlos (2009), a produção de novos espaços modernos se torna a principal forma do capitalismo superar os momentos de crise de acumulação. Dessa maneira, a produção de mercadorias na metrópole dá lugar gradativamente à produção da metrópole como mercadoria, ou seja, o capital financeiro passa a se realizar por meio da produção do espaço, articulando essas áreas à lógica estabelecida pelo capitalismo no mundo. Ainda segundo a autora, essa é a lógica que constitui em São Paulo, um eixo financeiro empresarial, situado desde o centro da metrópole em direção ao seu eixo sudoeste.

No entanto, é importante salientar que a metrópole não se altera como um todo, contendo em si mesmo espaços que foram selecionados para atender as novas demandas de reprodução do capital, ao passo que outros permanecem com conteúdos físicos e sociais de tempos pretéritos. Nesse sentido, enxergamos que as transformações ocorridas na região administrativa de Itaquera como uma tentativa de inclusão desse fragmento espacial na lógica da reprodução do capitalismo em escala global. Para isso, conforme apresentaremos a seguir, houve e ainda há uma intensa participação do Estado nos diversos momentos de consolidação desse espaço.

3.2 Itaquera dos anos 1990: a chegada do metrô e transformações da região administrativa

Nos anos 1990, novamente observamos um crescimento populacional de aproximadamente 60%⁷⁴ em Itaquera. No entanto, se esta área já havia se consolidado como uma periferia adensada, especialmente, nos distritos de Itaquera e José Bonifácio, em razão dos conjuntos habitacionais, o que justificaria o substancial aumento de população durante esse período?

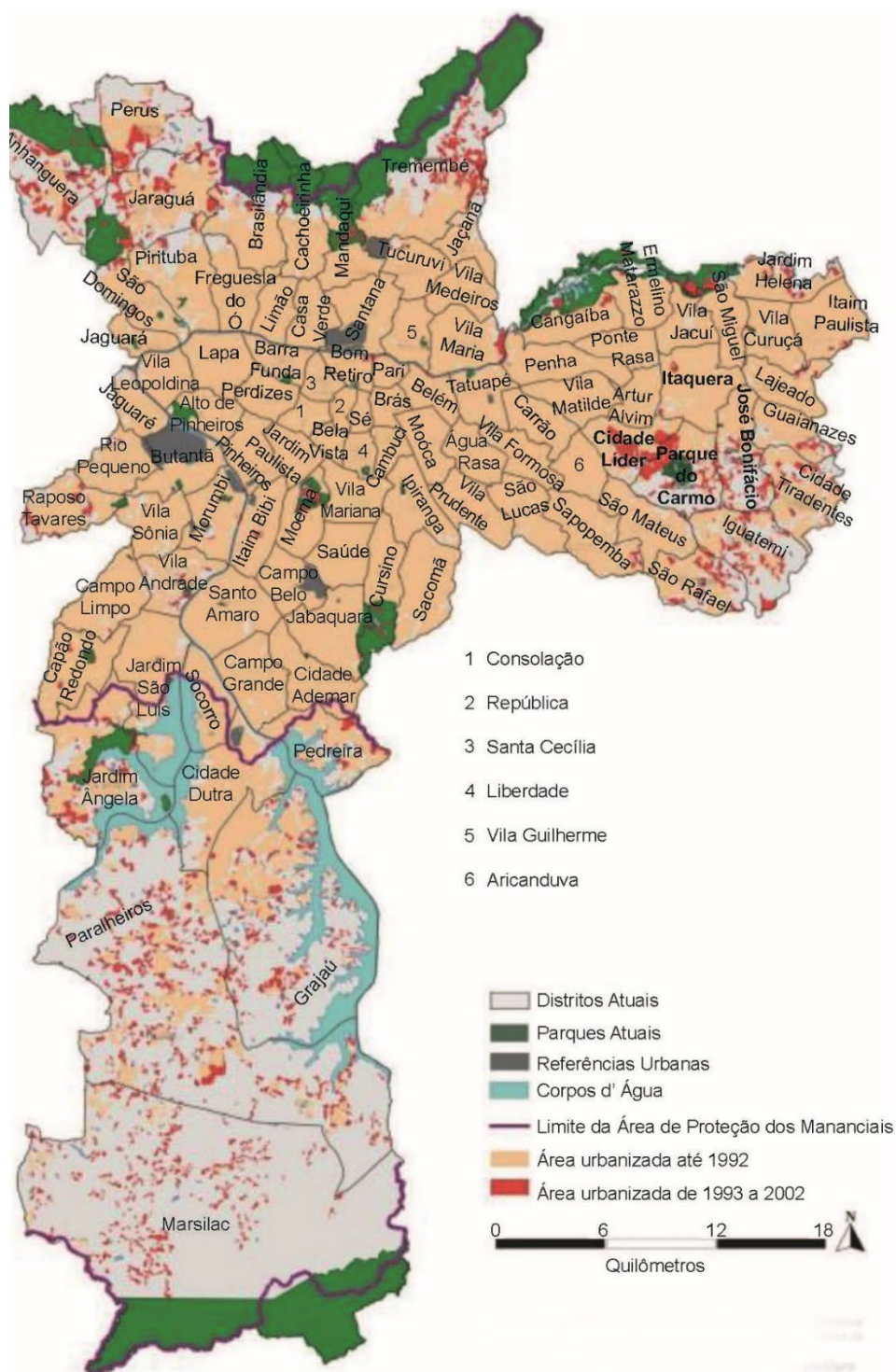
Nesse sentido, constata-se que a população do distrito de José Bonifácio mais que quadruplicou entre as décadas de 1980 e 1990, passando de aproximadamente 24.000 pessoas em 1980, para cerca de 104.000 na década seguinte.

Conforme mostra o mapa a seguir, ainda há expansão do processo de urbanização na zona administrativa de Itaquera na década de 1990, especialmente nos distritos de Cidade Líder e Parque do Carmo, locais onde havia terra de valor mais baixo, nas proximidades de áreas de proteção ambiental. Essa expansão, inclusive contribuiu para a divisão da região administrativa de Itaquera⁷⁵ em quatro novos distritos: Itaquera, Cidade Líder, Parque do Carmo e José Bonifácio.

⁷⁴ Segundo o Censo do IBGE.

⁷⁵ A partir do estabelecimento da Lei n. 10.932 de 15 de janeiro de 1991, o distrito de Itaquera é desmembrado, tornando-se quatro distritos que se mantêm administrados pela Subprefeitura de Itaquera.

Mapa 8: Área urbanizada do município de São Paulo (1993-2002)



Nota: Como não foi possível inserir os nomes completos no interior do mapa, os distritos da Consolação, República, Santa Cecília, Liberdade, Vila Guilherme e Aricanduva foram representados por meio dos números entre 1 a 6 e foram indicados na área externa para que fosse possível realizar a leitura adequada.

Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa). Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003. In: RAMALHOSO (2013, p. 123).

Essa ampliação populacional ainda pode ser vista como um desdobramento da criação dos conjuntos habitacionais Itaquera II e Itaquera III desenvolvidos na década de 1980, mas que foram ocupadas ao longo da década de 1980 e início dos anos 1990. Soma-se a isso o fato de que a chegada do metrô abriu a possibilidade dos trabalhadores, que moravam em distritos mais afastados da zona leste da cidade, pudessem acessar o centro. Com isso, tem início um processo de implantação de infraestrutura (inicialmente com a chegada de linhas de ônibus e posteriormente com a chegada de iluminação pública e redes de tratamento de água e esgoto) nas áreas dos distritos de José Bonifácio e Cidade Líder, o que contribuiu para um adensamento ainda maior da população nessas áreas. Ramalho ainda nos sinaliza para outros investimentos públicos e privados que foram instalados nessa região administrativa, após a chegada do metrô:

A Faculdade Castelo Branco, situada na região desde a década de 1970, transformou-se em universidade em 1989, passando a usar a denominação Unicastelo. Em 1992, o Sesc (Serviço Social do Comércio) inaugurou uma unidade de 350 mil metros quadrados ao lado do Parque do Carmo, este administrado pela prefeitura. Em 1999, a entidade mantenedora do Hospital Santa Marcelina, instalado no bairro [de Itaquera] na década de 1960, criou a unidade Itaquera da Faculdade Santa Marcelina. (2013, p. 129)

Além disso, os distritos do Parque do Carmo e da Cidade Líder, que até a década de 1980, caracterizavam-se por serem áreas de menor ocupação urbana, conservando uma característica de preservação da vegetação original, passam a ser inseridos na lógica da expansão urbana e de produção do espaço como necessário para realização do capitalismo (consumo do espaço).

Esse processo ocorreu em decorrência de dois fatores, sendo o primeiro deles a construção de avenidas relevantes para a circulação nesta área, entre as quais podemos citar a Radial Leste,⁷⁶ a Avenida Itaquera, a Avenida Líder e a Avenida Jacu-Pêssego, sendo esta última fundamental do ponto de vista da ligação entre o litoral de São Paulo e as rodovias que ligam a metrópole ao interior de São Paulo. O segundo fator, que se relaciona diretamente com o primeiro, foi o estabelecimento de grandes

⁷⁶ A chegada da Radial Leste ao distrito de Itaquera é concomitante à inauguração da estação Corinthians-Itaquera do metrô.

e médias redes de supermercados e hipermercados e a instalação do maior *shopping center* do Brasil nesta região administrativa. Esses chamados megainvestimentos terciários, conforme denominação dada por Rolnik (2001), instalaram-se de forma dispersa nas periferias da cidade, junto às grandes vias de acessibilidade, mesmo em áreas que estavam em processo de urbanização. Dessa forma, inaugura-se em Itaquera redes das marcas Irmãos Lopes, ITA, D'Avó, Negreiros, Extra e Carrefour, especializadas no grande varejo em periferias, as quais tinham o objetivo de atender o grande contingente populacional da Cohab e seu entorno, conforme mostra Freitas, ao sinalizar que:

A Cohab e seu ritmo inédito de adensamento na década de 1980, com dezenas e dezenas de milhares de moradores, tornou-se um espaço apto à reprodução do capital comercial no ramo de alimentos e produtos de uso doméstico que, ao reproduzir-se, modificou o ambiente construído, transformando as relações sociais. (2020, p. 19)

Além das redes de mercados, a instalação do Shopping Aricanduva, um conglomerado que concentrou os mais diversos setores de consumo (desde hipermercados até os setores de móveis e automotivos), tornou-se o principal equipamento de consumo da região administrativa de Itaquera. Segundo Rolnik,

A estratégia de trabalhar com um público de menor poder aquisitivo, com menores margens de lucro, mas maior volume de vendas, já observada nos anos 1980 na prática de inúmeros lojistas do Center Norte ou, por exemplo, do grupo Carrefour, reproduz-se aqui, no novo quadro econômico da década de 1990. Uma publicação do setor varejista mostra como *shoppings* que incluem as classes populares em seu "público-alvo" têm crescido no Brasil, principalmente a partir da implantação de estabilização econômica do Plano Real, com vendas, no caso de São Paulo, que aumentaram em 20% em um ano (entre 1996 e 1997), quatro vezes mais do que nos *shoppings* situados em áreas nobres. (2001, p. 54)

Nesse cenário, é importante sinalizar que a simples presença desses empreendimentos é fundamental para a valorização das áreas onde estão instalados, chamando a atenção dos empreendimentos imobiliários, resultando na transformação dessas áreas, que em geral, são compostas de habitações precárias.

Além disso, no caso do *shopping*, equipamento capaz de condensar as diversas facetas do consumo, substituindo em alguns casos, a necessidade de

acessar as áreas centrais da cidade para se consumir, observa-se, segundo Rolnik, “uma associação de capitais multiestratificada que concatena o pequeno, o médio e o grande capital comercial, associado por sua vez ao capital imobiliário e financeiro” (2000, p. 54). Essa junção de segmentos distintos do capitalismo e a sua realização efetiva só se tornaram possíveis devido à produção do espaço que garantiu as condições necessárias para reprodução do capitalismo em sua forma ampliada.

Em contrapartida, é importante lembrar que essa estrutura se encontra na periferia da metrópole, numa área de carência de infraestrutura, marcada por uma paisagem adensada com habitações autoconstruídas e/ou precárias. Nesse aspecto, a inserção de um equipamento de consumo de tamanho impacto pode ser vista como um primeiro passo da iniciativa privada com o intuito de valorização do lugar, o que necessariamente passa pela chegada de outros segmentos da economia, especialmente, o setor imobiliário a fim de requalificar, e consequentemente, revalorizar a área.

3.3 Itaquera dos anos 2000: a intensa intervenção do Estado na lógica de valorização do espaço

A década de 2000 se caracteriza por profundas transformações na região administrativa de Itaquera, especialmente no distrito de mesmo nome. Já no início dos anos 2000, ocorre a implementação de dois equipamentos públicos que sinalizavam a importância que este fragmento espacial passaria a ter, configurando-se como uma área relevante dentro do contexto do distrito de Itaquera e da região administrativa: trata-se da instalação do Poupatempo de Itaquera e do deslocamento da estação de trem de Itaquera para uma área ao lado da estação do metrô Corinthians-Itaquera, compondo um ponto de integração entre esses dois modais de transporte de massa.

A instalação de um espaço aglutinador de serviços dos mais diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais trouxe um destaque a esta área, visto que o Poupatempo consolida no distrito uma centralidade do ponto de vista institucional ao concentrar diversos serviços úteis não somente para a população do distrito, mas também para as pessoas da região administrativa e de toda a zona leste da cidade. Nesse sentido, é importante ressaltar que os mais relevantes dos 146 serviços disponíveis no Poupatempo outrora eram distribuídos por diversas áreas da região

administrativa de Itaquera, especialmente, nas proximidades do centro de Itaquera. Dessa forma, ao se concentrar em um só local, o Poupatempo institui-se num espaço moderno, onde o cidadão consegue resolver suas demandas de maneira mais fácil e ágil. Demandas estas que variam desde a resolução de questões burocráticas junto aos órgãos públicos até a possibilidade de acessar programas como cursos de qualificação profissional e o descarte de óleo de fritura para reciclagem.⁷⁷ Por outra perspectiva, trata-se de um espaço altamente concentrador de dados e informações da população.

No aspecto referente à mobilidade, o deslocamento da estação de trem da área central do distrito de Itaquera para as proximidades da estação de metrô Corinthians-Itaquera nos parece sinalizar para uma área em que o Estado concentra seus investimentos em detrimento de outra que, embora apresente sua importância para os moradores do distrito, pois concentra algum comércio e mantém alguns serviços locais, não é vista pelos órgãos públicos como uma área de relevante potencial para valorização. Nesse contexto, a antiga estação de Itaquera foi demolida, dando lugar ao prolongamento da Radial Leste,⁷⁸ estabelecendo uma ligação viária entre os distritos de Itaquera e de Guaianazes. Ramalhos nos fornece mais algumas características desse novo eixo ferroviário:

No ano de 2000, a empresa [CPTM] inaugurou um novo traçado entre Itaquera e Guaianazes, incluindo quatro novas estações: Corinthians-Itaquera – ao lado da plataforma do metrô – Dom Bosco, José Bonifácio e Guaianazes. A mudança implicou no fechamento das antigas estações de Itaquera, XV de Novembro [ambas demolidas para possibilitar a passagem da extensão da Radial Leste] e Guaianazes. [...] essas modificações significaram o início do Expresso Leste, criado para servir as áreas suburbanas mais distantes do Centro e funcionando com somente duas paradas nos bairros mais centrais – Tatuapé e Brás [...]. Além disso, o novo traçado da linha estabeleceu a conexão com a estação Corinthians-Itaquera do metrô e aproximou a ferrovia do conjunto habitacional José Bonifácio (Itaquera II e III). O maior da região. (2013, p. 124)

⁷⁷ Esses serviços estão descritos na lista de serviços por posto fixo do Poupatempo Itaquera, disponível em: https://www.poupatempo.sp.gov.br/wps/portal/portalpoupatempo/locais-atendimento/!ut/p/z1/04_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfljo8zi_TxcjDxM3A38LVzdXAwCPb28XfxcDY0MjAz1w1EVuLsZOglVhBgZB_sGGPv7mOIHEaPfAAAdwNCBOPx4FUfiND9ePQrUCiw8ImVGQGxoaYZDpCACJ184V/dz/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/. Acesso em: 13 fev. 2022.

⁷⁸ Esse trecho da Radial Leste é conhecido como Avenida José Pinheiro Borges.

Como vimos anteriormente, logo no início da década de 2000, o Estado inicia uma série de alterações no distrito de Itaquera, conferindo a esta área características de uma centralidade que começava a se estabelecer na região. No entanto, esse movimento se concretiza com a implantação da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu.

3.3.1 A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu (OUCRVJ)

Segundo Barros (2019), as operações urbanas executadas em São Paulo nos últimos anos carregam alguns conteúdos de um novo momento do processo de urbanização da metrópole, são eles:

A proposição cada vez mais intensa das parcerias público-privadas atuando no planejamento e na construção da cidade, a presença mais acentuada de mecanismos de financeirização na produção do espaço urbano, a reestruturação do setor imobiliário que passou a ditar as formas e os caminhos da reprodução da metrópole, os discursos presentes nos planejamentos estratégicos que propõem resolver problemas urbanos antigos e gerar desenvolvimento local. (BARROS, 2019, p. 42)

O discurso de modernização e integração da Zona Leste de São Paulo à dinâmica produtiva da cidade não é necessariamente novo, especialmente se nos debruçarmos sobre as diversas alterações realizadas no espaço dessa região desde os anos 1950, considerando especialmente os bairros dessa região mais próximos do centro da cidade. Na região administrativa de Itaquera, conforme já sinalizamos aqui, a década de 1970 representa uma grande marca, quando o Estado intervém ativamente no espaço, produzindo-o para que este pudesse abrigar a classe trabalhadora nos conjuntos habitacionais.

Nos anos 2000, em um contexto no qual a operação urbana consorciada se torna um instrumento urbanístico utilizado pelo Estado para promover processos de intervenções em diferentes áreas da cidade, produzindo uma evidente diferenciação do espaço da metrópole, é possível encontrar em algumas áreas da cidade um intenso processo de valorização, planejada “sob medida” para atender às demandas do setor

imobiliário e do capital financeiro,⁷⁹ ao mesmo tempo em que, em outros fragmentos da cidade, conforme salienta Barros (2019), a utilização da operação urbana é uma busca por organizar espaços produtivos, a fim de criar as condições necessárias para a reprodução das indústrias. Nesse sentido a autora nos apresenta a OUCRVJ:

A Operação Urbana Rio Verde-Jacu, proposta em 2002, também estava no contexto de reformulação de toda a metrópole, mas trazia, desde aquela época, a proposta do poder público de, ao atualizar a região para os novos tempos-espacos, atender aos interesses do setor industrial, embora também intencionasse atrair os setores de serviços e comércio. Enfim, para essa área da metrópole, o poder público pretendia manter a sua função produtiva, entretanto, sob as novas determinações do atual momento de reprodução do capital, no qual a incorporação do conhecimento e da ciência nos processos produtivos tem sido, cada vez mais, um atributo incorporado na produção de bens e serviços. (BARROS, 2019, p. 144)

Evidentemente, o interesse pela adoção de um instrumento urbanístico nessa região administrativa não estava atrelado somente a uma resposta do Estado às carências de infraestrutura⁸⁰ que a população residente ali demandava, mas havia muito interesse do capital privado, especialmente do setor industrial e da especulação imobiliária, nessa região devido a:

- sua posição geográfica: próxima das regiões industriais do ABC paulista e de Guarulhos, do aeroporto dessa mesma cidade e com o porto de Santos. Além da possibilidade de interligação com as diversas rodovias de São Paulo (Anchieta, Imigrantes, Ayrton Senna, Dutra, Mogi-Bertioga);
- elevado contingente populacional, marcado por trabalhadores de pouca qualificação profissional;
- existência de terras baratas, especialmente nas grandes glebas dos distritos de Parque do Carmo e de Cidade Líder;
- disponibilidade de água, considerada uma região com riqueza hidrográfica (Barros, 2019).

⁷⁹ Aqui me refiro as operações urbanas consorciadas da Faria Lima (OUCFL – aprovada pela Lei nº 11.732 de 15 de março de 1995) e da Água Espraiada (OUCAE – aprovada pela Lei nº 13.260 de 28 de dezembro de 2001).

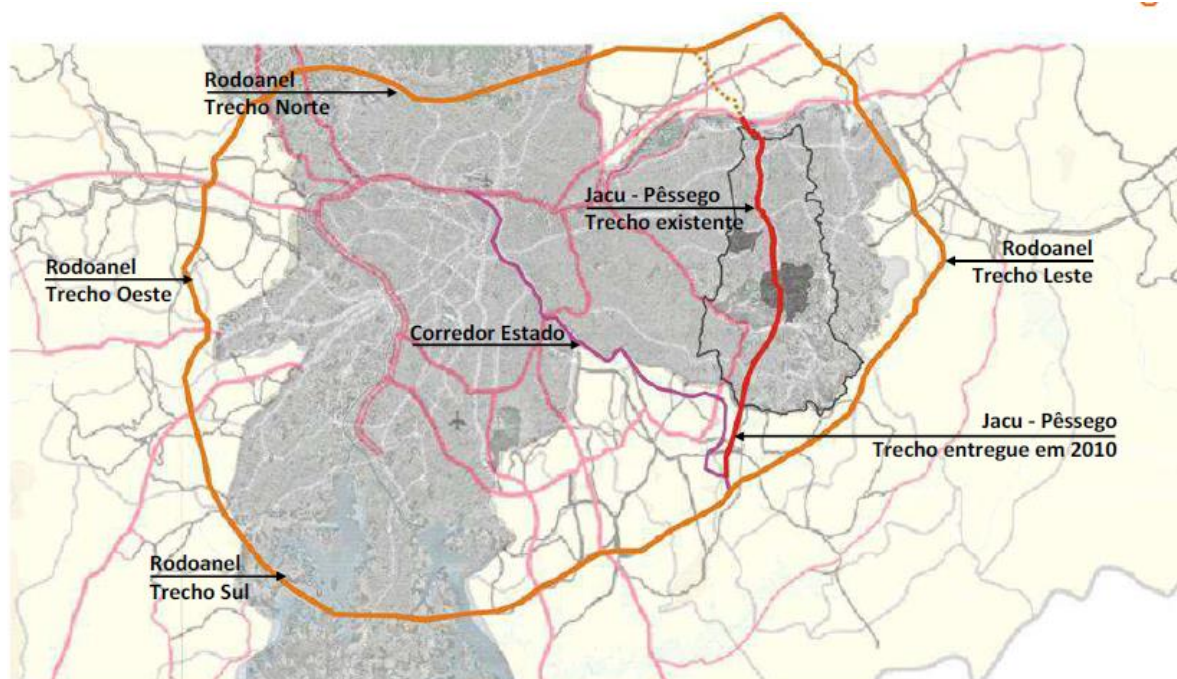
⁸⁰ Aqui destaco especialmente os problemas de infraestrutura viária e de saneamento, que resultavam, como vimos anteriormente, em diversas enchentes nessa região administrativa.

Além dos interesses da iniciativa privada apontados acima, já constatavam-se nessa região administrativa algumas transformações no espaço realizadas pelo Estado, sob o discurso de combate aos problemas estruturais da região, entre as principais transformações citamos o processo de canalização do rio Jacu e a construção de uma via paralela ao rio que foi canalizado (no sentido norte-sul passando pelas regiões administrativas de São Miguel, Itaquera e São Mateus) iniciados no final da década de 1980 e realizados ao longo da década de 1990.

Com o passar dos anos, a alteração do espaço, que ao menos no plano do discurso, pretendia estabelecer melhores condições de circulação da população pelos bairros dessa área da cidade, torna-se um complexo viário:

O complexo viário Jacu-Pêssego foi sendo construído em algumas etapas e recebeu grandes investimentos do governo federal, estadual e da prefeitura. O primeiro trecho foi inaugurado em 1996, na gestão de Maluf, nessa época era apenas uma via local, ligando os bairros de São Miguel, Itaquera e São Mateus. Em junho de 2008, foi entregue o trecho que faz a ligação ao norte com a Rodovia Ayrton Senna; em 2010, foi entregue o trecho que faz ligação ao sul entre São Mateus com o município de Mauá. E em 2012, a última etapa foi completada fazendo a ligação com a Avenida dos Estados, em Santo André, e o trecho sul do Rodoanel, em Mauá, na região do ABC. (BARROS, 2019, p. 149)

Mapa 9: Ligação entre o Complexo viário Jacu-Pêssego e o Rodoanel



Fonte: CET. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu: desenvolvimento da zona leste, set. 2012.

Como se observa no mapa, o complexo viário Jacu-Pêssego integra essa porção da zona leste mais diretamente a outras localidades de fora da capital da metrópole paulista, definindo, no sentido norte-sul um eixo potencial de atração de investimentos produtivos, imobiliários e de comércio e serviços de maior porte, não necessariamente de âmbito local. Dessa forma, observa-se que a OUCRVJ, instituída em 2004⁸¹, a partir das diretrizes e ações estratégicas estabelecidas no Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002,⁸² em um primeiro momento afirmava que geraria desenvolvimento para a região onde atuaria por meio da reafirmação da indústria, possibilitando uma série de incentivos para que houvesse uma ampliação na geração de empregos nessa área. Além disso, pretendia promover mecanismos de incentivo para fomentar a implantação de novos empreendimentos imobiliários, numa clara tentativa de atração desse setor, associado a uma política de remoção da população mais vulnerável, que seria feita por meio da implantação de áreas verdes nas

⁸¹ A instituição dessa Operação Urbana Consorciada ocorreu por meio da lei nº 13.872 de 12 de julho de 2004.

⁸² A versão de 2002 do PDE, instituído por meio da Lei nº 13.430 entra em vigor em 13 de setembro de 2002.

proximidades dos córregos e das áreas de risco, além da remoção da população que estivesse em áreas de ocupação inadequada ou irregular.⁸³ No entanto, mesmo com uma série de mecanismos, como a aprovação de investimentos seletivos e a possibilidade de CEPACs,⁸⁴ a operação urbana não se efetiva nesse momento devido ao desinteresse do mercado imobiliário (Barros, 2019).

Em um segundo momento de esforço do Estado para promover uma transformação no espaço da área onde foi instituída a OUCRVJ, em 2012 foram realizados uma série de estudos⁸⁵ necessários para a consolidação dessa operação urbana.

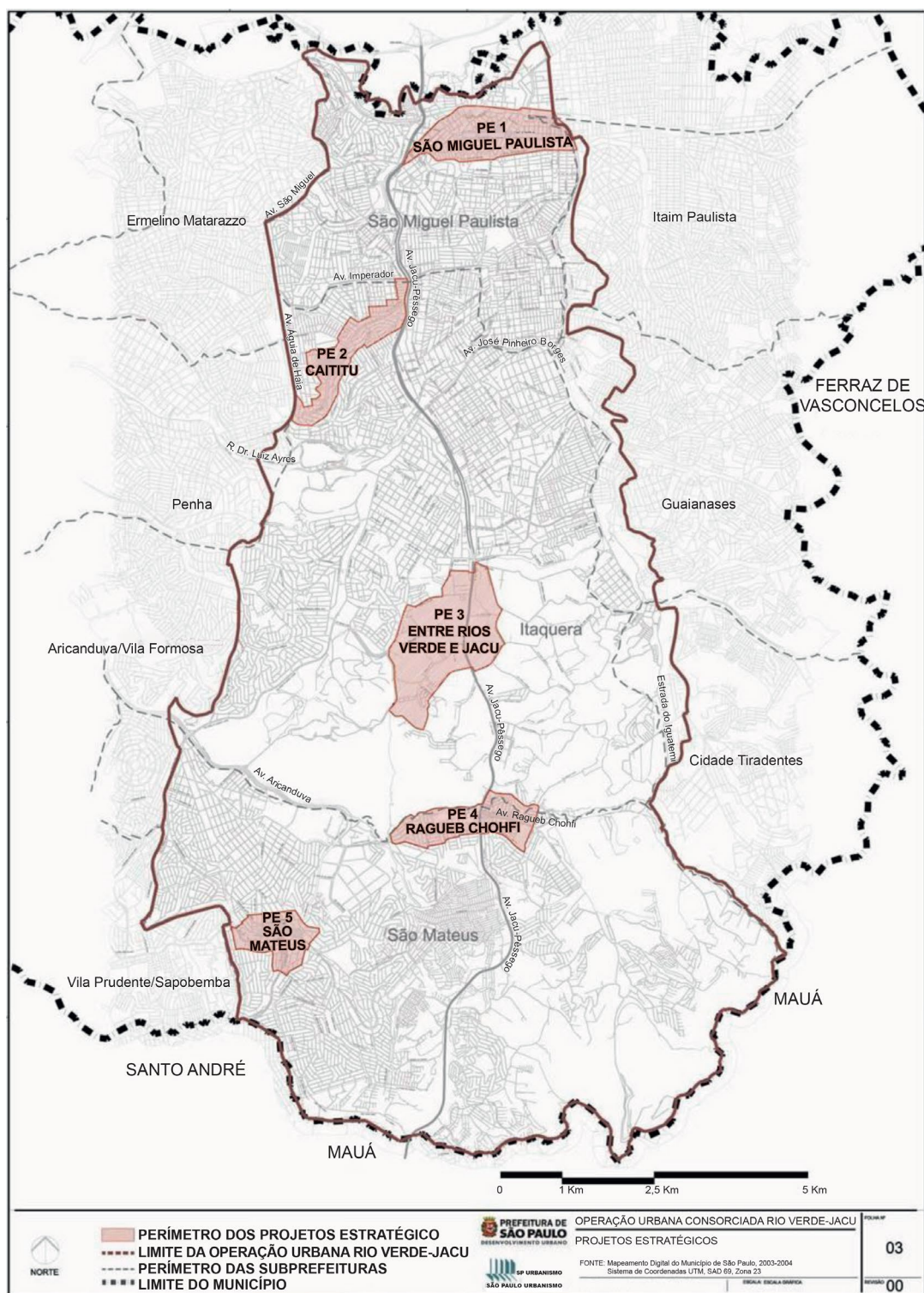
Entre os principais resultados dessa produção documental estão a setorização da área da OUCRVJ, a fim de estabelecer normativas mais condizentes com o uso e a ocupação de cada setor, além do estabelecimento de projetos estratégicos (P.E) que pudessem promover a valorização das áreas onde fossem implementados.

⁸³ Essas informações podem ser obtidas por meio de uma consulta aos artigos 2º e 3º da Lei municipal nº 13.872, de 12 de julho de 2004 que esmiúça a OUCRVJ.

⁸⁴ De acordo com a Empresa pública SP Urbanismo, os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Esses certificados podem ser adquiridos em leilões realizados no Mercado de Balcão Organizado da BOVESPA e no mercado secundário, por meio de corretoras de valores. Informação disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/cepac/index.php?p=19565. Acesso em: 15 fev. 2022.

⁸⁵ O estudo foi realizado pela consultoria CDIW, que ao custo de R\$ 10.822.821,83 realizou os estudos necessários para elaborar o Plano Urbanístico Específico da OUCRVJ, um documento elementar para qualquer operação urbana que fosse implementada na cidade.

Mapa 10: Projetos estratégicos da OUCRVJ nas regiões administrativas de São Miguel Paulista, Itaquera e São Mateus (2012)



Fonte: SMDU. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu: desenvolvimento da zona leste, set. 2012.

Entre os projetos indicados acima, aqueles pensados para a região administrativa de Itaquera eram o Caititu e o Entre Rios Verde e Jacu, respectivamente P.E2 e P.E3. Segundo Barros (2019), o primeiro propunha a valorização da área por meio da criação de um parque que ao mesmo tempo em que produziria alguma valorização para essa área, também promoveria a remoção das ocupações irregulares que estão situadas ali. Ainda segundo a autora, no caso da área conhecida como Entre Rios Verde e Jacu, mais relevante do ponto de vista de possibilidade de valorização, a recomendação era a criação de um tecnopolo, capaz de concentrar a produção econômica das indústrias com a produção de conhecimento das universidades públicas que se estabeleciam na região (USP-Leste, Unifesp, Fatec). Segundo a justificativa apresentada na proposta, essa combinação alinhada a uma ocupação adequada do solo seria capaz de promover a modernização e a geração de emprego e de renda para a população dessa área em alguns anos e, dessa forma, essas pessoas não precisariam se deslocar para áreas mais centrais em busca de trabalho, educação de qualidade e/ou serviços. Novamente o poder público promoveu a concessão de incentivos fiscais por meio de programas de incentivos seletivos⁸⁶ e da emissão dos CIDs⁸⁷ aos investidores empresariais que implementassem plantas industriais e outros empreendimentos capazes de gerar empregos locais. No entanto, mais uma vez não despertou um grande interesse para determinados setores, especialmente o setor imobiliário. Nesse contexto, a OUCRVJ é revogada em 2016 e novas lógicas de intervenção nessa área estão sendo pensadas, preservando características dessa operação urbana.

3.3.2 Polo Institucional de Itaquera

Se a OUCRVJ objetivou, segundo Barros (2019), a atualização das regiões administrativas de São Miguel, Itaquera e São Mateus para atender os interesses do capital industrial, o distrito de Itaquera destacou-se ainda mais, visto que estava previsto uma nova série de investimentos por parte do Estado nessa área, especialmente na porção desse território localizada em torno da estação de metrô e

⁸⁶ Lei nº 14.654 de 20 de dezembro de 2007 e lei nº 14.888 de 19 de janeiro de 2009.

⁸⁷ O investidor que adquirisse os CIDs poderia utilizá-los como forma de pagamento de impostos municipais como o ISS e/ou IPTU durante um certo período, geralmente, os certificados tem validade de até dez anos.

trem Corinthians-Itaquera. Já prevista no PDE 2002⁸⁸ e estruturada pelo Plano Regional Estratégico (PRE),⁸⁹ o Polo Institucional de Itaquera pode ser visto como uma intensa intervenção estatal a fim de criar nesse fragmento espacial uma nova centralidade, ou promover sua consolidação, visto que nessa área já havia sido concentrado investimento por parte do Estado vinte e cinco anos atrás, no momento da chegada do metrô. De acordo com o documento *Polo Institucional Itaquera: diretrizes de projeto urbanístico*, elaborado pela Prefeitura de São Paulo em 2012, esse projeto consistiria em um:

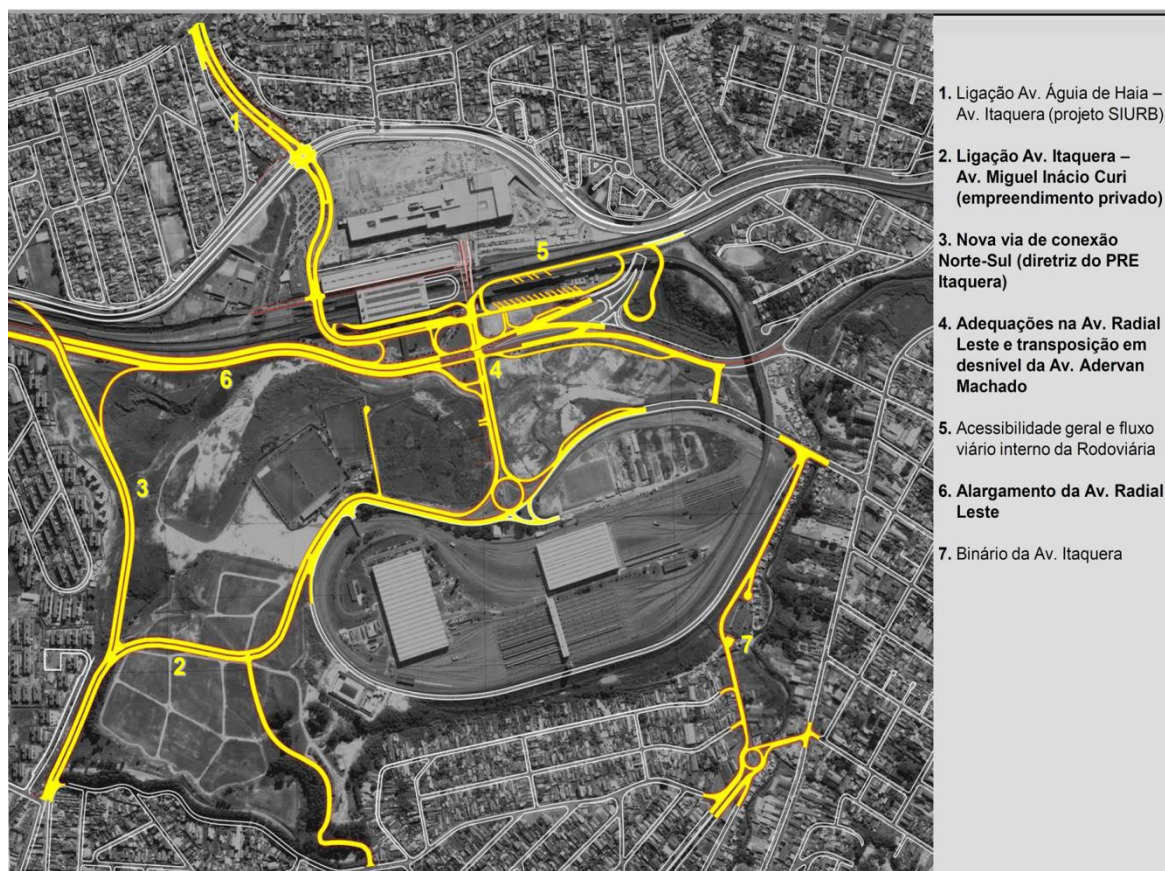
Programa para implantação de equipamentos públicos, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, para atendimento direto às demandas da região, aproximando no tempo e no espaço os moradores das suas atividades cotidianas. (PMSP, 2012, n.p.)

Dessa forma, a área se constituiria como um polo educacional e tecnológico, voltado para a formação e capacitação profissional da população que residia nessa região administrativa, dialogando, assim, com um dos projetos estratégicos pensados na OUCRVJ para serem desenvolvidos em sinergia com o polo. Além disso, procurou-se, segundo a PMSP (2012), implantar equipamentos públicos que atendessem às demandas da região explorando o potencial de centralidade da área. Para isso, inicialmente seria necessário uma série de alterações no sistema viário dessa área do distrito de Itaquera, conforme mostra a representação a seguir.

⁸⁸ O Artigo 126 da Lei nº 13.430/02 (PDE -2002) ressalta o estímulo à geração de novas centralidades e a dinamização das centralidades já existentes. Para isso, a inserção dos mais diversos equipamentos públicos (praças, escolas públicas, agências e repartições da Prefeitura) serviu como elemento atrativo para a captação do comércio e dos serviços privados.

⁸⁹ Instituído pela Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004.

Figura 5: Proposta de intervenção do sistema viário nas proximidades da estação Corinthians-Itaquera (2008)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Polo Institucional Itaquera: diretrizes de projeto urbanístico, set. 2012. As diversas alterações viárias proporcionariam o aumento do fluxo de veículos pela área, além de conectar o distrito de Itaquera aos distritos da região administrativa de mesmo nome e áreas mais periféricas, que foram conectadas ao distrito de Itaquera por meio da implantação do prolongamento da Radial Leste.

As diversas alterações viárias proporcionariam o aumento do fluxo de veículos, pois integrou o distrito de Itaquera aos distritos da região administrativa de mesmo nome e às áreas mais periféricas, que foram conectadas à Itaquera por meio da implantação do prolongamento da Radial Leste. Simultaneamente às alterações viárias, foi proposto um novo projeto urbanístico para essa área, sinalizando um processo de produção do espaço capaz de promover uma transformação por meio do desenvolvimento social, econômico e cultural (PMSP, 2012). Os discursos oficiais expunham ao mundo que os inúmeros projetos alterariam radicalmente o espaço criando um novo centro dentro da cidade.

O Polo Institucional Itaquera será construído numa área próxima das estações Itaquera do Metrô e da CPTM e ao lado das quais foi inaugurado, há pouco, o Shopping Itaquera. O Polo juntará uma rodoviária, Fórum Regional da Justiça e um estádio de futebol que deverá sediar jogos da Copa do Mundo de 2014. Além disso, terá um conjunto de escolas técnicas, pavilhão de exposições, centro de convenções, hotel e ainda laboratórios e incubadora do Parque Tecnológico de São Paulo – Leste. As unidades do Senai, da Fatec, da Etec e de uma escola técnica voltada à produção de eventos serão responsáveis pela formação de mão de obra qualificada na região. Já os laboratórios e a incubadora pertencentes ao Parque Tecnológico permitirão aos profissionais ter a oportunidade de se tornarem empreendedores. Com o Polo Institucional de Itaquera, a Zona Leste, que fornece mão de obra para outras regiões da cidade e da Grande São Paulo, se tornará uma região com dinâmica econômica própria. O Polo Institucional de Itaquera será o centro de uma cidade que se formará dentro da própria São Paulo com núcleos funcional e cultural da futura Zona Leste. (SMDet, 2012)

Nesse sentido, conforme nos mostra Barros (2019), há uma tentativa de mostrar ao mundo uma nova área de investimentos e de crescimento econômico. Destaca-se ainda que, esse crescimento levaria à remoção da população de menor renda e de maior vulnerabilidade, os “indesejáveis”, especialmente, aqueles que residem na Comunidade da Paz.⁹⁰ As representações a seguir sinalizam a proposta de profunda reestruturação do espaço planejado pelo Estado para essa área do distrito de Itaquera, retirando de cena a comunidade situada nas proximidades do polo.

⁹⁰ A Comunidade da Paz é uma área localizada a menos de 1 km do estádio Neo Química Arena (Arena Corinthians) ocupada desde o início da década de 1990. Segundo Romeiro (2017), ainda nos primeiros anos de ocupação a comunidade sofreu com uma remoção que foi revertida pelo poder judiciário. No entanto, desde 2012, quando se efetivou que Itaquera seria a sede da abertura da Copa do Mundo, tem sido desenvolvida uma série de planos e programas nos quais os moradores dessa comunidade são removidos dessa área.

Figura 6: Proposta de criação do Polo Institucional de Itaquera – região do entorno (2012)

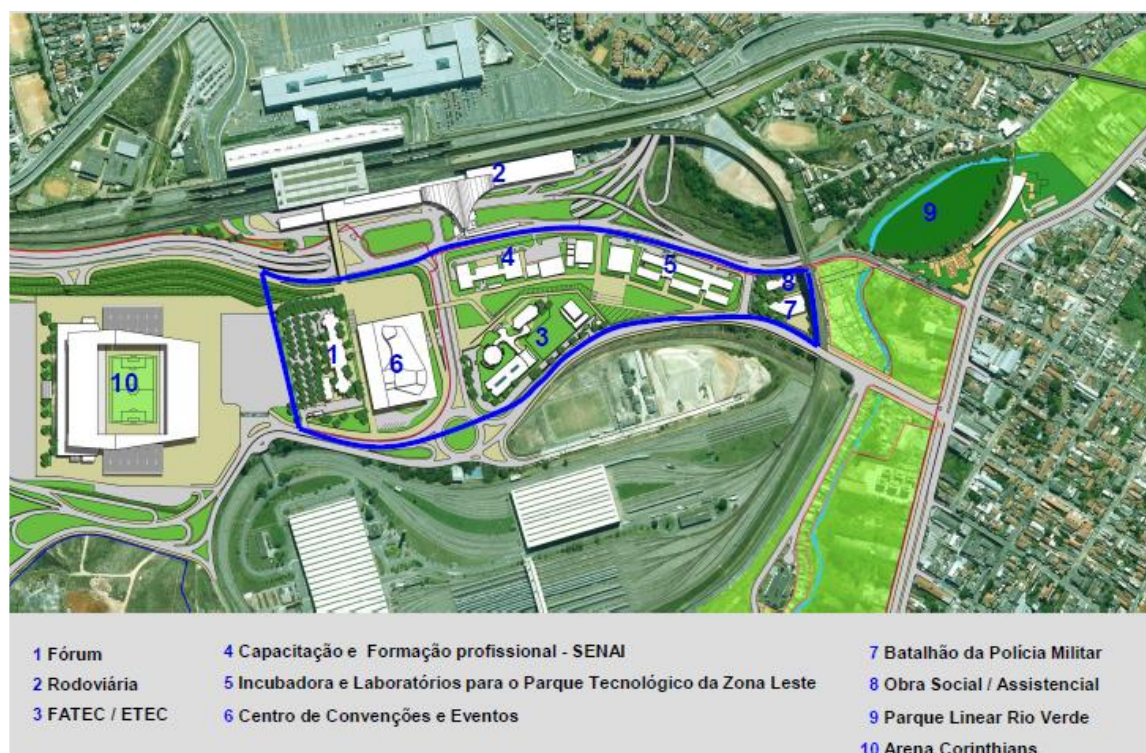


Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Polo Institucional Itaquera: diretrizes de projeto urbanístico, set. 2012. Adaptado.

Na representação acima é possível identificar os equipamentos públicos e privados existentes ou com previsão de construção no entorno do Polo Institucional. As linhas roxas delimitam a localização da Comunidade da Paz. Perceba que de acordo com a proposta, essa comunidade é removida do espaço, dando lugar à área verde que compõe o Parque Linear Rio Verde. Nota-se ainda que a área que correspondia à antiga pedreira (número 5) foi vendida ao grupo Goodman,⁹¹ que está construindo no local um empreendimento destinado à locação de galpões para centros de distribuição, facilitando as operações logísticas de diversos tipos de empresas, especialmente aquelas relacionadas ao comércio varejista ou de produtos eletrônicos. O empreendimento foi inaugurado no início do ano de 2022.

⁹¹ As atividades da Goodman incluem investimentos imobiliários, gestão de fundos, desenvolvimento imobiliário e serviços imobiliários. O portfólio imobiliário do Grupo inclui a montagem de parques empresariais, parques industriais, parques de escritórios e centros de armazenamento/distribuição.

Figura 7: Proposta de criação do Polo Institucional de Itaquera – detalhamento do núcleo do polo (2012)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Polo Institucional Itaquera: diretrizes de projeto urbanístico, set. 2012.

Passada uma década desde a apresentação da proposta do Plano Institucional, além da reestruturação viária do distrito, somente três elementos previstos na figura 7 se efetivaram (a construção da Etec/Fatec; a construção da Arena Corinthians, denominada atualmente como Neo Química Arena e a criação do Parque linear do Córrego do Rio Verde). Além desses equipamentos, na área em que seria instalado um batalhão policial, foi construída uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA).⁹²

Com base nisso, surgem dúvidas sobre quais seriam os fatores que justificam esse aparente abandono em relação à criação do Polo Institucional de Itaquera: configuraria o “descarte” desse plano, que será substituído por outra tentativa de encontrar novos mecanismos que promovam maior valorização do distrito, mais alinhada às demandas do capitalismo atual?; seria um desdobramento das

⁹² A UPA 26 de agosto, situa-se na Avenida Miguel Ignácio Curi, 41 no distrito de Itaquera, desde sua inauguração a unidade é gerida pela Atenção Primária à Saúde (APS) Santa Marcelina, organização social que atua na gestão dos serviços de saúde nas regiões administrativas de Itaquera, Guaianases, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista e São Miguel Paulista.

dificuldades econômicas que o Brasil passou a enfrentar mais intensamente a partir de 2015, o que inviabilizou a continuidade das intervenções no espaço da área por parte do Estado?; sinalizaria para uma mudança, ao menos momentânea, da forma como o Estado enxerga esse território?; representaria uma consequência do menor interesse da iniciativa privada pela área em relação ao que era esperado pelo Estado?

Seja por conta de alguns desses fatores, todos eles ou nenhum deles, parece-nos que com o início da implementação do Polo Institucional de Itaquera o Estado sinalizou à iniciativa privada a potencialidade de transformação que esse fragmento do espaço tem, indicando possibilidades de implantação de projetos de modernização nessa área, o que permitiria a reprodução ampliada do capitalismo por meio da (re)produção desse espaço. Além disso, podemos perceber que, embora essa área do distrito ainda não tenha se consolidado como uma centralidade, visto que alguns dos investimentos estatais previstos ainda não foram feitos e não se tem convicção de que eles serão realizados, já existem alguns conteúdos que a diferenciam em relação ao centro de Itaquera e aos demais distritos dessa região administrativa, o que confere uma valorização da área. Concomitantemente, a interrupção das intervenções no espaço sinaliza para a população que a construção destes equipamentos não representa a busca de uma solução para o atendimento das suas demandas (conforme indica o discurso da prefeitura), mas sim mostra uma racionalidade cujo objetivo final é promover a valorização do espaço, inviabilizando a presença nesta área daqueles que não conseguem pagar, seja pela habitação, seja pelo aumento do custo de vida na região.

3.4 Itaquera dos anos 2000: a abertura de caminhos para a iniciativa privada no distrito de Itaquera

Conforme apontamos anteriormente, a implantação do Polo Institucional ainda não se efetivou completamente no distrito de Itaquera, no entanto, a sua iniciação, por meio das alterações viárias e dos equipamentos públicos já produzidos pelo Estado, e, até mesmo, o seu planejamento, observado a partir da intencionalidade de transformação dessas áreas contidas nos planos estatais (PDE e PRE), foi suficiente para atrair investimentos privados para o distrito, caracterizando uma nova

funcionalidade com a chegada de novos elementos que passam a intervir diretamente na constituição desse novo espaço. Conforme aponta D'Andrea:

Como exemplo da “Nova Itaquera”, em 2007 foi inaugurado o Shopping Metrô Itaquera, explorando-se o potencial consumidor da população da região. No mesmo período, começou a ser inaugurada [no distrito] uma série de edifícios de médio padrão voltados à demanda da classe média baixa. Esses edifícios atraem os moradores de outros bairros interessados nos preços mais em conta que Itaquera oferece e atendem a uma parcela da população do bairro [de Itaquera] que ascendeu socialmente nos últimos anos. (2012, p. 4)

De fato, a inauguração do shopping parece dar início a um processo de modernização ao distrito de Itaquera, visto que esse “símbolo de progresso” que o shopping representa, alicerçado na concentração do consumo em um local, indicou o entrosamento financeirizado e espacializado entre o poder público, que já intervinha na área desde os anos 1990, e o capital privado. O empreendimento administrado pelo Grupo Ancar Ivanhoe,⁹³ localizado imediatamente atrás da estação Corinthians-Itaquera do metrô e da CPTM, estabelecendo inclusive uma passagem direta com esse equipamento público, possibilitou aos moradores dos bairros ao redor de Itaquera se deslocarem menos para consumir. Além disso, por estar localizado ao lado das estações de metrô e trem, poderia ser utilizado como um ponto de parada (e de consumo) para as pessoas que estivessem se deslocando por um dos transportes de massa. No entanto, não devemos perder de perspectiva que esse local tem como objetivo principal a realização do consumo e não sua ocupação para a reunião, o que ficou ainda mais evidente nos anos de 2013 e 2014, com os episódios de dura repressão sofrida pelos jovens que, carentes de áreas de lazer, organizaram encontros (denominados “rolezinhos”) pelas redes sociais em espaços públicos e, principalmente, privados da cidade de São Paulo, como é o caso do Shopping Metrô Itaquera. A repressão aos rolezinhos deixava ainda mais claro à população o recado

⁹³ Esse grupo é uma associação da empresa brasileira Ancar, responsável pela construção de shoppings no Brasil desde a década de 1970 e a empresa canadense de investimentos imobiliários Ivanhoe Cambridge (a companhia possui, administra e desenvolve escritórios, edifícios multiresidenciais, shoppings centers, entre outros empreendimentos por todo o mundo). No Brasil, o grupo é responsável pela gestão de 24 shoppings (o que representa mais de 4,5 mil lojas) que atende cerca de 26 milhões de pessoas por mês. Os dados referentes ao grupo foram coletados no site da Ancar Ivanhoe Shopping Centers, disponível em: <<https://www.ancar.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

de que, apesar de estar na periferia, esse espaço não era destinado a atender a demanda de todos os moradores dessa área, mas somente daqueles que apresentam determinado padrão⁹⁴ e, principalmente, que possam consumir ali.

Com a ampliação do shopping, no ano de 2017, notou-se uma mudança de padrão no tipo de lojas que se consolidavam neste centro comercial, ressaltando a saída de quiosques e lojas menores, pois apresentavam preços e produtos destinados a uma população de menor poder aquisitivo para a chegada de lojas de departamentos consolidados (Renner, C&A, Lojas Americanas), além de lojas e de restaurantes cujo atendimento prioritário é destinado à classe média (Outback, Johnny Rockets, Vivara, entre outros). Dessa forma, atualmente, segundo o *site* da administradora do shopping,⁹⁵ há 260 lojas dos mais variados tipos neste empreendimento que recebe cerca de 1,6 milhão de pessoas por mês, sendo estas prioritariamente de um nível médio de renda.

Outro equipamento criado nas proximidades do Polo Institucional foi o estádio Neo Química Arena, também conhecido como Arena São Paulo ou Arena Corinthians. O estádio tão sonhado pelos torcedores de um dos times mais populares do Brasil finalmente seria construído e justamente o primeiro evento mais relevante sediado nele seria nada menos que a Copa do Mundo de Futebol, realizada em 2014, sendo este o estádio da partida inaugural desse megaevento mundial, no qual segundo Vasconcelos (2015), “a maioria do povo de Itaquera sequer passou perto do estádio nos dias de jogo da Copa do Mundo, por ter um isolamento de ‘segurança nacional’, quem dirá tenha assistido a um jogo” (2015, p. 77).

Isso não foi por mero acaso ou uma simples coincidência, tratava-se de mostrar essa área aos investidores nacionais e internacionais, destacando-a como uma possibilidade de investimentos e de crescimento econômico por meio da requalificação do espaço. Segundo Boulos, “onde há megaevento há aumento da especulação imobiliária. No Brasil não foi diferente” (2014, p. 86).

⁹⁴ Aqui me refiro a um perfil estético (vestimenta, higienização) e comportamental sem o qual provavelmente a pessoa será retirada do estabelecimento.

⁹⁵ Disponível em: <<https://www.ancar.com.br/shopping/shopping-metro-itaquera>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

Para isso, o Estado mobilizou-se por meio da concessão de uma série de incentivos fiscais (como isenção ou desconto de impostos, principalmente IPTU e ISS) e por meio da disponibilização de R\$ 420 milhões em CIDs⁹⁶ para que o estádio e a infraestrutura viária vinculada a ele ficassem prontas a tempo da realização do jogo inaugural. Além disso, a construção do estádio se deu por meio de um financiamento bancário concedido pelo BNDES de R\$ 400 milhões. Segundo Freitas,

O estádio foi anunciado como a obra que traria o maior progresso a Itaquera, com promessas de desenvolvimento, empregos e entretenimento, mas não apenas: seria o monumento da entrada da metrópole no rol das “cidades globais” no mundo. (2020, p. 11)

Três anos depois, após o início das obras, nos primeiros meses de 2014, a construtora Odebrecht (parte de um dos conglomerados de empresas mais importantes do mundo à época), responsável pelas obras, anuncia a entrega do estádio ao clube paulistano para a realização de eventos-testes. Do ponto de vista estético, sem dúvida alguma, trata-se de um dos estádios mais luxuosos e modernos do Brasil e do mundo,⁹⁷ superando muito o padrão dos estádios construídos até então em São Paulo⁹⁸ e no país.

⁹⁶ De acordo com dados apresentados por Barros (2019, p. 179)

⁹⁷ Relatos de torcedores indicam que o estádio é todo revestido de mármore, possui instalações extremamente modernas para a mídia, telões de última geração e camarotes amplos.

⁹⁸ Nesse período, havia outros quatro estádios na cidade de São Paulo: o estádio Palestra Itália, que neste período estava em reforma, transformando-se no atual Allianz Parque (estádio do Palmeiras); o estádio do Canindé (estádio da Portuguesa); o estádio do Pacaembu (estádio público que esporadicamente era locado pelas principais equipes da cidade, além do Santos); e o estádio do Morumbi (estádio do São Paulo).

Figura 8: Estádio Arena Corinthians (2019)



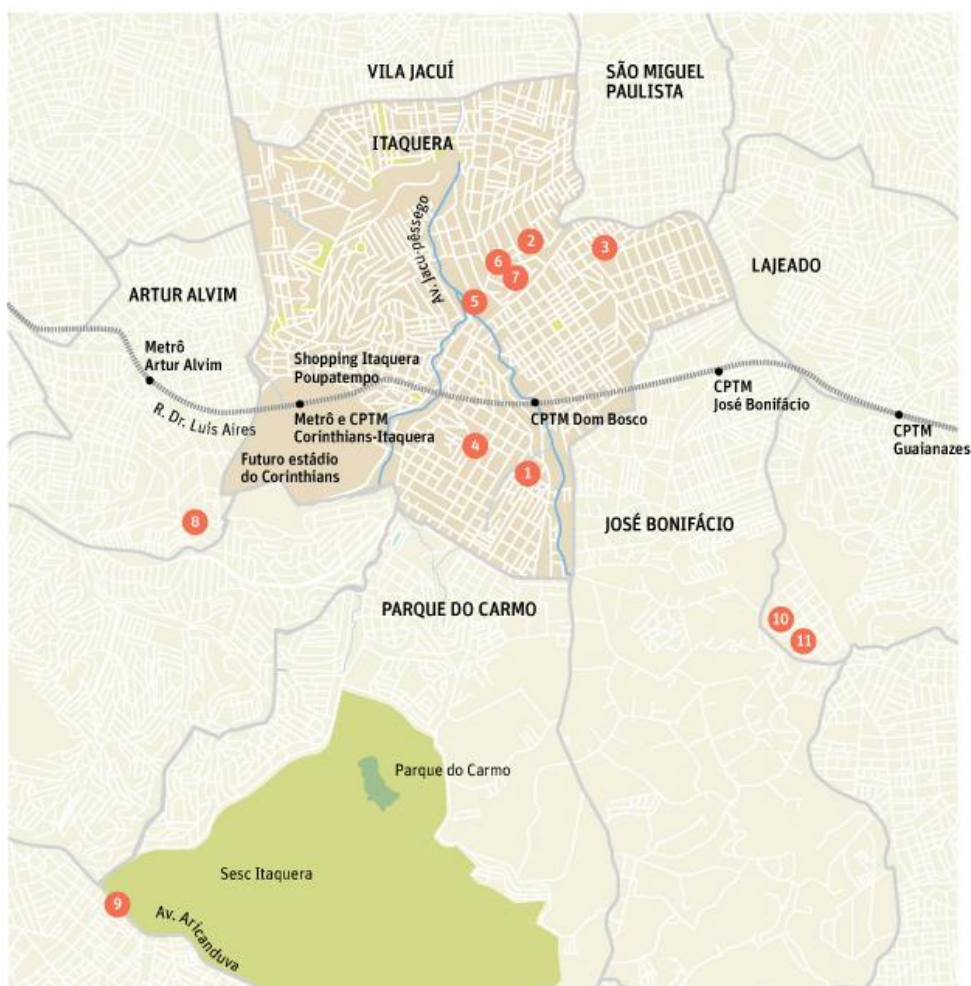
Créditos: DOC. Filme

A imagem mostra o estádio Arena Corinthians, situado no distrito de Itaquera, e ao fundo, as estações Corinthians-Itaquera do metrô e trem, a sede do Poupatempo Itaquera (atrás da estação) e o Shopping Metrô Itaquera atrás do Poupatempo.

A construção desse monumento (Freitas, 2020) associada à existência do shopping teve relevância no processo de valorização do espaço que se observava no início da década de 2010. No entanto, a fim de que esse processo fosse impulsionado era necessário que o espaço apresentasse mais características urbanísticas condizentes com a nova paisagem observada no distrito de Itaquera, ou seja, era necessário atribuir mais e novas características modernas ao local. Logo, surgia uma “necessidade” de transformar essa área, conferindo a ela novos conteúdos. É neste contexto que a participação do setor imobiliário na produção de um novo espaço se intensificou, num primeiro momento retendo as terras, percebendo a possibilidade de obtenção de valorização ainda maior,⁹⁹ e, num segundo momento, atribuindo a esta área elementos distintos em relação ao encontrado ali até aquele período. Neste cenário, começam a surgir diversos empreendimentos na região administrativa, mas principalmente no distrito de Itaquera, conforme mostra a representação a seguir.

⁹⁹ Segundo declaração de Roberto Gerab, diretor-executivo do grupo Kallas a Folha de S. Paulo, em março de 2013 “Quanto mais demorar, mais valor vai agregar”, referindo-se aos motivos pelos quais o grupo não vendia o terreno de 25 mil m² que dispunha nas proximidades do Shopping Metrô Itaquera.

Mapa 11: Empreendimentos que surgiram no distrito de Itaquera (2013)



Fonte: EDITORIA DE ARTE/ FOLHAPRESS. In: VASQUES, Daniel. Construtoras seguram lançamentos em Itaquera para vender mais caro. Folha S.Paulo: Classificados de Imóveis, 17 mar. 2013. Disponível em: <http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/1247351-construtoras-seguram-lancamentos-em-itaquera-para-vender-mais-caro.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2022.

Considerando somente os empreendimentos que estão dentro do distrito de Itaquera, temos:

1. Ello Home Club, produziu 400 unidades de 44m² e 45m²; lançado em abril/2013; foi considerado o valor do M² a partir de R\$ 4.200.
2. Viseu, produziu 95 unidades de 50m²; lançado em março/2013; foi considerado o valor do M² a partir de R\$ 4.000.
3. Camuri, produziu 63 unidades de 50m²; lançado em março/2013; foi considerado o valor do M² a partir de R\$ 4.000.
4. Zeus, produziu 56 unidades de 50m²; lançado em abril/2013; foi considerado o valor do M² a partir de R\$ 4.000.
5. Belvedere, produziu 54 unidades de 52m²; lançado em fevereiro/2013; foi considerado o valor do M² de R\$ 4.000 a R\$ 5.000.
6. Ônix, produziu 54 unidades de 52m²; lançado em abril/2013; foi considerado o valor do M² de R\$ 4.000 a R\$ 5.000.
7. Agrimensor Sugaya, produziu 552 unidades de 45m² e 55m²; lançado em novembro/2013; foi considerado o valor do M² de R\$ 4.500 a R\$ 5.500.

A implantação de diversos empreendimentos imobiliários no distrito de Itaquera em um curto período de tempo sinaliza que o mercado vislumbrou no local a

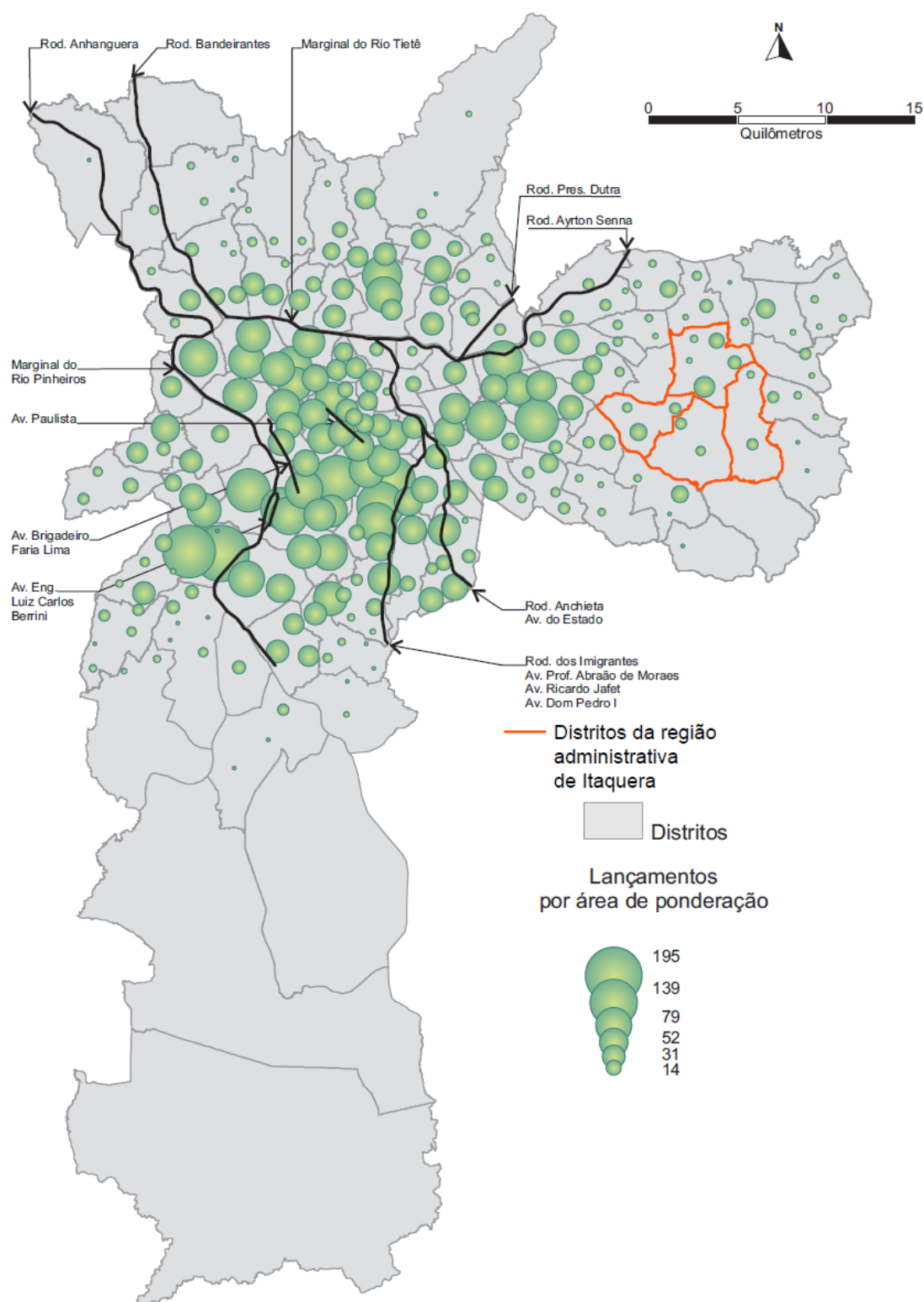
possibilidade de produzir imóveis pequenos, mas direcionados a uma classe com capacidade de compra (à vista ou financiada) e de pagamento de condomínio, intensificando o processo de verticalização, promovendo gradativamente uma reestruturação imobiliária não só nesse distrito, mas por toda essa região administrativa. Segundo Vasconcelos,

Atualmente, existem poucos vazios urbanos, são resquícios das terras fundiárias do passado, hoje essas terras estão altamente valorizadas, principalmente por ter chegado a infraestrutura urbana pública e privada na região. Os proprietários fundiários que encontramos hoje em Itaquera são grupos de investidores imobiliários em grande maioria, os quais estão esperando uma maior valorização da área. Esses investidores já programam e/ou implementam seus projetos urbanísticos para a região, principalmente com o marketing da proximidade do estádio Itaquerão. (2015, p. 37)

O início da década de 2010 foi marcado por um intenso processo de valorização do solo urbano no distrito de Itaquera, despertando o interesse de grandes incorporadoras/construtoras (como Rossi, Tenda, PDG Realit, Riformato, MRV, Gafisa, Plano e Plano) por esse fragmento da metrópole. Além dos investimentos e projetos urbanos destinados ao local, cabe destacar que, a partir de 2006, muitas incorporadoras abriram seus capitais na Bolsa de Valores e, com esses recursos, compraram terrenos, sinalizando a possibilidade de realização de construções futuras. Em 2009, a implantação o Projeto Minha Casa Minha Vida, serviu de alavanca para essas incorporadoras atuarem no chamado setor econômico da produção imobiliária. Assim, temos nessa área a conjunção de processos econômicos e políticos que são externos a ela, associados aos investimentos e ações públicas diretas na localidade. Dessa forma, as incorporadoras identificaram a possibilidade de implementar um processo de verticalização, o que de fato se intensificaria ao longo da década, voltado para uma população classe média, média-baixa. Além disso, ocorreram os lançamentos, realizados por meio de investimentos de empresas de pequeno e médio portes¹⁰⁰, de casas agrupadas em pequenos condomínios.

¹⁰⁰ Segundo Oliveira (2019) destacaram-se nesse segmento a Wer Construtora que lançou no período entre 2009 e 2013, 304 unidades residenciais.

Mapa 12: Número de lançamentos residenciais verticais no município de São Paulo (1992-2015)



Fonte: Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio - EMBRAESP". Elaborado por: SMDU/Departamento de Produção e Análise de Informação - DEINFO. Adaptado.

Com base no mapa anterior é possível perceber que entre os distritos da região administrativa de Itaquera, somente o distrito de Itaquera vinha apresentando números expressivos de unidades residenciais verticalizadas, o que sinalizava para um processo de verticalização em estágio inicial, que se intensificaria a partir da segunda metade da década de 2010.

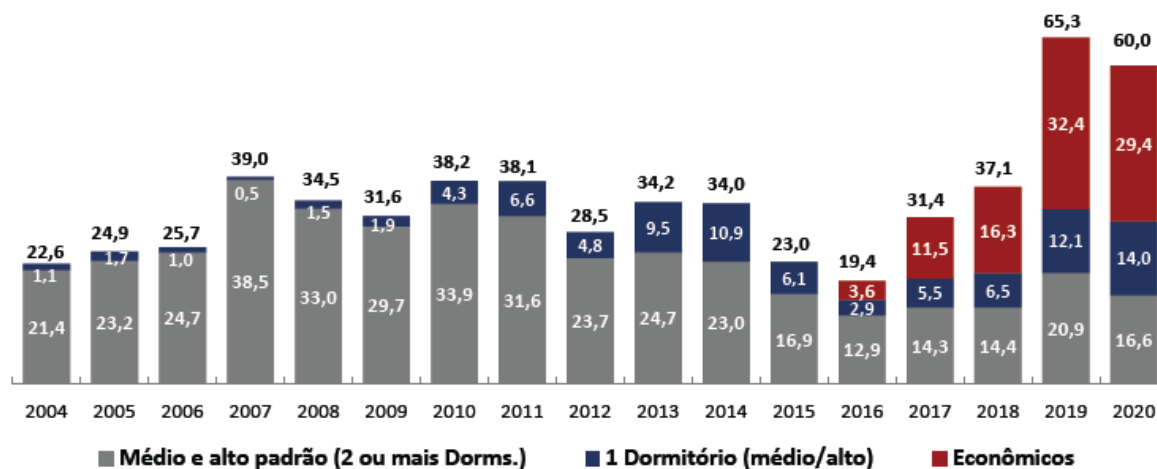
Além disso, notamos uma mudança do papel do Estado na promoção de política habitacional, visto que, enquanto nos anos 1970/1980, era o Estado que produzia as habitações, neste novo momento, a participação estatal consiste em oferecer incentivos por meio de subsídios e/ou da facilitação de crédito para financiamentos nos bancos públicos (especialmente na Caixa Econômica Federal), contribuindo para que as pessoas de faixas de rendimentos inferiores consigam ter acesso a casa própria. As construtoras aproveitam-se desses incentivos do Estado para obter altas taxas de lucratividade com as construções de imóveis, enquanto o Estado, por meio de programas como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV), deslocou para as mãos da iniciativa privada a produção de moradias. Segundo Freitas

A ampliação do mercado imobiliário para estratos médio da classe trabalhadora e para a classe baixa, “consumidores potenciais”, deveu-se ao incremento da renda desses setores, à ampliação legal de garantias em operações de financiamento imobiliário e à expansão de crédito com a flexibilização de critérios, que revelam uma modificação contundente no papel do capital financeiro como agente da produção do espaço urbano. (2020. p. 14-15).

Na segunda metade da década de 2010, com o setor imobiliário produzindo imóveis para as classes sociais alta e média, mas também para uma classe média-baixa, aqueles que possuem menor rendimento¹⁰¹, processo no qual os trabalhadores contraíam uma dívida que perdura por décadas (através dos financiamentos bancários), observou-se um crescimento significativo do número de unidades residenciais lançadas no segmento econômico.¹⁰²

¹⁰¹ Segundo Freitas (2019) as grandes empresas do setor imobiliário abriram subsidiárias de segunda linha ou compraram empresas menores que já atendiam a demanda de produção de habitações voltadas para a população de menor poder aquisitivo.

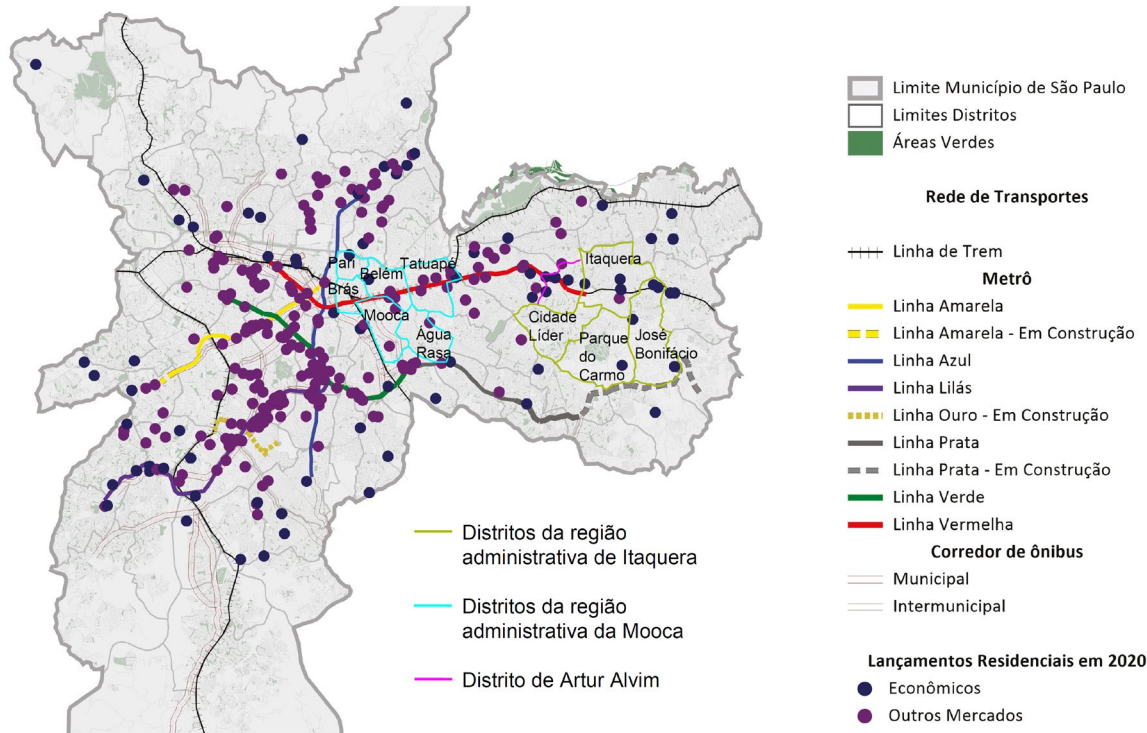
¹⁰² De acordo com o estudo “Anuário do Mercado Imobiliário 2020” produzido pelo Secovi-SP, as unidades residenciais econômicas são aquelas com faixas de preços e enquadramento no Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), antigo PMCMV, conforme a data e a cidade de lançamento. Outra classificação aceita é aquela na qual o imóvel, enquadrado no programa PMCMV, apresenta preço de até R\$ 240.000,00, com 1 ou mais dormitórios.

Gráfico 2: São Paulo: unidades residenciais lançadas na cidade de São Paulo (2004-2020)

Fonte: SECOVI-SP. Anuário do Mercado imobiliário 2020.

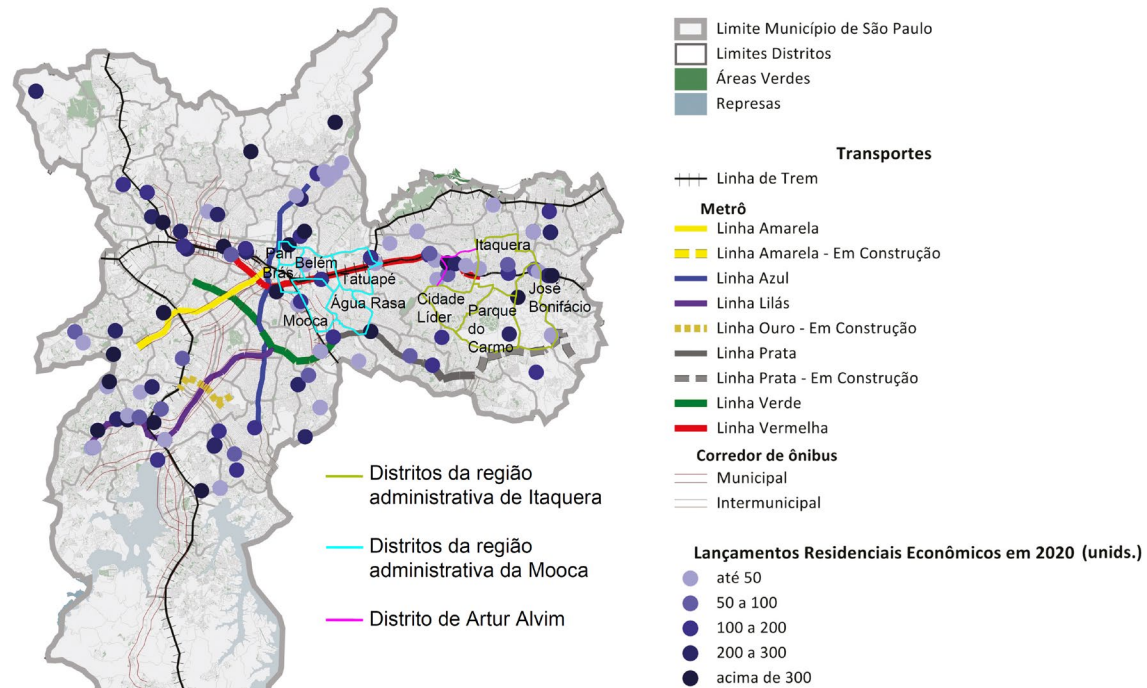
Nesse sentido, o segmento econômico possibilita a absorção de uma parte da população de menor renda, aqueles que podem pagar, ao mercado habitacional como público-alvo dos empreendimentos de projetos de padrão arquitetônico homogêneo, construídos em larga escala em regiões de terrenos mais baratos na metrópole, como Cotia, Guarulhos, ABC e diversos bairros da zona leste. Nesse sentido, a constituição de uma centralidade no distrito de Itaquera traz como desdobramento a possibilidade de implementação desses empreendimentos nesse distrito e naqueles que o cercam, como podemos ver nos mapas a seguir, o surgimento de novos empreendimentos na região administrativa de Itaquera, especialmente no distrito de José Bonifácio, mas também nos distritos Artur Alvim a oeste do distrito de Itaquera.

Mapa 13: Lançamentos residenciais na cidade de São Paulo – por tipo (2020)



Fonte: SECOVI-SP. Anuário do Mercado imobiliário 2020. p. 46. Adaptado.

Mapa 14: Localização dos lançamentos residenciais econômicos na cidade de São Paulo (2020)



Fonte: SECOVI-SP. Anuário do Mercado imobiliário 2020. p. 46. Adaptado.

No entanto, como já afirmamos anteriormente, a região administrativa de Itaquera vinha se consolidando como periferia, dessa forma, essas transformações urbanas não ocorreram em áreas desabitadas, espaços sem história de ocupação ou sem a produção de um lugar. Existia uma ocupação muito densa nessa região administrativa de Itaquera e boa parte dela sofreu as consequências desse processo de valorização do espaço,

Boa parte dos moradores de periferia não tem casa própria e depende do aluguel. Com a explosão imobiliária em São Paulo e outras metrópoles do país, o valor do aluguel cresceu brutalmente. [...] Os bairros de periferia foram diretamente afetados por esse fenômeno. O resultado foi um aprofundamento da lógica de expulsão dos mais pobres para cada vez mais longe. Em Itaquera, [...] milhares de moradores foram expulsos nos últimos anos para periferias ainda mais distantes: Guaianazes, Cidade Tiradentes ou mesmo para fora da capital, em municípios como Ferraz de Vasconcellos (BOULOS, 2014. p. 86).

Nesse sentido, evidencia-se que há uma mudança no modo como o Estado se insere na lógica da produção do espaço, visto que, em outro período histórico era essa a instituição encarregada de planejar o espaço, organizando-o para prover a sua população o acesso aos serviços públicos (serviços de saúde e de educação, transporte público, redes de água e esgoto e eletricidade), ainda que o acesso a esses serviços ocorresse de forma muito desigual. Dessa maneira, era responsabilidade do Estado a garantia de universalização desses serviços, conforme proposto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. No entanto, atualmente, nota-se que o Estado delega para a iniciativa privada o planejamento e a efetivação desses serviços e de algumas políticas públicas (como política habitacional, por exemplo), tornando-se um agenciador do capital, abrindo novas possibilidades de reprodução do capital financeiro, por meio dos distintos projetos urbanos previstos nos planos diretores das cidades. Essa ação aumenta a possibilidade de mais pessoas, especialmente, aquelas de maior vulnerabilidade social, ficarem sem condições de acessar esses serviços e políticas públicas

Logo, esse processo necessariamente causa a resistência da população que vive nesse espaço¹⁰³. Essas pessoas inclusive recorrem às instituições ligadas ao Estado¹⁰⁴ para tentar permanecer nessas áreas, visto que esse fragmento do espaço não é uma área descartável para elas, mas sim o lugar em que vivem, no qual estabelecem relações, em que vivem o seu cotidiano.

Porém, em um quadro no qual cada vez menos o Estado se faz presente como mediador, e cada vez mais se materializa como um mero garantidor da propriedade privada e protetor dos interesses da classe dominante, geralmente não sobra alternativa as pessoas pertencentes às classes mais vulneráveis que não o deslocamento para outras regiões mais periféricas, visto que a partir da articulação entre Estado e classe dominante, as transformações nas áreas incorporadas na lógica de reprodução são inevitáveis.

3.5 O distrito de Itaquera: é possível indicar a transformação de um território-reserva em centralidade?

Como vimos até aqui, o distrito de Itaquera tem passado na última década por diversas transformações espaciais. Dessa forma, seria possível pensar que esse espaço, que até a década de 1990 não estava sequer consolidado como periferia, vem se tornando uma centralidade seja ela periférica, seja ela mais complexa? Além disso, o distrito de Itaquera poderia ser considerado um “território-reserva” que está sendo transformado a fim de promover a acumulação capitalista? Segundo Robira

Os espaços marginais constituem os territórios-reserva onde se produz a acumulação de escassez.

[...]

Não dispõem de habitações produzidas de maneira industrial e em massa, nem são consumidas, segundo os rendimentos, aos preços monopolistas que impõe o capital imobiliário; pelo contrário, a habitação costuma ser autoconstruída, geralmente de forma muito precária, e as infraestruturas básicas são altamente deficitárias para circular ou dispor de energia elétrica, água, esgoto...; não são menos deficitários os equipamentos básicos de saúde, cultura, e educação. (2018. p. 17)

¹⁰³ Aqui me refiro aos movimentos sociais de luta por habitação na cidade.

¹⁰⁴ Especialmente os órgãos vinculados a justiça (fundamentalmente a Defensoria Pública e o Ministério Público).

Nesse sentido, parece-me que a região administrativa de Itaquera¹⁰⁵ se configurou por muito tempo como um espaço marginal, no sentido indicado pela autora, visto que essa área sofreu por muitas décadas com as diversas carências apontadas anteriormente, configurando a imagem inversa do que se considera cidade (Robira, 2018). Segundo essa autora, seriam áreas como estas em que as estruturas urbanas, sociais e econômicas estariam temporalmente inválidas para acumulação capitalista, aguardando um momento posterior no qual os sucessivos investimentos públicos, materializados por meio das operações urbanísticas, reajustam o espaço urbano para atender às necessidades do capital.

Dessa forma, vejo como o primeiro investimento público nessa área a implementação dos conjuntos habitacionais, responsáveis pelo adensamento populacional na região e organização do espaço para onde foram deslocados os trabalhadores da metrópole que vinham sendo expulsos das áreas mais próximas ao centro da cidade. Nesse contexto, surge nesse período uma primeira onda de especulação imobiliária nessa área, com a valorização de terrenos completamente carentes das mais básicas infraestruturas.

Posteriormente, com a chegada da estação de metrô e a divisão da zona administrativa de Itaquera em distritos, fragmentando esse território, parece-me haver uma intencionalidade de diferenciar o distrito de Itaquera dos demais distritos que compunham essa região, diferenciação essa que é feita por meio da intervenção no espaço por meio dos diversos investimentos públicos e privados. No entanto, conforme observa Robira

[...] estes territórios “territórios-reserva” são, em potência, altamente produtivos: nos planos de ordenamento urbano somente têm de ser definidos como zonas de renovação urbana, já que enquanto estão esperando os primeiros investimentos públicos se convertem, precisamente pela falta de investimento – público ou privado -, em espaços progressivamente deteriorados. A própria qualificação urbanística produz um efeito duplo: por um lado, constitui uma garantia de futura revalorização para o capital privado, e, por outro, a falta de

¹⁰⁵ É importante sinalizar que até 1991, o distrito de Itaquera era considerado a área urbana que engloba os atuais distritos de Itaquera, Cidade Líder, José Bonifácio e Parque do Carmo. Para realizar uma distinção entre a extensão do distrito de Itaquera anteriormente a 1991 e posteriormente a esse ano, estamos utilizando as denominações “região administrativa” ou “zona administrativa” de Itaquera para nos referirmos ao distrito no período anterior a 1991.

atuação urbanística imediata garante um processo de deterioração urbana e social.

Nesse movimento, justificado pelo discurso de necessidade de modernização para essa área da cidade, é que enxergo as profundas alterações realizadas na última década no distrito de Itaquera como o momento de revalorização do espaço, possibilitando a reprodução ampliada do capital. A forma encontrada pelo Estado para oportunizar esse processo se deu pelos projetos urbanos que interferiram drasticamente no espaço, a saber: a Operação Urbana Rio Verde-Jacu e o Projeto urbanístico de constituição do Polo Institucional de Itaquera.

Essas intervenções estatais no espaço possibilitaram a atração da iniciativa privada, representada pela instalação de equipamentos de consumo (shopping, estádio, entre outros), mas também e principalmente pelo setor imobiliário que vem implementando uma nova urbanização nessa área, configurando a este território características de uma centralidade. Esses espaços de centralidade atuam

[...] como focos de subordinação territorial, como os espaços a partir dos quais se inicia o processo de acumulação metropolitana, porque sua alta acessibilidade, sua concentração de atividades altamente produtivas, de gestão ou de decisão lhe dão um alto valor de troca que anula absolutamente seu valor de uso. (ROBIRA, 2018. p. 16)

Dessa maneira, penso que a centralidade do distrito de Itaquera ainda está em processo de constituição, visto que tanto os investimentos realizados pelo Estado como aqueles feitos pela iniciativa privada, especialmente pelo setor imobiliário, que segundo Barros (2019) ainda aguarda mais investimentos do Estado para atuar na região de forma mais intensa, não foram totalmente materializados no espaço desse distrito. Nesse sentido, parece-me que o processo de intervenção e transformação do espaço em Itaquera já começou, o que necessariamente condiciona essa área ao patamar de nova centralidade, porém, a potencialidade desse processo ainda não está clara, o que nos impede neste momento de dimensionar a relevância dessa centralidade no contexto da metrópole. Ainda assim, as intervenções já realizadas foram suficientes para promover uma valorização da área e para expulsar a população de menor rendimento, ou seja, aqueles não conseguiram mais se manter em Itaquera para novas periferias, como mencionamos anteriormente. Nessa dinâmica, conforme

aponta Robira (2018), “A centralidade somente é possível se existe um espaço subordinado” (2018. p. 16). Partindo dessa premissa, a centralidade do distrito de Itaquera se dá através da expulsão da população que não conseguiu se manter em Itaquera para os bairros de Guaianazes, Cidade Tiradentes e por outros municípios do extremo leste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa buscamos compreender como os equipamentos que se instalaram no distrito de Itaquera especialmente nas últimas duas décadas, implicando em uma intensa transformação de seu espaço, poderiam ou não caracterizar essa área da metrópole como uma nova centralidade. Para isso, procuramos realizar uma discussão sobre o conceito de centralidade e entender a possibilidade de compreender o distrito de Itaquera a partir dele. Nesse sentido, observamos que a constituição de uma centralidade está diretamente ligada à produção do espaço, conferindo determinadas características a um determinado fragmento espacial que o diferencia das demais áreas da cidade. No entanto, as centralidades não se constituem em qualquer área das cidades, tratam-se de construções realizadas a partir da interação dos sujeitos sociais que atuam no espaço, concentrando investimentos, equipamentos (públicos ou privados), serviços, conferindo um padrão urbanístico e arquitetônico diferenciado em determinadas áreas da cidade.

Dessa maneira, enquanto no período anterior à Revolução Industrial, a criação das centralidades estava vinculada aos locais dos centros urbanos nos quais as atividades política, religiosa, lúdica, de trabalho, de contemplação e vivência estavam próximas, permitindo maior apropriação desse espaço; a partir da implementação do processo de industrialização, pautado nas relações capitalistas de produção, as centralidades são criadas devido a sua capacidade de aglutinar elementos relevantes à reprodução do capitalismo, áreas extremamente valorizadas, que podem ser apropriadas somente por uma minoria, detentores dos meios de produção e da maior parte da riqueza produzida na cidade. Dessa forma, a centralidade é definida a partir de sua produção como valor de troca, pela quantidade e qualidade dos capitais fixados no espaço, sendo o seu valor de uso derivado desse processo. Com a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, as centralidades passam a ser vistas como a oportunidade de superar os momentos de crise de reprodução ampliada do capital por meio da (re)produção do espaço urbano, estabelecendo sua valorização. Evidentemente, esse processo se caracteriza ainda pela exclusão da

maior parte da população, aqueles que não conseguem se manter nessas áreas, deslocando-os para as periferias.

Nesse sentido, a região administrativa de Itaquera foi produzida historicamente como uma periferia da metrópole de São Paulo, constituída fundamentalmente para abrigar a população de menor renda, os trabalhadores que eram explorados nas fábricas situadas nas regiões mais próximas do centro da cidade. Alguns elementos corroboram para essa constatação como as inúmeras carências de infraestrutura (eletricidade, rede de esgoto e tratamento de água, ruas pavimentadas) e de serviços (transporte público, equipamentos de saúde e educação públicos de qualidade, entre outros) que a região ainda tinha (e ainda tem em algumas áreas); além da própria implementação pelo Estado dos conjuntos habitacionais nesta área. Esses fatores sinalizavam claramente qual era o papel de Itaquera no contexto da produção da metrópole, tratava-se de uma região dormitório. Ainda assim, é importante ressaltar que se estabelecia nessa área uma centralidade periférica, que atendia minimamente as demandas da região. Essa centralidade, baseada fundamentalmente no consumo, visto que concentrava o comércio (lojas de alimentos, de roupas e calçados, entre outras) e os serviços (consultórios médicos, sede da subprefeitura, cartório), situava-se nas proximidades da estação de trem de Itaquera, no centro do distrito, mas como podemos perceber não se caracterizava por apresentar atratividade de investidores externos ao local, ou seja, não demonstrava potencialidade para se integrar à lógica de reprodução ampliada do capital no mundo.

A partir dos anos 1990, com a adoção das medidas neoliberais pelo Brasil, a cidade de São Paulo se tornou alvo de uma reestruturação produtiva, resultado da imposição do capital financeiro sob o capital industrial. Essa transição resultou em um quadro onde praticamente todo o tecido urbano sofreu alguma transformação física, econômica, social ou cultural, o que intensificou a desigualdade na metrópole. Nesse contexto, áreas que foram constituídas e estavam consolidadas como periferias passaram a ser incorporadas gradativamente à lógica de reprodução do capitalismo por meio da reprodução do espaço. Para isso, o Estado interveio diretamente, por meio da construção ou eliminação de diferentes equipamentos públicos, ou indiretamente, através do estabelecimento de leis e planos nos quais o objetivo último

era a promoção da valorização de áreas da cidade, proporcionando as condições necessárias para que a iniciativa privada se apropriasse delas.

Nesse quadro, as operações urbanas – justificadas pelo Estado como a possibilidade do desenvolvimento das áreas, proporcionando à população que vive ali melhores serviços, maior oferta de empregos e maior qualidade de vida – na verdade, se afirmaram como o instrumento urbanístico que teve o papel de possibilitar à iniciativa privada uma interferência direta na organização e na produção das diversas áreas da cidade, selecionando os espaços de maneira diversificada.

No caso da OUCRVJ, implementada nos primeiros anos da década de 2000, o objetivo era atrair o capital industrial para, as regiões administrativas de São Miguel, Itaquera e São Mateus (no extremo da zona leste), aproveitando-se dos diversos fatores que favoreciam a instalação desse segmento econômico nesta área da metrópole. Para que isso se efetivasse, o Estado adotou diversas medidas de interferência direta ou indireta no espaço da região, transformando drasticamente os fluxos de pessoas e de mercadorias nessa área e realizando concomitantemente a remoção da população de menor renda para áreas mais longínquas. No entanto, aparentemente, a OUCRVJ não foi o suficiente para atrair grandes capitais internacionais para a sua área de atuação, especialmente aqueles relacionados ao capital industrial e ao sistema imobiliário. Assim, a criação do Polo Institucional de Itaquera em 2012, foi o estabelecimento de um novo plano proposto pelo Estado que propunha a atuação em sinergia com a OUCRVJ, ampliando os investimentos do Estado nessa área da cidade, mas também superando a OUCRVJ, no sentido de concretizar uma centralidade no distrito de Itaquera, abrindo perspectivas aos investimentos de capitais diversificados, especialmente aqueles ligados ao setor imobiliário, atraídos pela valorização desse espaço. Para isso, alguns equipamentos públicos (Fatec/Etec, parque linear, complexo viário, por exemplo) foram criados e os serviços de transporte foram concentrados na área próxima da estação Corinthians-Itaquera. Soma-se a isso, a existência do megaevento da Copa do Mundo em 2014, momento no qual se registrou um intenso processo de especulação imobiliária em Itaquera.

Como consequência dessas ações, observamos a chegada de capitais atrelados às demandas de consumo (como o estádio e o shopping, por exemplo), mas também a chegada de grandes incorporadoras à região, que identificaram uma oportunidade de produção em grande escala de habitações destinadas à população de menor poder aquisitivo, mas que poderiam se endividar por muitos anos, a fim de conseguir obter uma moradia. Além disso, a chegada desses capitais promoveu um processo de valorização nesse fragmento da cidade, o que inviabilizou a permanência da população que não conseguiu se manter em Itaquera, seja pela elevação do preço do aluguel, seja pelas diversas medidas de remoção adotadas pelo Estado. Nesse contexto, entendemos que as transformações observadas no distrito de Itaquera, possibilitaram o surgimento de uma nova centralidade nessa área, embora não se tenha certeza de sua potencialidade. Dessa forma, é possível enxergar um processo de constituição de uma centralidade mais complexa, que materializa, entre os seus conteúdos, elementos que demonstram a presença de capitais exteriores aos observados na região, integrando essa área às demandas do capital internacional.

Destacamos ainda, como historicamente o Estado teve o seu papel alterado perante os demais agentes sociais que interagiam e produziam o espaço. Como podemos observar no decorrer da pesquisa, o Estado era o agente que organizava e produzia a cidade, fator fundamental para garantir a manutenção da população de maior vulnerabilidade na metrópole, ainda que privilegiassem os interesses do capitalismo, especialmente, o industrial. No entanto, a partir do período neoliberal, com o “Estado mínimo”, sobretudo a partir dos anos 2000, o Estado se tornou um agenciador do capital, abrindo novas possibilidades de reprodução do capital financeiro, por meio dos distintos projetos urbanos previstos nos planos diretores das cidades. Os investimentos públicos que deveriam promover a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população passaram gradativamente a serem substituídos por parcerias público-privadas, as quais tinham como principal objetivo proporcionar a reprodução ampliada do capitalismo por meio das transformações espaciais. Em Itaquera, o Estado conseguiu, de diferentes maneiras, ao longo do século XX e neste século XXI:

- Desenvolver mecanismos para favorecer o capitalismo industrial, ao dificultar a concentração de terras, o que estimulou os grandes proprietários de terra da área a dividirem as suas propriedades e as venderem aos trabalhadores;

- Intervir mais intensamente nessa região administrativa, a partir da criação dos conjuntos habitacionais nos anos 1980 e da estação de metrô de Corinthians-Itaquera, alterações no espaço que aparentemente objetivavam abrigar e possibilitar a circulação de uma parcela da população com menor poder aquisitivo.

Com a chegada dos anos 2000, notamos que o Estado passou a conduzir suas ações no sentido de atrair investimentos privados para que estes realizassem a produção do espaço nessa parte da cidade. Dessa forma, políticas que deveriam ser elaboradas pelo Estado, devido a sua relevância para a sobrevivência da população na metrópole, como a habitacional e a política de mobilidade urbana, tornam-se negócios altamente lucrativos, nos quais pesa mais a possibilidade de reprodução do capital do que o atendimento das demandas das pessoas que usufruiriam dessas ações.

Nesse sentido, é possível pensar que a região administrativa de Itaquera, mais especificamente o distrito de Itaquera, área da metrópole de São Paulo que se consolidou como periferia na década de 1990, efetivou-se como um “território adormecido” (Robira, 2018), uma área que permaneceu à margem dos processos de acumulação do capital e atualmente (a partir da década de 2010), está passando por uma série de ajustes urbanos, despontando como uma nova centralidade, que tem por objetivo adequar esta área às necessidades do capital. Como esse processo encontra-se em curso, esta pesquisa não tem a pretensão de prever todos os seus impactos, transformações e desdobramentos para o distrito de Itaquera e, conseqüentemente, para a sua região administrativa, no entanto, foi possível constatar que a criação dessa nova centralidade e dos elementos que ela já possui, sinaliza para a integração desta área ao circuito de reprodução ampliada do capital observado na metrópole de São Paulo. Além disso, esse processo já resultou na expulsão de milhares de moradores para áreas ainda mais periféricas da cidade.

REFERÊNCIAS

- À ESPERA do milagre, que um dia há de vir. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 dez. 1978. p. 62. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19781210-31822-nac-0062-999-62-not>>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- A PERIFERIA violenta. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 dez. 1978. p. 62. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19781210-31822-nac-0062-999-62-not>>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- ALESP. **Lei nº 1.756, de 27 de dezembro de 1920**. Disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1756-27.12.1920.html. Acesso em: 14 fev. 2021.
- ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.
- ALVES, Glória da Anunciação. A segregação socioespacial e o direito à cidade In: MARTINS, Fernanda. P.; CURY, Raquel B.; PEDROSO, Leonardo B. (Orgs.). **Geografia, ensino e construção de conhecimento**. Ponta Grossa: Atena, 2021.
- ALVES, Glória da Anunciação. São Paulo: uma cidade global. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles. (Orgs.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- ANDRADE, Margarida Maria de. Industrialização, urbanização e vida de bairro na São Paulo além-Tamanduateí. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.
- ARAÚJO, FILHO. José Ribeiro. A população paulistana. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Estudos de Geografia Urbana**. Seção Regional de São Paulo. v. II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 167-247.
- ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE SANTA MARCELINA. **Nossa História**. Disponível em: <http://www.aps.santamarcelina.org/nossa-historia/>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- AZEVEDO, Aroldo de. Itaquera e Poá, subúrbios residenciais. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Estudos de Geografia Urbana**. Seção Regional de São Paulo. v. IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 153-179.
- BARROS, Marli de. **Transformações socioespaciais na região do Jacu-Pêssego: zona leste da cidade de São Paulo**. 2019. 390 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-15022021-204740>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- BARUCHO, Luis. 50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. In: **BBC News Brasil**, 13 dez. 2018. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- BOULOS, Guilherme; ROCHA, Josué; DORES, Maria das. O que quer o MTST? In: JENNINGS, Andrew. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.
- BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico**. São Paulo: Humanitas, 2013.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Câmara homenageia os 50 anos do Hospital Santa Marcelina**. 11 ago. 2011. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/camara-homenageia-os-50-anos-do-hospital-santa-marcelina/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Projeto de Lei nº 463/93**. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0463-1993.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos Avançados** [S. l.] v. 23 n. 66. p. 304-313, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10425>. Acesso em: 9 jan. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico”. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

D'ANDREA. Tiarajú. Itaquera, muito além da Copa do Mundo. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil**, ed. 57, abril 2012. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/itaquera-muito-alem-da-copa-do-mundo/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

DAMIANI, Amélia. Luisa. A Cidade (Des)Ordenada. In: AGB. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 72, p. 95-110, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/903>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DAMIANI, Amélia. Luisa. A Metrópole e a Indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.

EVERS, Tilman. Reprodução da força de trabalho e movimentos populares: o caso dos loteamentos clandestinos em São Paulo. In: KRISCHKE, Paulo J. (Org.). **Terra de habitação X Terra de espoliação**. Rio de Janeiro: Cortez, 1983. p. 31-56.

FREITAS, Carolina Alvim de Oliveira. Transformações na produção da periferia: o caso de Itaquera e o conjunto habitacional José Bonifácio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 22, p. 2-26, 9 out. 2020. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202028>. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6342>. Acesso em: 22 jan. 2022.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “Milagre econômico”. In: GIAMBIAGI, Fabio; et al. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 69-92.

HOSPITAL SANTA MARCELINA. **O Hospital**. Disponível em: <<https://santamarcelina.org/institucional/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

IANNI, Octávio. Globalização e neoliberalismo. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-32, abr./jun. 1998.

IBGE. **Conheça cidades e estados do Brasil**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2018**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 23 mar. 2019.

JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e a resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato Raul (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Jahar, 1983. p. 145-179.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEMONS, Amália Inês Geraiges de; FRANÇA, Maria Cecília. **Itaquera**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1999. (História dos Bairros de São Paulo, n. 24).

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? In: IPEA. **Desafios do desenvolvimento**. Ano 9. n. 72. p. 56-65, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

METRÔ inicia obras da segunda linha, em Itaquera. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 25 jan. 1976. p. 45. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760125-30932-nac-0045-999-45-not>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

NO urbanismo, a humanização. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 23 set. 1971. p. 96. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710923-29592-nac-0096-999-96-not>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

O METRÔ ainda não chegou mas já valoriza Itaquera. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 25 jun. 1978. p. 31. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780625-31680-nac-0031-999-31-not>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

OLIVEIRA, Isadora F. Borges de. **A produção do espaço na periferia de São Paulo: da autoconstrução à produção de mercado – transformações e significados**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. Anais [...]. Vitória: Simpurb, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26482>. Acesso em: 26 fev. 2022.

PENTEADO, Antônio Rocha. Os subúrbios de São Paulo e suas funções. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Estudos de Geografia Urbana**. Seção Regional de São Paulo. v. IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 5-60.

PORTO, Maria Célia da Silva. **Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - JOINPP, 4., 2009, São Luís. Anais [...], 2009. v. 4. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf. Acesso em 26 fev. 2022.

PREFEITO substitui o regional de Itaquera. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 23 abr. 1976. p. 42. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760423-31006-nac-0042-999-42-not>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). **Bibliotecas da Zona Leste**. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/fale_conosco/index.php?p=10131. Acesso em: 17 jan. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras.** Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). **Decreto nº 6.236 de 13 de outubro de 1965.** Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-6776-de-28-de-novembro-de-1966/consolidado>>. Acesso em: 15 jan. 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). **Decreto nº 6.776 de 28 de novembro de 1966.** Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-6776-de-28-de-novembro-de-1966/consolidado>>. Acesso em: 15 jan. 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). **Polo Institucional Itaquera: diretrizes de projeto urbanístico, set. 2012.** Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/pue_itaquera_cades_lete_set_2012.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). **População Recenseada: município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).** Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10491.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO (SMDET). **Polo Institucional de Itaquera, 24 jan. 2012.** Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/zona_lete/polos/index.php?p=37342>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). **Tabelas.** Disponível em: <http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_dist.php>. Acesso em: 23 mar. 2019.

RAMALHOSO, Wellington. **Destino Itaquera: o metrô rumo aos conjuntos habitacionais da COHAB-SP.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RIPOLI, Mariana Meidani. **A expansão urbana em São Paulo como consequência de interesses privados.** In: ENANPUR, 16., 2015, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: Anpur, 2019. p. 1-17. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2091>. Acesso em: 17 fev. 2022.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles. (Orgs.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 9-20

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI JR, Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metrópole: desigualdade e governança** (Online), [S. l.], n. 6. p. 43-66, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9268/6874>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SCARLATO, F. C.; ALVES, G. da A. **São Paulo: uma metrópole em constante mutação.** Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 100, p. 156-172, 2018. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1504>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano.** São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **Geosp: Espaço e Tempo** (Online), [S.L.], n. 33, p. 168-185, 30 abr. 2013. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2013.74309>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74309/77952>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, [S.L.], v. 15, n. 32, p. 210-235, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222013000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/LJBz4P3sqLrM4ss4sNQJZSG/?lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2019.

SPOSITO, Maria E. B. A segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro. A.; CORRÊA, Roberto. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2016. p. 61-93.

VASCONCELOS, Daniel Bruno. **A Copa do Mundo de 2014 na cidade de São Paulo: as transformações na estrutura urbana de Itaquera.** 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09112015-131540/pt-br.php>. Acesso em: 26 fev. 2022.

ANEXO

Anexo A – Tabelas comparativas entre as regiões administrativas da Mooca e de Itaquera

Equipamentos públicos de cultura* (2020)

Mooca	
Distrito	Proporção de equipamentos públicos para cada cem mil habitantes (em %)
Água Rasa	2,4
Belém	0,0
Brás	0,0
Pari	5,2
Tatuapé	6,2
Mooca	2,5
Média da região	2,7

Itaquera	
Distrito	Proporção de equipamentos públicos para cada cem mil habitantes (em %)
José Bonifácio	2,2
Parque do Carmo	1,4
Cidade Líder	2,2
Itaquera	1,4
Média da região	1,8

*Proporção de equipamentos de cultura (municipais), para cada cem mil habitantes. Foram considerados de forma unitária os equipamentos públicos MUNICIPAIS: Centros Culturais, Casas de Cultura e Espaços de Cultura; Teatros, Museus e Casas Históricas, Escolas de Formação, Bibliotecas, Bosques de Leitura, Pontos de Leitura, CEUs (contabiliza separadamente as salas de teatro e bibliotecas disponíveis).

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC-SP); SEADE.
Elaboração com base em: REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade 2021.

Acesso à internet móvel - número de antenas* por área** (2020)

Mooca	
Distrito	Número de antenas/área do distrito
Água Rasa	5,99
Belém	5,29
Brás	12,68
Pari	12,46
Tatuapé	8,34
Mooca	7,68
Média da região	8,74

Itaquera***	
Distrito	Número de antenas/área do distrito
José Bonifácio	1,03
Parque do Carmo	1,42
Cidade Líder	3,96
Itaquera	5,16
Média da região	2,89

*Número de antenas de Estação-rádio-base (ERB). Não foi disponibilizado os dados de acesso a outras tipologias de infraestruturas de internet (banda larga, fibra-ótica, etc).

**Analisada em km²

***Todos os distritos da região apresentam valores inferiores aos observados na região da Mooca.

Fonte: Anatel; Infocidade/Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) de São Paulo. Elaborado por: Luciana Itikawa.
Disponível em: REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade 2021.

Acesso à internet móvel - número de antenas* por área** (2020)

Mooca	
Distrito	Número de antenas/área do distrito
Água Rasa	5,99
Belém	5,29
Brás	12,68
Pari	12,46
Tatuapé	8,34
Mooca	7,68
Média da região	8,74

Itaquera***	
Distrito	Número de antenas/área do distrito
José Bonifácio	1,03
Parque do Carmo	1,42
Cidade Líder	3,96
Itaquera	5,16
Média da região	2,89

*Número de antenas de Estação-rádio-base (ERB). Não foi disponibilizado os dados de acesso a outras tipologias de infraestruturas de internet (banda larga, fibra-ótica, etc).

**Analisada em km²

***Todos os distritos da região apresentam valores inferiores aos observados na região da Mooca.

Fonte: Anatel; Infocidade/Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) de São Paulo. Elaborado por: Luciana Itikawa. Disponível em: REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade 2021.

Equipamentos públicos de esporte* (2020)

Mooca	
Distrito	Proporção de equipamentos públicos de esporte para cada dez mil habitantes (em %)
Água Rasa	0,24
Belém	0,41
Brás	0,00
Pari	1,57
Tatuapé	0,10
Mooca	0,25
Média da região	0,43

Itaquera	
Distrito	Proporção de equipamentos públicos de esporte para cada dez mil habitantes (em %)
José Bonifácio	0,37
Parque do Carmo	0,14
Cidade Líder	0,52
Itaquera	0,10
Média da região	0,28

*Proporção de equipamentos públicos (municipais e estaduais) de esporte para cada dez mil habitantes.

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER (SEME-SP); SEADE. Elaborado com base em dados de: REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade 2021.

Teatros* (2020)

Mooca	
Distrito	Proporção de museus para cada dez mil habitantes (em %)
Água Rasa	0,00
Belém	0,00
Brás	0,00
Pari	0,00
Tatuapé	0,00
Mooca	0,25
Média da região	0,04

Itaquera	
Distrito	Proporção de museus para cada dez mil habitantes (em %)
José Bonifácio	0,00
Parque do Carmo	0,00
Cidade Líder	0,07
Itaquera	0,05
Média da região	0,03

*Proporção de teatros (municipais), para cada dez mil habitantes.

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC-SP); SEADE. Elaborado com base em dados de: REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade 2021.

Acesso ao transporte público de massa (2017)

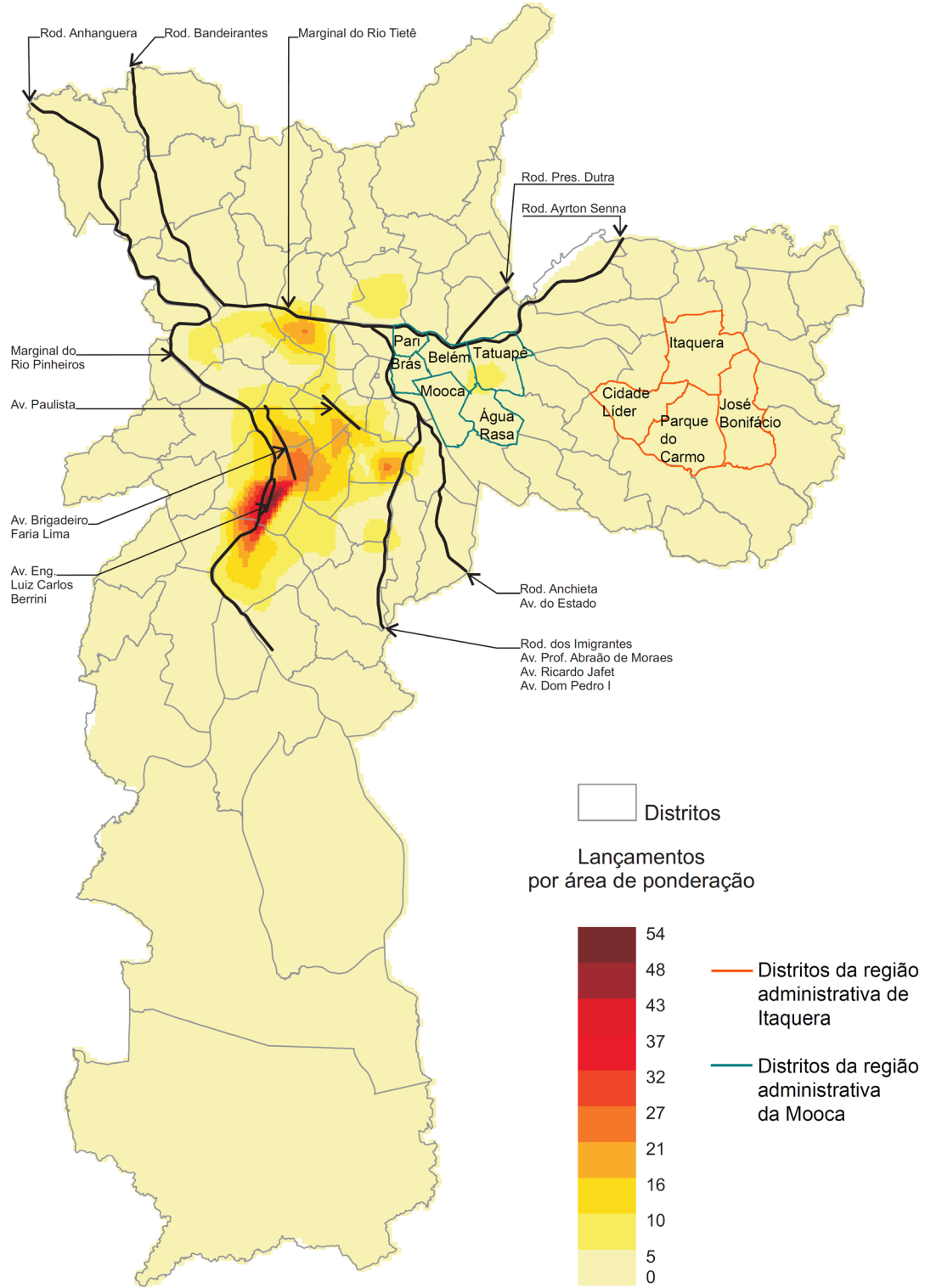
Mooca	
Distrito	População que reside em um raio de até 1 km de estações de sistemas de transporte público de massa (em %)
Água Rasa	6,7
Belém	34,7
Brás	71,4
Pari	2,4
Tatuapé	24,2
Mooca	18,1
Média da região	26,3

Itaquera	
Distrito	População que reside em um raio de até 1 km de estações de sistemas de transporte público de massa (em %)
José Bonifácio	19,5
Parque do Carmo	0,0
Cidade Líder	0,0
Itaquera	11,2
Média da região	7,7

Fonte: Pesquisa OD 2017.

Elaborado por: CEM - Centro de Estudos da Metrópole. Disponível em: REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade 2021.

Anexo B – Número de lançamentos comerciais no Município de São Paulo (1992-2015)



Fonte: Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio - EMBRAESP". Elaborado por: SMDU/Departamento de Produção e Análise de Informação - DEINFO.